



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE

CECÍLIA ARAÚJO DE QUEIROZ

**PLANO URBANÍSTICO EM ÁREA RIBEIRINHA:
Conflitos entre os interesses capitalistas e sociais na promoção da
sustentabilidade**

Recife
2024

CECÍLIA ARAÚJO DE QUEIROZ

**PLANO URBANÍSTICO EM ÁREA RIBEIRINHA:
Conflitos entre os interesses capitalistas e sociais na promoção da
sustentabilidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre(a) em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Gestão e Políticas Ambientais

Orientador: Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho

Recife
2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Queiroz, Cecília Araújo de.

Plano urbanístico em área ribeirinha: conflitos entre os interesses capitalistas e sociais na promoção da sustentabilidade / Cecília Araújo de Queiroz. - Recife, 2024. 152f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2024.

Orientação: Cláudio Jorge Moura de Castilho.

Inclui referências e anexos.

1. Conflitos Socioambientais; 2. Desenvolvimento Sustentável; 3. Rio Capibaribe; 4. Planejamento Urbano; 5. Rios urbanos; 6. Segregação Socioespacial. I. Castilho, Cláudio Jorge Moura de. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

CECÍLIA ARAÚJO DE QUEIROZ

PLANO URBANÍSTICO EM ÁREA RIBEIRINHA:
Conflitos entre os interesses capitalistas e sociais na promoção da
sustentabilidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Gestão e Políticas Ambientais.

Aprovado em: 30 / 07 / 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof^a. Dr^a. Cristina Pereira de Araújo (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof^a. Dr^a. Mariana Rabêlo Valença (Examinador Externo)
Universidade de Pernambuco - UPE

Prof. Dr. Rubio José Ferreira (Examinador Externo)
Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente às pessoas que me ajudaram a dar meus primeiros passos em direção ao ingresso do mestrado, em especial Jonathan e Natáli. Também agradeço aos professores e colaboradores do Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da UFPE, pela qualidade das aulas, junto aos debates, os quais foram de grande importância para minha formação. Também sou grata aos colegas que estiveram comigo nessa trajetória, pela troca de conhecimentos, incentivo e auxílio em diversas etapas da minha pesquisa. Nesse contexto, também agradeço mais uma vez Natáli pelo apoio e orientação das pesquisas de campo, processo que apesar de ter sido muito desafiador, eu consegui obter as análises necessárias.

Não poderia deixar de agradecer também ao meu orientador, o Dr. Cláudio Castilho, não só pela orientação da pesquisa, mas também pelo incentivo junto ao grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU), que contribuiu com leituras, debates e reflexões muito importantes para a minha pesquisa. Nesse sentido, também agradeço aos colegas desse grupo de pesquisa, também pelo apoio e contribuições para a realização da pesquisa. Por fim, agradeço à minha família, amigos e todos que de alguma forma contribuíram com o meu processo durante esses dois anos.

RESUMO

Recife possui intrínsecas relações com o rio Capibaribe, o qual pode ter papel fundamental no desenvolvimento sustentável da cidade, sendo, portanto, essencial para a dinâmica social, ambiental e econômica locais. Porém, ele, também atua como uma barreira que segrega áreas com fortes contrastes sociais, onde a vulnerabilidade social se destaca pela precariedade das moradias de baixa renda, ao mesmo tempo em que as classes dominantes também habitam algumas dessas áreas, atraindo investidores imobiliários, inclusive, ameaçando a permanência daqueles moradores na área. O Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Capibaribe - PURA Capibaribe aparece nesse cenário, apresentando premissas calcadas no discurso da sustentabilidade, que embasam diretrizes que visam integrar o tecido urbano com a Natureza. No entanto, na sua elaboração, a participação social não ocorreu de modo consciente, integrando as diferentes classes sociais, mas vem reforçando a desigualdade na forma pela qual a população de diferentes níveis de renda se apropria dos espaços públicos de acordo com os planos vigentes. Diante disto, é preciso dar continuidade aos estudos que identificam as desigualdades, também no âmbito da participação na gestão urbana, buscando entender como o PURA Capibaribe atua, considerando os diferentes interesses pelas áreas ribeirinhas da cidade, a fim de entender como os planos urbanísticos são influenciados, preponderantemente, pelos interesses capitalistas, e dando visibilidade ao papel das populações de baixa renda. Desta forma, esta dissertação tem como objetivo geral analisar a possibilidade de um plano urbanístico em área ribeirinha conseguir promover a sustentabilidade para toda a coletividade social coexistindo com os interesses capitalistas. Espera-se, portanto, que esta pesquisa evidencie os desafios que precisam ser enfrentados para a promoção da efetiva sustentabilidade, começando pela defesa da inclusão e participação social das populações que são atingidas nos planos urbanísticos, a fim de superar o quadro de desigualdade e injustiça social no espaço urbano, incluindo o acesso à Natureza.

Palavras-chave: Conflitos Socioambientais; Desenvolvimento Sustentável; Rio Capibaribe; Planejamento Urbano; Rios urbanos; Segregação Socioespacial.

ABSTRACT

Recife has intrinsic relationships with the Capibaribe River, which can play a fundamental role in the sustainable development of the city, and is therefore essential for local social, environmental and economic dynamics. However, it also acts as a barrier that segregates areas with strong social contrasts, where social vulnerability is highlighted by the precariousness of low-income housing, at the same time that the dominant classes also inhabit some of these areas, attracting real estate investors, including , threatening the permanence of those residents in the area. Capibaribe Urban and Environmental Recovery Plan - PURA Capibaribe, appears in this scenario, presenting premises based on the discourse of sustainability, which support guidelines that aim to integrate the urban fabric with Nature. However, in its elaboration, social participation did not occur consciously, integrating the different social classes, but has reinforced inequality in the way in which the population of different income levels appropriates public spaces in accordance with current plans. In view of this, it is necessary to continue the studies that identified inequalities, also within the scope of participation in urban management, seeking to understand how PURA Capibaribe operates, considering the different interests in riverside areas, in order to understand how urban plans are influenced, predominantly, by capitalist interests, and highlighting the role of low-income populations. Therefore, this project's general objective is to analyze the possibility of an urban plan in the riverside area being able to promote sustainability for the entire social community, coexisting with capitalist interests. It is expected, therefore, that this research will highlight the challenges that need to be faced to promote effective sustainability, starting with defending the inclusion and social participation of populations that are affected by urban plans, in order to overcome inequality and injustice. social environment in urban space, including access to Nature.

Keywords: Socio-environmental Conflicts; Sustainable development; Capibaribe River; Urban planning; Urban Rivers; Socio-spatial segregation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Brasil, Nordeste e Pernambuco com mesoregiões.....	34
Figura 2 - Pernambuco, RMR e Recife.....	34
Figura 3 - Ilha de Santo Antônio e suas pontes no centro do Recife.....	35
Figura 4 - Bacias hidrográficas do Recife.....	36
Figura 5 - Massa vegetal do Recife.....	37
Figura 6 - Topografia do Recife.....	38
Figura 7 - Mapas de renda média domiciliar por bairro (Censo IBGE, 2010) e imagem de satélite (ESRI, 2018) com destaque para a mancha urbana.....	39
Figura 8 - Mapa de densidade construtiva do Recife.....	40
Figura 9 - Macrozona do rio Capibaribe na cidade do Recife.....	41
Figura 10 - Localização da bacia hidrográfica do Capibaribe, em Pernambuco.....	42
Figura 11 - Percurso do rio Capibaribe na cidade do Recife.....	43
Figura 12 - Área de implementação do Parque Capibaribe (Zona Parque).....	48
Figura 13 - Localização das 4 portas ambientais e as regiões das 7 águas do Capibaribe.....	50
Figura 14 - Planta Geral do Trecho do Encantamento.....	51
Figura 15 - Plano de Reinvenção com suas regiões e estratégias.....	54
Figura 16 - Recorte da área de estudo na Zona Parque.....	55
Figura 17 - Renda média domiciliar do Recife com foco na área de estudo.....	56
Figura 18 - Bairros onde está localizada a área de estudo.....	57
Figura 19 - Zoneamento do limite do recorte da Zona Parque.....	58
Figura 20 - Renda com identificação dos bairros escolhidos para visita de campo.....	59
Figura 21 - Recorte da área de estudo na Zona Parque no rio Capibaribe.....	60
Figura 22 - Desigualdade social nas margens do rio Capibaribe.....	71
Figura 28 - Vista aérea do Recife com pontes no centro histórico.....	71
Figura 29 - Palafitas no bairro do Pina, em local com forte contraste social.....	73
Figura 30 - Áreas do rio Capibaribe valorizadas pela burguesia na zona oeste do Recife.....	74
Figura 31 - Praia de Boa Viagem.....	74
Figura 32 - Encontro do Capibaribe com o mar.....	76
Figura 33 - Palafitas no rio Capibaribe, bairro dos Coelhos - Recife.....	77
Figura 34 - Calçadão na Av. Beira Rio.....	79
Figura 35 – Maquete eletrônica de um trecho PPC.....	80
Figura 36 - Casas na comunidade Beira Rio, desabando no Capibaribe.....	83
Figura 37 - Casas tomadas pela água em 2022 no bairro Monteiro, em Recife.....	84
Figura 38 - Vista para oeste no Parque High Line. Imagem de Iwan Baan, 2014.....	87
Figura 39 - Parque das Graças (Parte do PPC que já foi inaugurada).....	88
Figura 40 - Brasília Teimosa, no bairro do Pina, em Recife.....	90
Figura 41 - Imagem de cima do bairro da Jaqueira, no Recife.....	91
Figura 42 - Número de transações imobiliárias e valor do imóvel por setor censitário. Dados ITBI 2010-2012.....	93

Figura 43 - Mapas de Recife (PE) com os dados de renda média domiciliar (Censo IBGE, 2010) e imagem de satélite (ESRI, 2018) com destaque para a mancha urbana, área de estudo.....	94
Figura 44 - Diagnóstico das edificações da Zona Parque.....	95
Fonte: PURA Capibaribe - TOMO 4: Parque (INCITI, 2020) modificado pela autora (2024).....	95
Figura 45 - Verticalização do rio Capibaribe.....	96
Figura 46 - Comunidade Arlindo Gouveia (Madalena) removida pelo PRsP.....	98
Figura 47 - Conjunto Habitacional da Torre.....	99
Figura 48 - Edifícios na Av. Beira Rio, na Madalena.....	100
Figura 49 - Casas demolidas fazem divisa com empreendimento da Moura Dubeux.....	101
Figura 50 - Ponte que liga Monteiro à Iputinga em construção.....	102
Figura 51 - Parque linear na margem do rio que já foi entregue pelo PPC.....	105
Figura 52 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	108
Figura 53 - Trecho 1 da área da pesquisa com renda média domiciliar.....	110
Figura 54 - Ponto 1 do Trecho 1 (Iputinga) visto de cima.....	111
Figura 55 - Edifícios residenciais populares.....	111
Figura 56 - Ponte da Salvação, ligando a comunidade do Detran até o bairro Monteiro.....	112
Figura 57: Habitações precárias às margens do rio na comunidade da Pipoquinha.....	112
Figura 58 - Ponto 2 do Trecho 1 (Iputinga) visto de cima.....	113
Figura 59 - Ponto de travessia de barco na margem da Iputinga.....	114
Figura 60 - Ponto de travessia de barco no Jardim Secreto, no Poço da Panela.....	114
Figura 61 - Trecho 2 da área da pesquisa com renda média domiciliar.....	118
Figura 62 - Trecho 2 da área da pesquisa visto de cima.....	119
Figura 63 - Casas de costas para o rio no bairro do Cordeiro.....	119
Figura 64 - Habitações de baixa renda próximas ao rio no bairro do Cordeiro.....	120
Figura 65 - Trecho 3 da área da pesquisa com renda média domiciliar.....	122
Figura 66 - Ponto 1 do Trecho 3 da área da pesquisa visto de cima.....	123
Figura 67 - Ponte de pedestre que liga Vila Santa Luzia até o Parque Santana.....	123
Figura 68 - RioTeca na Vila Santa Luzia.....	124
Figura 69 - Área coberta da RioTeca na Vila Santa Luzia.....	124
Figura 70 - Acesso direto ao rio pela RioTeca da Vila Santa Luzia.....	125
Figura 71 - Ponto 2 do Trecho 3 visto de cima.....	125
Figura 72 - Travessia que liga o bairro da Torre até a Jaqueira.....	126
Figura 73 - Trecho 4 da área da pesquisa com renda média domiciliar.....	129
Figura 74 - Trecho 4 da área da pesquisa visto de cima.....	130
Figura 75 - Casas sendo demolidas na Vila Esperança, no bairro Monteiro.....	130
Figura 76 - Edifícios com renda domiciliar alta próximos à obra da ponte.....	131
Figura 77 - Destruição da vegetação para a execução do Parque das Graças.....	134
Figura 78 - Imagem da maquete eletrônica do projeto do Parque das Graças.....	135
Figura 80 - Proposta PPC na travessia do Parque Santana e Vila Santa Luzia.....	137

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	14
2.1 Processo de produção do espaço urbano na sociedade capitalista.....	14
2.2 Sustentabilidade urbana e os conflitos socioambientais.....	20
2.3 Planos urbanísticos no planejamento da cidade.....	26
2.4 Áreas ribeirinhas urbanas.....	30
3 METODOLOGIA.....	33
3.1 Área da pesquisa.....	33
3.1.1 A cidade do Recife.....	33
3.1.2 O rio Capibaribe.....	42
3.2 Objeto de estudo.....	44
3.2.1 PURA Capibaribe - Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Rio Capibaribe.....	44
3.2.2 Recorte espacial da área de estudo.....	55
3.3 Método de abordagem.....	60
3.3.1 Materialismo histórico dialético.....	61
3.4 Procedimentos metodológicos.....	62
3.4.1 Pesquisas bibliográfica e documental.....	63
3.4.2 Estudo de Campo.....	64
3.4.3 Entrevista não estruturada.....	64
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	70
4.1 Recife e o Capibaribe: Relações socioespaciais.....	70
4.1.1 Recife: Contexto socioespacial do Espaço urbano.....	70
4.1.2 O rio Capibaribe na estruturação urbana do Recife.....	75
4.2 Sustentabilidade e interesses capitalistas no espaço urbano.....	80
4.2.1 Interesses capitalistas e problemas socioambientais urbanos.....	81
4.2.2 Discurso da sustentabilidade no espaço urbano.....	85
4.2.3 Interesses capitalistas nos ambientes naturais.....	89
4.3 Planos urbanísticos em áreas ribeirinhas com.....	

fortes contrastes sociais.....	92
4.3.1 Contrastes socioespaciais em áreas ribeirinhas.....	92
4.3.2 Requalificação urbanística em áreas ribeirinhas.....	96
4.3.3 Plano urbanístico em área ribeirinha: PURA Capibaribe.....	102
4.4 Promoção de sustentabilidade em plano urbanísticos em áreas ribeirinhas	106
4.4.1 PURA Capibaribe e as premissas de sustentabilidade.....	106
4.4.2 PURA Capibaribe e Inclusão social.....	109
4.4.3 Desafios da concretização da sustentabilidade do PURA Capibaribe	133
CONCLUSÃO.....	139
REFERÊNCIAS.....	142
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.....	149

1 INTRODUÇÃO

Recife, capital do estado federado de Pernambuco, possui visível relação com suas águas - rios, canais, açudes, manguezais e praias - as quais constituem marcos essenciais da sua paisagem urbana. Diante da forte relação material e simbólica com que a cidade desenvolveu com suas águas, destacam-se as relações econômicas, sociais e culturais, em torno do rio Capibaribe (VILLAÇA, 2001).

Este, que é o principal rio da cidade, possui, portanto, fundamental potencial na promoção do desenvolvimento sustentável, na medida em que pode articular as dinâmicas social, ambiental e econômica. Porém, ele também atua como barreira que segrega áreas com fortes contrastes sociais, onde a vulnerabilidade social se destaca pela precariedade das moradias de baixa renda em áreas ribeirinhas (ALENCAR E SÁ, 2018). Ao longo da história urbana do Recife, as margens do rio se firmaram como áreas privilegiadas, evidenciando a instalação da aristocracia recifense (VILLAÇA, 2001). Algumas destas áreas foram usadas para instalação de espaços públicos e jardins, que serviram para atender às populações nobres da cidade (SÁ CARNEIRO, 2010); enquanto que outras foram ocupadas por “mocambos”, formando favelas e outros tipos de moradias precárias (palafitas) presentes ao longo do rio.

O Capibaribe carrega, assim, até os dias atuais, certo valor para as classes dominantes, atraindo investidores imobiliários que utilizam propagandas “verdes” para lucrar (CASTILHO, 2021). Isso ocorre devido ao aumento dos símbolos ecológicos na sociedade, que faz com que atualmente a natureza não seja apenas importante para o desenvolvimento sustentável, mas também pelo valor que ela agrega ao solo (PESSOA, DINIZ & REIS, 2018).

É neste cenário que está sendo implementado o Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Capibaribe - PURA Capibaribe. Os planos urbanísticos são elaborados para dar suporte ao planejamento urbano, registrando as medidas necessárias para alcançar os seus objetivos (APPARECIDO JUNIOR, 2011). No caso do PURA Capibaribe, ele dá suporte ao Projeto Parque Capibaribe (PPC), que, ao nível do discurso, busca promover uma vida mais sustentável, saudável, próspera e feliz para as gerações futuras (MONTEIRO *et al*, 2020). No entanto, ao buscar ampliar as áreas verdes públicas revalorizando o rio Capibaribe, deve-se colocar em questão, quem de fato terá direito a esses “espaços públicos” (CASTILHO, 2021).

Pesquisas recentes apontam a dificuldade que o PURA Capibaribe tem em promover uma participação social consciente, integrando diferentes classes sociais. Logo, apesar do plano se preocupar em integrar a conservação do ambiente natural com o uso da população, a participação social consciente e efetiva ainda é bastante embrionária (ALENCAR, 2022).

Deste modo, fica a seguinte questão: Como os planos urbanísticos em áreas ribeirinhas podem promover a sustentabilidade para a coletividade social, coexistindo com os interesses capitalistas?

Esta pergunta representa o problema desta pesquisa, logo, buscando responder esta questão, tem-se o seguinte Objetivo Geral: Analisar a possibilidade de um plano urbanístico em área ribeirinha conseguir promover a sustentabilidade para toda a coletividade social coexistindo com os interesses capitalistas. Para alcançá-lo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: Identificar como a perspectiva da sustentabilidade se relaciona com os interesses capitalistas em espaços urbanos; Investigar um plano urbanístico em áreas ribeirinhas e evidenciar se ele consegue beneficiar - ou não - as diferentes classes sociais, destacando as populações mais vulneráveis; Destacar as fragilidades e os desafios do plano urbanístico em relação à promoção da sustentabilidade em uma sociedade de classes.

Desta forma, foi delimitado um plano urbanístico como objeto de estudo desta pesquisa, em busca de uma resposta para essa pergunta, foi o PURA Capibaribe. Ele foi escolhido, pois apesar dele planejar melhorias para as áreas ribeirinhas na perspectiva da sustentabilidade, na prática, os interesses das classes dominantes aparecem como um obstáculo. Assim, faz-se necessário refletir sobre a real possibilidade do PURA Capibaribe efetivar a sustentabilidade para as diferentes classes sociais.

Diante disso, foi realizada uma pesquisa exploratória, utilizando o materialismo histórico dialético como método de abordagem, buscando analisar o PURA Capibaribe no contexto histórico da formação urbana do Recife, considerando as determinações socioeconômicas no âmbito das relações de produção e dominação do espaço, bem como as contradições e os conflitos engendrados. Nessa perspectiva, são apresentados nesta dissertação, os resultados procedentes da análise e discussão do que foi pesquisado por meio da revisão bibliográfica, e das pesquisas documental e de campo

Desse modo, pretendeu-se dar visibilidade à perspectiva concreta da sustentabilidade alcançar a população economicamente vulnerável, defendendo a efetivação dos seus direitos básicos historicamente negligenciados (moradia, saúde, lazer) e destacando a real possibilidade de se reconectarem com a cidade (e a Natureza), condição à efetiva sustentabilidade. Essa perspectiva está atrelada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, mais especificamente ao ODS 10, que busca a redução das desigualdades e ao ODS 11, que busca construir cidades e comunidades sustentáveis (ONU, 2015).

Esta dissertação foi estruturada em 5 tópicos, os quais, por sua vez, foram subdivididos em outros subtópicos, buscando proporcionar melhor compreensão do conteúdo ora abordado. O primeiro tópico refere-se à introdução do trabalho, que é esta parte que apresenta a contextualização da pesquisa. O segundo refere-se à Revisão bibliográfica, onde são apresentados conceitos, teorias e discussões sobre os temas relacionados com a pesquisa. O terceiro, à metodologia da pesquisa, que busca demonstrar o caminho percorrido pela pesquisadora, a área da pesquisa, a abordagem utilizada para analisar o problema da pesquisa e os procedimentos realizados, tendo em vista a realização da pesquisa. O quarto consiste em apresentar a análise e discussão dos resultados da pesquisa, norteadas pelos objetivos e pela metodologia utilizada. E, para finalizar, o quinto tópico, que apresenta a conclusão da pesquisa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção serão apresentados alguns conceitos, definições e teorias acerca do tema central da dissertação. Assim, foi necessário realizar uma revisão bibliográfica sobre os seguintes conceitos e ideias: processo de produção do espaço urbano na sociedade capitalista, sustentabilidade urbana e os conflitos socioambientais, plano urbanístico no planejamento das cidades e áreas ribeirinhas urbanas; conceitos que se fazem fundamentais para esta pesquisa.

2.1 Processo de produção do espaço urbano na sociedade capitalista

O espaço, segundo Santos (1988), pode ser considerado resultado do arranjo de objetos espaciais (formas), naturais e sociais, juntamente com a vida que o preenche, ou seja, a sociedade em movimento. Logo, trata-se de um conjunto de formas com as frações da sociedade em seu movimento permanente na história.

Portanto, é resultado em si da ação dos homens e das mulheres no próprio espaço, que é intermediada por objetos naturais e artificiais, ou seja, é onde as relações entre sociedade e natureza são disseminadas pelo trabalho (SANTOS, 1988). O espaço é, assim, resultado da ação da sociedade configurando a paisagem geográfica, como resultado da junção de materialidade e sociedade, forma e conteúdo, fixos e fluxos, inércia e dinâmica, objetos e ações (SANTOS, 1978).

De acordo com Lefebvre (2002), os primeiros agrupamentos humanos que exploraram o espaço originaram o fenômeno urbano. O autor, então, ressalta o processo de urbanização, apontando o espaço urbano como lugar de encontro de coisas e pessoas, no qual a troca comercial se tornou uma função urbana. Desse modo, para ele, o urbano é um campo complexo de tensões onde a realidade com sua problemática é ocultada pelas representações que são cercadas de racionalidade industrial. Logo, as tensões sociais estão presentes nas cidades contemporâneas, como, por exemplo, no espaço urbano de Recife.

Nesse sentido, Harvey (2005) fala sobre a acumulação do capital que acontece em contexto geográfico, apontando que isso é reconhecido nas obras de Marx sobre o capitalismo. Ele diz que a acumulação cria diferentes tipologias de estruturas geográficas, nas quais o crescimento econômico está conectado com as relações espaciais. Assim, o autor aponta que a acumulação do capital sempre foi

uma ocorrência geográfica, na qual as possibilidades de expansão geográfica corroboram com o capitalismo, resultando na reorganização espacial sob a perspectiva do desenvolvimento geográfico desigual.

De acordo com Marx (2013), a riqueza das sociedades, no modo de produção capitalista, aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”, as quais possuem valor de uso e valor de troca. Nesse sentido, ele mostra que a mercadoria surge para satisfazer às necessidades humanas, tendo o seu valor de uso representado na sua utilidade e o valor de troca se expressando na quantidade e proporção que o valor de uso de um objeto adquire na troca com o valor de uso de um outro objeto.

Isto pode variar de acordo com o tempo e o lugar, portanto tratam-se de valores que são relativos. Dessa forma, o valor da mercadoria é determinado pela relação entre ela e a sociedade, onde a mercadoria não é a coisa em si, mas a própria relação social que se apresenta nela.

Ao refletir sobre o conceito de mercadoria em Marx, é percebido que o modo de produção capitalista forma a organização do trabalho, no âmbito das relações de troca mercantil, salarial e de produção. Portanto, o capitalismo é o modo de produção de uma sociedade de trocas comerciais, pelo qual os proprietários dos meios de produção (capitalistas) compram a força de trabalho e organizam o processo de produção das mercadorias, que são vendidas para a acumulação do capital. Logo, a existência da mercadoria se deve, entre outros fatores, à divisão social do trabalho, a qual é, por sua vez, condicionante para a sua própria produção (VICENTE, 2012).

Essa forma de circulação da mercadoria é que consolida o capitalismo, pois sem ela não haveria obtenção de lucro, transformando a reprodução da vida cotidiana que conhecemos atualmente (HARVEY, 2005). No sistema capitalista, o capital estrutura compulsões, que têm como consequências a mercantilização da sociedade e sistemática transformação da produção e reprodução econômica em recortes temporais do capital (FELDMAN, 2019).

Mészáros (2002) fala que o sistema do capital é uma estrutura globalmente dominante, poderosa e totalizadora de controle, que precisa de expansão permanentemente para acumular, produzindo trabalho excedente, onde tudo e todos precisam ter “visibilidade produtiva”. Ocorre perda de controle sobre os processos de tomada de decisão, que se aplica aos trabalhadores e aos capitalistas mais ricos,

onde não importam quantas ações controladoras eles possuam, pois eles precisam obedecer às demandas do sistema assim como todos.

O autor ainda diz que, antes do capital ser controlado pelos capitalistas, ele já está sobreposto a tudo e a todos, fazendo com que toda a sociedade se sujeite às exigências que controlam o capital. Assim, esse processo divide a sociedade em classes sociais que são abrangentes e opostas entre si, o que é consolidado pelo sistema de divisão social hierárquica do trabalho, na qual as funções de produção e controle do trabalho devem estar separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos. Como consequência, as oportunidades de vida dos indivíduos são determinadas de acordo com o lugar em que os grupos sociais a que pertencem estejam situados na estrutura hierárquica de comando do capital.

Juntamente com o acelerado crescimento da acumulação de capital está o crescimento das crises na qual a economia cognitiva reconhece disfunções do capitalismo, tais como as crises econômicas, sociais e ambientais. Diante desse quadro de referências, o aumento da desigualdade social marca cada vez mais todas as esferas da vida social, onde a divisão social do trabalho aumenta. Nesse contexto, ocorre a individualização da população na sociedade moderna, na qual muitas escolhas individuais são determinadas socialmente em um sistema complexo, gerando múltiplas escolhas e perfis de indivíduos e de consumo (ASCHER, 2010).

Algumas manifestações das chamadas crises do sistema capitalista são apresentadas por Harvey (2005), como o desemprego e subemprego, entre outras, que corroboram com o aumento da superacumulação, logo, tendo função de ordenar o sistema econômico. Segundo este autor, isso gera um custo social, que provoca consequências econômicas trágicas para a sociedade, cujo processo de correção pode provocar lutas de classe e movimentos revolucionários. Porém, ele afirma que o processo das crises e suas correções funciona como manutenção do sistema dominante, criando condições apropriadas à acumulação do capital.

O espaço urbano, é onde está o conjunto de diferentes usos e ocupação da terra justapostos entre si, que define áreas como: centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e aquelas de reserva para futura expansão. Este conjunto de usos e ocupação da terra forma a organização espacial da cidade. Nesse contexto, os agentes sociais

que fazem parte da produção do espaço urbano são: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais e comerciantes; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os “grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 1995).

Kohlsdorf (1996), ao analisar o espaço urbano, diz que ele está ligado à utilização social e informação que o local transmite, logo, ele não é somente um reflexo social, mas também um condicionante social, o que se relaciona com o que foi anteriormente citado. Castells (1980) apresenta o espaço urbano como estruturado, considerando que os processos sociais que estão ligados a ele expressam os determinismos de organização social e de cada período histórico em que está inserido, logo, os processos sociais são responsáveis por definir a configuração espacial. Ao encontro disso, Corrêa (1995) aponta o espaço urbano como:

[...] fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais. (CORRÊA, 1995, p. 9)

Nesse contexto, Lefebvre (2002) fala sobre a sociedade urbana, traçando um eixo que vai da ausência da urbanização (que ele chama de “natureza pura”) até à culminação do processo de urbanização. Esse eixo passa pela cidade política, cidade comercial, a transformação do agrário para o urbano, a cidade industrial e zona crítica. Nesta última, ocorreu a concentração urbana que provocou a expansão do tecido urbano, criando periferias e subúrbios.

É neste contexto da sociedade capitalista, que se insere o espaço urbano que cerca o rio Capibaribe na cidade do Recife, onde se insere o objeto de pesquisa da presente dissertação.

A produção do espaço urbano, ainda, pode ser entendida de acordo com as três dimensões apresentadas por Lefebvre (2006), são elas: o espaço percebido, que pode ser percebido por meio de sentidos pela prática social; o espaço concebido, que está ligado ao que foi elaborado pelos arquitetos e gestão pública,

muitas vezes com influências do mercado; e o espaço vivido, que é experimentado pelas pessoas na vida cotidiana.

Algumas categorias estão inseridas no contexto do espaço urbano, como o espaço público, que também apresenta diversos conceitos de acordo com o campo de estudo. Para Leitão (2002), apesar da noção de espaço público no urbanismo não possuir definição rigorosa, ele pode ser definido como espaços abertos ao público, de uso comum, apropriados livremente pela população, podendo ou não ser verdes, como: parques, jardins, ruas, praças, pátios, etc.

Nesse contexto, Lefebvre (2002) fala que a rua é um importante elemento do espaço urbano, pois é um local onde acontece o movimento que gera a vida urbana. Ele aborda os trabalhos de Jane Jacobs, apontando que a movimentação da rua gera segurança e diminui a violência urbana, ela diz que sem vida nas ruas, a criminalidade aumenta. Ele diz que é na rua que geralmente ocorrem revoluções, onde a desordem cria uma nova ordem. No entanto, o autor também mostra que a rua junta seres em busca de mercadorias, onde o valor de troca se torna mais importante do que o valor de uso e o local se torna alienado-alienante. A rua se organiza para o consumo, que se torna um local onde a organização neocapitalista mostra sua força, onde o capital provoca uma acumulação de objetos e pessoas, colonizando o espaço urbano.

Nesse sentido, o autor também evidencia que o espaço e a política do espaço são reflexos sociais ao mesmo tempo em que também reagem sobre elas. Isto pode ser observado na produção do espaço urbano nas metrópoles latino-americanas como em Recife.

Recife é uma cidade marcada pela violência urbana, apresenta muitas áreas públicas sem uso, como ruas e parques que acabam sendo palco de situações de insegurança e vandalismo. Porém, o espaço público do Recife também é cenário de lutas e revoluções em busca de direitos pela cidade, como o caso de protestos que costumam acontecer nas principais vias públicas da cidade – ruas e avenidas. No entanto, a capital pernambucana também se tornou um local onde a acumulação do capital está fortemente presente, o que pode ser percebido ao comparar as ruas, parques e praças de bairros com diferentes realidades socioeconômicas.

Nesse contexto, ocorre a rentabilização do espaço urbano, onde as melhorias de infraestrutura urbana em bairros pobres tendem a produzir menos lucro do que as realizadas em bairros ricos, seja porque o consumo coletivo gera menos lucro ou

porque varia a capacidade da população de responder de forma que gere valorização imobiliária no local (RIBEIRO, 2018).

Nesse ponto, insere-se a questão da gentrificação, que é o processo no qual a renovação de certas áreas ocasiona a substituição de moradores mais pobres pelos de classes mais altas. Assim, as renovações espaciais das cidades e o desenvolvimento das infraestruturas se tornam fontes de excedente de capital, ocasionando o desalojamento de uma parte da população, por meio de desapropriações e remoções, pelas mudanças de padrão de moradia e consumo da área (RIBEIRO, 2018).

De acordo com Alcântara (2018), o termo gentrificação é a tradução de *gentrification* (de *gentry* = “pequena nobreza”), conceito criado pela socióloga britânica Ruth Glass para descrever transformações em diversos bairros operários de Londres. O autor aponta que a palavra tem sido utilizada em estudos sobre desigualdade e segregação urbana, em diferentes áreas, como: sociologia, antropologia, geografia e arquitetura, economia e estudos urbanos em geral. Ele mostra que, inicialmente, sua definição se referia às mudanças urbanas de antigas zonas populares, que modificam sua paisagem, usos e significados, de forma a transformar áreas degradadas em locais que atraem moradores de renda mais alta.

Os debates atuais sobre gentrificação possibilitam análises sobre a produção do espaço e as atuais especificidades do neoliberalismo. No contexto contemporâneo, as lutas por justiça ambiental nas cidades podem refletir em novos conflitos urbanos, considerado também a necessidade de analisar a ideia de gentrificação verde, que consiste em um subconjunto da gentrificação urbana originado por iniciativas ecológicas que buscam restaurar amenidades ambientais, porém, atraindo grupos mais ricos depois de expulsar os mais pobres. (TORRES, VIVIAN E SANCHES, 2019)

Esses termos também fazem relação com o que Harvey (2011) apresenta como deslocamento e despossessão, quando ele fala sobre a absorção do capital na produção do espaço urbano, mostrando que a “reabilitação urbana” provoca perda de direitos das populações de baixa renda.

Dessa forma, Villaça (2001) destaca o grande desnível social que realça a luta de classes que ocorre na busca de vantagens e recursos para usufruir da cidade. O autor, então, destaca que o espaço urbano passa a ser uma mercadoria que é produzida pelo trabalho social, onde a distribuição espacial das classes

sociais determina a distribuição espacial dos serviços sociais tanto privados como públicos.

O tema desta pesquisa contempla o espaço urbano de áreas ribeirinhas do Capibaribe, na cidade do Recife, onde está sendo implementado o PURA Capibaribe, ação urbanística que, em certa medida, está ratificando a gentrificação verde em diversas áreas ribeirinhas da cidade. Também será apontada a perceptível relação entre a distribuição espacial dos parques lineares que fazem parte do PURA com a distribuição espacial das classes sociais. Nesse processo, foi possível observar quais ruas estão ganhando mais vitalidade com a implementação desse projeto e quem são as pessoas que vão usufruir dos seus benefícios.

2.2 Sustentabilidade urbana e os conflitos socioambientais

Wolkmer, Wolkmer e Ferrazzo (2017) observam que, há décadas, vem se intensificando o debate sobre a opção insustentável de desenvolvimento que é adotada pelas sociedades ocidentais capitalistas. Eles apontam que este modelo calcado no consumo desenfreado, culmina no esgotamento e extinção de diversas espécies e sistemas ecológicos. Os autores fazem um resgate histórico da relação do homem com a natureza, na qual apontam que na modernidade ocidental se estabeleceu um dualismo entre ser humano e natureza, pelo que a natureza é submetida ao ambiente humano e às suas necessidades de “desenvolvimento”, que são estabelecidas pelo sistema de produção capitalista.

Antes disso, Lefebvre (2002) falava sobre o problema da perda de contato com o natural, que ocorre durante a troca comercial no meio urbano, pela qual as próprias aldeias passaram a produzir para o mercado urbano, fazendo com que elas passassem a ver a natureza, fazendo com que a natureza como algo misterioso.

De acordo com Boff (2016), sustentabilidade é o conjunto de processos e ações que buscam manter a vitalidade e integridade do Planeta Terra, preservando seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a reprodução da vida. Razão pela qual Lima (1997) questiona se é possível existir sustentabilidade no contexto de uma sociedade capitalista.

Rattner (2009) apresenta que no início do século XXI o termo sustentabilidade começou a ser pauta nas reuniões e conferências internacionais sobre o meio ambiente e desenvolvimento, que envolveram nações, políticos, jornalistas,

representantes de ONG e outras instituições. Porém, ele mostra que os poucos resultados dessas reuniões causam desânimo e desespero para os que lutam para salvar o Planeta.

Ao falar sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, Souza e Armada (2017) explanam sobre a evolução desses conceitos, apontando o grande desafio era romper os paradigmas relacionados com o modo de vida centrado no consumo. Nesse cenário, a preservação do meio ambiente ficava em segundo plano, assim como outras questões relacionadas à vida humana.

Os autores apresentam a sustentabilidade como a capacidade de resistir ou se adaptar à mudança endógena ou exógena por tempo indeterminado. Portanto, para o ser humano alcançar a sustentabilidade juntamente com o meio natural e misto, é preciso que haja um desenvolvimento sustentável. Apesar desse desenvolvimento possuir grande variedade em termos de definições que o torna impreciso e inoperante, todas têm como base princípios da sustentabilidade, como perspectiva de longo prazo, importância das condições locais, compreensão da evolução não linear dos sistemas ambientais e humanos.

De acordo com Souza e Armada (2017), foi publicado o estudo intitulado “Os Limites do Crescimento” em 1972, conhecido como Relatório Meadows, que simulou a interação do homem com o meio ambiente considerando o aumento populacional e o esgotamento dos recursos naturais. Em 1987, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, foi publicado o estudo intitulado “Nosso Futuro Comum”, chamado de Relatório Brundtland, que apresentou uma lista de ações a serem tomadas pelos Estados, assim como metas a serem realizadas em âmbito internacional. Este relatório define desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer às necessidades das gerações futuras, incorporando dois conceitos-chave: necessidades e limitações; representando, portanto, as necessidades essenciais dos pobres do mundo e as limitações da tecnologia e organização social, no que tange a capacidade do meio ambiente de atender às necessidades atuais e futuras.

Os autores mostram que, apesar do relatório entender que os recursos do Planeta são finitos e que é preciso adotar nova forma de viver, mudando o padrão de produção e consumo, ainda permaneciam as contradições entre o crescimento econômico e a conservação do meio ambiente. Neste contexto, o relatório se

distancia do ecocentrismo, que entendia o desenvolvimento como causador da degradação ambiental, aproximando-se de uma ótica antropocentrista, preocupando-se em evitar que a degradação limitasse o desenvolvimento.

Ainda segundo os autores, alguns documentos importantes também foram publicados durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, a ECO-92, como foi o caso da Agenda 21. Nesta agenda o termo Desenvolvimento Sustentável foi popularizado pela mídia. Assim, houve um uso indiscriminado deste termo, o que foi criticado pelo receio em se tornar mais um resultado do modismo para as elites, a fim de maquiar os velhos discursos com a ilusão do “verde”.

Souza e Armada (2017), então, dizem que foi a partir de 2002 que o termo “sustentabilidade” passou a significar o equilíbrio das dimensões: ecológica, social, espacial e econômica, mas que atualmente se pensa nos pilares: prosperidade econômica, na qualidade ambiental e na justiça social. Assim sendo, o termo “desenvolvimento sustentável” passou por diversas críticas, para que ele não fosse utilizado de forma artificial visando à manutenção do modelo do consumismo. Deste modo, os autores mostraram que o atual modelo de sociedade se baseia no “desenvolvimento sustentável” da economia, mas não suporta mais a pressão da crise ambiental global.

Segundo Carvalho (2008), o conceito de sustentabilidade apresenta alta polissemia, ou seja, múltiplos sentidos, podendo ser pensado como um conceito em disputa ao invés de uma categoria descritiva e estável dentro do contexto ambiental. Ao encontro disso, Lima (1997) condena a polissemia referente à Natureza, na qual o termo desenvolvimento sustentável busca desviar a atenção dos reais problemas ambientais globais.

Desse modo, Souza e Armada (2017) apresentam o conceito de Sustentabilidade sob um olhar multidimensional. De acordo com elas, esse olhar surgiu em 2002, na Rio+10 em Johannesburgo, quando, além da dimensão global, as perspectivas ecológica, social e econômica estavam reunidas como qualificadoras de qualquer projeto de desenvolvimento, assim como a garantia de que sem justiça social não seria possível ter um meio ambiente saudável e equilibrado para as presentes e futuras gerações.

Nesse sentido, é necessário considerar o que Alfonsin (2010) fala sobre a importância de pensar em cidades sustentáveis que sejam mais justas e

democráticas, pois uma cidade marcada pela desigualdade social e segregação territorial não é capaz de produzir um desenvolvimento sustentável. A autora destaca que a sustentabilidade aparece no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), uma Lei Federal de Desenvolvimento Urbano que regulamenta o capítulo da Política Urbana da Constituição Federal. Porém, para ela, apesar do Estatuto da cidade adotar a sustentabilidade como objetivo, este é um conceito complexo que não pode ser usado de forma reducionista, como parece ser a concepção adotada por essa lei.

O Programa Cidade Sustentável (PCS) é uma agenda de sustentabilidade urbana que incorpora as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no planejamento das cidades. Ele é estruturado em 12 eixos temáticos, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Nações Unidas, abordando os seguintes eixos:

- Ação Local para Saúde;
- Bens Naturais Comuns;
- Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida;
- Cultura para a Sustentabilidade;
- Economia Local Dinâmica;
- Do Local para o Global;
- Educação para Sustentabilidade e Qualidade de Vida;
- Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz;
- Governança;
- Gestão Local para Sustentabilidade;
- Melhor Mobilidade, Menos Tráfego;
- Planejamento e Desenho Urbano;

(PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS)

Diante disso, tem-se observado o aumento dos estudos que buscam soluções para as cidades, onde surgem por exemplo as concepções de cidades inteligentes e cidades sustentáveis. A concepção de cidades inteligentes envolve questões relacionadas à tecnologias de comunicação, gestão participativa e sustentabilidade. Já a concepção de cidades sustentáveis envolve uma sociedade com consciência de seu papel transformador dos espaços, buscando prudência ecológica, eficiência energética e equidade socioespacial (ABDALA, 2014).

De acordo com Roseland (1997), a cidade sustentável é o tipo mais durável de assentamento que o ser humano pode desenvolver, proporcionando qualidade de vida sem muitos prejuízos ao ecossistema. Porém, alguns problemas surgem na implementação de uma cidade sustentável, dos quais Vieira (2012) apresenta os mais comuns e que necessitam de alternativas com mais urgência, são eles:

- crescimento demasiado da população urbana;
- ocupação espacial desordenada e ilegal do solo urbano;
- marginalização da população de baixa renda e exclusão social;
- concentração de renda;
- desigualdades sociais;
- dilapidação dos recursos naturais não-renováveis;
- adoção de sistemas produtivos e tecnologias poluentes;
- baixa eficiência energética;
- expansão ilimitada do consumo.

Recife apresenta alguns desses problemas, os quais se destacam: crescimento da população, ocupação desordenada do solo, marginalização e exclusão da população de baixa renda, concentração de renda e desigualdades sociais. Desse modo, fica evidenciado os desafios que a capital pernambucana enfrenta em relação aos eixos da agenda de sustentabilidade do Programa Cidade Sustentável, que estão alinhados com os ODS 's.

No entanto, Lima (1997) aponta que os obstáculos existentes para a concretização da sustentabilidade aparecem nas discordâncias em como construir um desenvolvimento multidimensional que integre justiça social, sustentabilidade ambiental, viabilidade econômica, democracia participativa, ética comportamental, solidariedade e conhecimento integrador.

A vulnerabilidade socioambiental em que vivem muitas famílias recifenses, aparece nesse cenário, envolvendo as dinâmicas social e a ambiental, que consiste na exposição aos riscos ambientais que dependem de fatores sociais, econômicos, tecnológicos, culturais, ambientais e a relação destes com o ambiente físico-natural (ESTEVES, 2011).

O conceito de justiça ambiental faz parte desse contexto, o qual, para Acselrad (2002), aparece como um discurso que tem ganhado cada vez mais força, onde inúmeros autores apontam o caráter socialmente desigual das condições de

acesso à proteção ambiental. O autor apresenta que a desigual distribuição do poder sobre recursos políticos, materiais e simbólicos, estão associados às injustiças ambientais que estão relacionadas com as opressões de classe, raça e gênero.

Segundo Lima (2010), a intensificação de problemas socioambientais - tais como: urbanização acelerada, desigualdade na distribuição demográfica, descontrole no uso de energia nuclear, consumo excessivo de recursos não renováveis, aumento da desertificação do solo, contaminação dos recursos naturais, desmatamento florestal, redução da biodiversidade e da diversidade cultural, efeito estufa, redução da camada de ozônio - passaram a atrair a atenção pública mundial para essa realidade, que era pouco observada.

Os problemas socioambientais surgem quando as causas de um determinado risco ou perigo não são naturais, mas resultados da junção dos fatores naturais do ambiente físico e a dinâmica da sociedade (MENDONÇA, CUNHA E LUIZ, 2016).

Acseirad (1995) destaca os conflitos socioambientais como ocasionados pelos conflitos sociais que se envolvem com as relações de poder que estão contidas no modo de apropriação e uso da natureza. De acordo com Acseirad (2010), apesar da relação entre meio ambiente e justiça social estar ganhando cada vez mais importância, às leis ambientais brasileiras, por mais que sejam bem elaboradas, apresentam lacunas em termos da sua aplicação, inviabilizando suas propostas e objetivos.

O uso das margens do rio Capibaribe se insere nesse contexto de relação sociedade e natureza, no âmbito da problemática ambiental e social, tendo sido submetido ao processo de “desenvolvimento” da cidade, que resultou em aterros e no desmatamento de parte da sua vegetação ribeirinha além da poluição causada pelo despejo de resíduos oriundos de esgotos e lixo urbano, que são consequências da sociedade capitalista em que não se respeita o meio ambiente. Além desses problemas, o rio também é alvo de injustiça social, resultante da forma pela qual este aquífero é utilizado pelas diferentes classes sociais, onde as classes dominantes usufruem das áreas ribeirinhas transformando-as em espaços de lazer e valorização dos seus empreendimentos. Enquanto que os segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora permanecem à mercê das consequências da poluição, do desmatamento, da proliferação de doenças e enchentes, agravando a problemática ambiental na cidade.

É nesse contexto que se estabeleceram os planos urbanísticos os quais, apesar de serem apresentados sob o discurso de desenvolvimento sustentável, acabam ameaçando as famílias da classe trabalhadora, agravando ainda mais a problemática ambiental da cidade.

Desse modo, o PURA Capibaribe pode ser mais um elemento que contribui com a valorização da natureza como mercadoria, na qual o mercado imobiliário pode lucrar com o símbolo ecológico que esse projeto representa, além de promover uma “sustentabilidade” apenas para uma parcela da população.

2.3 Planos urbanísticos no planejamento da cidade

De acordo com Santos (2006), o planejamento urbano surgiu em busca de enfrentar as transformações sociais, políticas e econômicas da sociedade urbana-industrial. Segundo a autora, a crescente urbanização e o aumento demográfico tornaram necessárias as políticas públicas de controle do uso do solo urbano, programas habitacionais e outras infra-estruturas urbanísticas.

É nesse contexto que está inserido o planejamento urbano, termo esse, o qual Duarte (2007) aponta que tem como objeto de estudo a cidade, considerando suas características físicas, sociais, culturais e econômicas. O autor fala que o planejamento urbano pode antever modificações na organização espacial da cidade, o que envolve conhecimentos e metodologias que incluem aspectos da sociologia, economia, geografia, engenharia, direito e administração. No entanto, um plano não depende apenas do planejamento para ser colocado em prática, pois inclui decisões e atos ligados a esferas econômicas e legais de níveis estadual e federal, logo, a consideração do contexto social é fundamental para que o planejamento urbano tenha sucesso.

Segundo Souza (2010), os termos planejamento e gestão são complementares, porém enquanto o planejamento se preocupa com o futuro, a gestão se preocupa com o presente. O autor também aponta que o planejamento urbano e a gestão pública estabelecem padrões de governança de acordo a maneira pela qual o Estado e a sociedade se relacionam.

Nunes (2015) refere-se a dois modelos de planejamento que surgiram no final do século passado, o estratégico e o progressista, os quais trouxeram um novo

padrão de governança nas cidades, como as parcerias público-privadas e a participação social na discussão da cidade.

Apparecido Junior (2011) fala sobre os planos urbanísticos (ou planos urbanos), apresentando que são elaborados previamente às leis que lhes dão suporte e exigibilidade, por meio do processo de planejamento urbano. Segundo o autor, enquanto o planejamento urbano está na etapa de preparação do trabalho, envolvendo um escopo, o plano urbano registra o conjunto de medidas que visam alcançar os objetivos pretendidos. De acordo com o autor, na realização do planejamento urbanístico, o poder público detém o quadro físico, social e ambiental do município, que gera uma série de condicionantes que definem o que será consolidado no plano urbanístico.

De acordo com Correia (2001), o plano urbanístico possui as seguintes funções: realizar inventário da realidade urbanística com levantamento da situação existente e suas causas, buscando conferir o realismo do plano, garantindo sua eficácia; definir princípios e regras em relação à organização do território e utilização do espaço; estabelecer prescrições relativas ao direito de propriedade, por meio do tipo de uso e destino do solo e definição de parâmetros que devem ser obedecidos; e gerir o território, instituindo coordenação e compatibilização das iniciativas públicas e privadas, juntamente com a definição das suas fases durante o tempo em que cada uma acontecerá. O autor aponta que o plano é um instrumento de criação e aplicação do direito e que não pode ser ilógico, devendo se basear em fundamentos objetivos e evidentes.

Em relação ao Brasil, Duarte (2007) fala sobre a acelerada urbanização que ocorreu no país (onde cerca de 80% da população vive em espaços urbanos), a qual foi marcada, no início, por um intenso processo migratório, promovendo crescimento e “inchaço” das cidades, provocando déficits de moradia, infraestrutura e serviços básicos, para atender à população que migrou do campo para a cidade em busca de oportunidades no mercado, porém sem a capacitação profissional necessária. O autor então aponta que isso causou, entre outros problemas, ocupação “desordenada” nos territórios urbanos, mesmo nas cidades que já tinham planos diretores.

Segundo Duarte (2007), a Lei Federal do Estatuto da Cidade regula o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos/as

cidadãos/ãs, bem como do equilíbrio ambiental. O autor apresenta as 16 diretrizes gerais desta lei, das quais destacam-se para esta pesquisa as seguintes:

I - a garantia do direito a cidades sustentáveis (incluindo direito à terra e equipamentos urbanos);

II - a gestão democrática (diretamente com a população e associações representativas);

IV - planejamento e desenvolvimento das cidades (buscando evitar e corrigir consequências do crescimento urbano e danos ao meio ambiente);

VI - a ordenação e controle do solo (buscando um uso adequado dos imóveis, parcelamento do solo e uso de imóveis sem causar impactos urbanos negativos, e diminuir especulações imobiliárias que prejudiquem o desenvolvimento urbano e qualidade ambiental);

VIII - respeito aos limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica (em relação a equipamentos e serviços);

IX – a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

XII – a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

XIV – a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda.

Também são apontados por Duarte (2007) os instrumentos da política urbana do referido Estatuto, que são divididos em 6 grupos, dos quais está inserido o sexto grupo, que trata dos instrumentos dos estudos prévios de impacto ambiental (EIA) e de impacto de vizinhança (EIV). O autor ainda destaca 3 instrumentos que possuem aspecto inovador, são eles: usucapião especial de imóvel urbano; EIV; e as operações urbanas consorciadas.

Duarte (2007) explica que o EIV tem filiação com o EIA, e que tanto o setor privado como público estão sujeitos a eles. O EIV tem como objetivo avaliar os pontos positivos e negativos da instalação de um empreendimento na cidade em suas diferentes escalas, onde o empreendedor terá que cumprir obrigações para solucionar ou compensar os eventuais transtornos causados pelo empreendimento no meio urbano. O autor aponta, que, após a avaliação dos impactos são elaboradas juntamente com a população as medidas mitigadoras e compensatórias, das quais as mitigadoras têm o objetivo de minimizar ao máximo os eventuais problemas que o

empreendimento, enquanto as compensatórias são medidas alternativas que possam compensar os danos.

Correia (2001) fala que as normas urbanísticas jurídicas, o planejamento urbano e os planos urbanísticos resultantes dele, devem ser norteados pela política de desenvolvimento urbano contida na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e nas diretrizes gerais do Estatuto da Cidade. Desse modo, Farias (2011) aponta que o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor são instrumentos do Planejamento Urbano que, combinados, dão suporte a uma nova ordem urbanística. Muito embora o cumprimento dessas políticas seja muito difícil de acontecer nas cidades brasileiras.

Segundo Maricato (2000), a matriz do planejamento urbano, que orientou o crescimento das cidades dos países centrais do mundo capitalista, passou a incorporar propostas neoliberais. Para a autora, no caso dos países da semiperiferia, como o Brasil e outros países da América Latina, esse modelo, apoiado na centralização e na racionalidade do Estado, foi aplicado a apenas uma parte das nossas grandes cidades, na qual a importação dos padrões do chamado "primeiro mundo" aplicados a uma parte da cidade (ou da sociedade) contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente.

De acordo com a autora, o processo político e econômico, no caso do Brasil, construiu uma das sociedades mais desiguais do mundo, tendo no planejamento urbano modernista funcionalista, a razão da formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo. A abundante legislação convive com a "cidade ilegal", dando caráter de institucionalização dissimulada, na qual o aparato técnico corporativo, ou a burocracia na aprovação de projetos e códigos de obras, não se alimenta da defesa de seu micropoder.

Dessa forma, o PURA Capibaribe se trata de um plano urbanístico que registra as medidas necessárias para alcançar o objetivo pretendido, que é conectar a cidade com rio, aproximando a sociedade da Natureza, buscando promover consciência ambiental, valorização do rio e sustentabilidade. Porém, como se trata de uma área de interesse das classes dominantes, é necessário entender se esse planejamento é marcado por uma modernização incompleta e excludente. Assim, é preciso verificar se a participação popular na elaboração do plano ocorreu de forma consciente, evidenciando também os interesses do mercado nas áreas que estão

inseridas no projeto. Portanto, este ponto é de grande importância para entender os caminhos desta pesquisa, seus objetivos e métodos.

Então, essa pesquisa pode ajudar na compreensão sobre em que medida a sustentabilidade pode ser efetivada através do PURA Capibaribe, evidenciando a forma que esse conceito é utilizado e o alcance dele para as diferentes camadas da sociedade. Assim, será possível entender se ocorrem desigualdades no acesso aos parques que foram implementados nas margens do Capibaribe, já que sem justiça social não é possível ter um meio ambiente saudável e equilibrado para as presentes e futuras gerações. Dessa forma, será identificada a possibilidade de existir uma sustentabilidade real nesse projeto, ou, se apenas se trata de uma sustentabilidade imaginária, já que ele acontece numa sociedade capitalista dominada pelos interesses econômicos.

2.4 Áreas ribeirinhas urbanas

Um rio é definido como um “curso de água natural, de extensão mais ou menos considerável, que se desloca de um nível mais elevado para outro mais baixo, aumentando progressivamente seu volume até desaguar no mar, num lago, ou noutro rio, e cujas características dependem do relevo, do regime de águas, etc.” (FERREIRA, 1988).

De acordo com Almeida (2010), existem inúmeras formas de se conceituar o rio, o qual pode ser definido como um corpo d’água em movimento, confinado em um canal onde ocorre escoamento, sendo parte principal da drenagem, que para o geógrafo é constituído de águas correntes, é força em ação, caminho que corre, que pode ser utilizado como navegação, fonte de energia e de vida para o Homem e para suas atividades.

Segundo o autor, suas margens são ambientes insubstituíveis onde a terra, a água, o ar, a energia solar e uma das mais produtivas vegetações, podem ser encontrados. Assim, ele diz que não é possível dissociar os rios da bacia hidrográfica, a fonte e o que alimentam, possibilitando subsidiar as atividades humanas e os processos ambientais.

Para Almeida (2010), os rios são ambientes naturais e culturais, estruturas vivas e mutantes, que servem de suporte para a manutenção de diversos ecossistemas. Ela aponta que os rios são pensados de diferentes formas, em outras

diversas áreas de estudos, pelos indivíduos, de acordo com suas percepções pessoais, formação científica e experiência profissional, na qual a percepção humana dos rios depende da região do Planeta onde se situa e do momento histórico em que ocorre. A autora também mostra que um rio tem inúmeros significados, simbolismos, percepções, representações, como por exemplo da arte, mostrando que em alguns momentos já retratou conflitos na relação dialética Sociedade-Natureza, especificamente da relação Sociedade-Rio. Os rios são usados pelo Homem mais do que qualquer outro ecossistema na Terra, que se destacam como elementos que integram na fronteira entre sistemas naturais e culturais, em que sua história também é a história da humanidade.

Os rios sempre foram, portanto, elementos naturais fundamentais desde as primeiras civilizações, onde a maioria das cidades se originou às suas margens devido a sua importante utilidade para a sobrevivência humana, como pode ser percebido no traçado urbano de antigas cidades europeias que são cortadas pelos rios, como: Londres, junto ao Tâmesa e Paris, junto ao Sena. Além disso, as paisagens dos rios também proporcionam efeitos relaxantes e estimulantes, através da contemplação do fluxo das suas águas e da vegetação das suas margens, podendo ser um centro de atividades humanas. No entanto, com o Renascimento, foi instaurado o pensamento de que o mundo natural é submisso ao indivíduo, modificando a forma do homem se relacionar com a natureza, resultando em novas formas de exploração do ambiente natural. Nesse contexto, os rios foram sendo cada vez mais deteriorados, através do processo de urbanização das cidades, como resultado das relações de dominação que foram estabelecidas entre o homem e esse elemento natural. (MAYRINK, 2005)

Mayrink (2005) fala sobre as intervenções feitas por obras de engenharia que alteram as paisagens dos recursos hídricos, assim como as formas de vida dos indivíduos e das comunidades diretamente afetadas, gerando conflitos entre diferentes grupos sociais.

De acordo com Almeida (2010), os rios, dialeticamente, modificam e são modificados na sua inter-relação com as cidades, que são, ao mesmo tempo, natural e cultural, orgânico e artificial, sujeito e objeto, algo híbrido porque não é mais natural, mas também sem deixar de carregar a Natureza em si. Deste modo, os rios urbanos sofrem modificações significativas em sua forma, em sua dinâmica e em seus componentes geoambientais durante o processo de urbanização, podendo ou

não aproveitar suas potencialidades socioeconômicas, paisagísticas e socioambientais. Logo, examinar como o rio é usado no contexto da cidade é um desafio diante da complexidade das relações, onde, na maioria das vezes, os temas são tratados de forma fragmentada, como é o que ocorre ao examinar questões ambientais de forma geral.

Almeida (2010) acrescenta que os rios além de serem fonte de diversos recursos vitais para o meio ambiente como um todo e para irrigação das primeiras culturas agrícolas, passando por sua função de transporte e comunicação, também têm sido usados como áreas verdes urbanas, que funcionam como redes de conservação da Natureza e parques públicos para o lazer. A autora, então, aponta que a complexidade da relação Sociedade-Rio ocorre de formas distintas entre os chamados países desenvolvidos e em desenvolvimento. Por exemplo, na Ásia, África e América Latina, onde os conflitos na relação entre os rios e as cidades, ocorrem devido às desigualdades socioeconômicas e ambientais desses países.

Em relação aos aspectos históricos na relação Rio-Sociedade no Brasil, Almeida (2010) afirma que as primeiras cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda e Recife, já apresentavam problemas na relação entre a população local e os rios, com precários sistemas e forte contaminação por esgoto, problemas esses que continuam se agravando com o crescimento insustentável das cidades. A autora diz que, de forma geral, os rios urbanos no Brasil são desvalorizados pela sociedade devido à forma de adaptação da Natureza aos interesses econômicos. Nesse processo, os rios se tornam canais e esgotos, recebendo o que a cidade não deseja, transformando-se em ambientes degradados e negados pela cidade, que se tornaram focos de insalubridade, refúgio de delinquentes, desova de cadáveres, resíduos sólidos, entre outros.

Esse é o caso do rio Capibaribe, na cidade do Recife, que como será apresentado mais adiante, possui ocupações constituídas de habitações de populações vulneráveis que sofrem sem uma moradia digna, estando sujeitas à doenças, inundações e outras problemáticas. E para agravar ainda mais este problema, o rio se constitui como objeto de especulação imobiliária, ameaçando a permanência dessas populações às suas margens.

3 METODOLOGIA

A partir do entendimento dos conceitos e teorias que estão inseridos na problemática e nos objetivos deste trabalho, faz-se necessário traçar apontamentos dos caminhos percorridos para a elaboração desta dissertação. Deste modo, nesta seção, será apresentada a área da pesquisa, o objeto de estudo e o método e técnicas que se foram utilizados para a realização da pesquisa.

A área da pesquisa foi apresentada a partir da sua contextualização geográfica até chegar no objeto do estudo e seu recorte espacial. Em seguida, apresenta-se o tipo de pesquisa que foi realizada, juntamente com o método de abordagem e os procedimentos metodológicos necessários.

3.1 Área da pesquisa

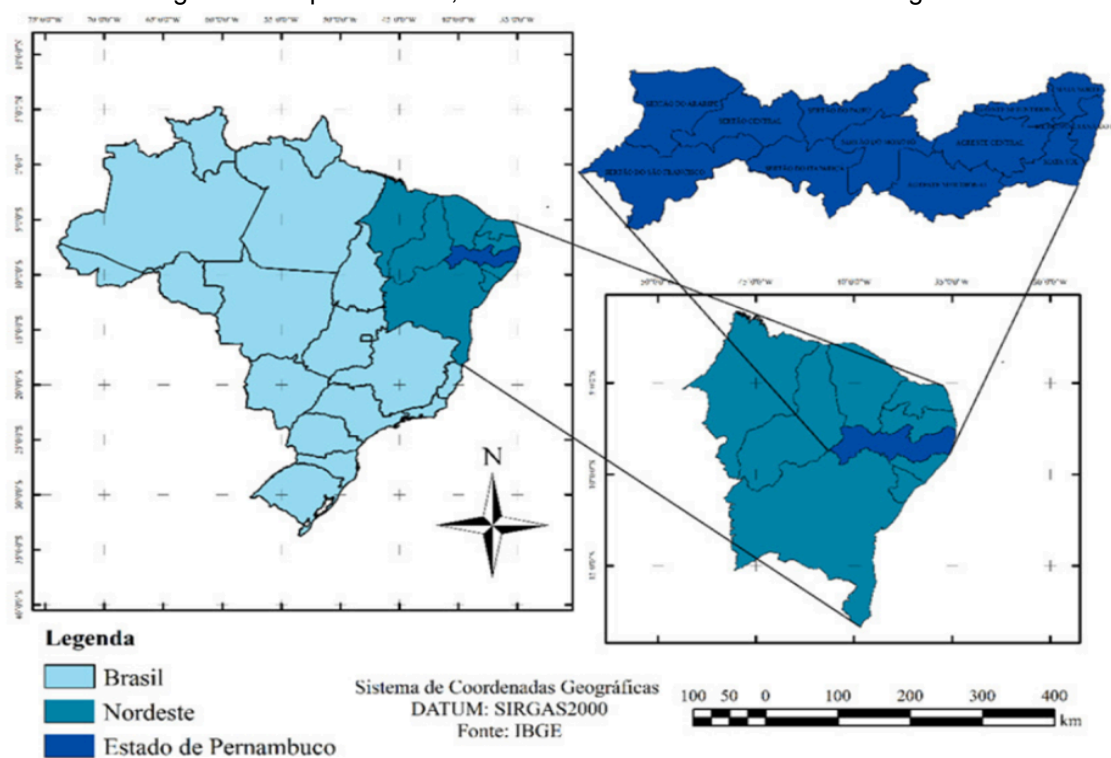
Será apresentado brevemente neste subtópico o local de estudo desta pesquisa, que é o Rio Capibaribe, na cidade Recife, de forma a possibilitar uma melhor compreensão sobre a situação social, econômica e ambiental do seu contexto urbano, possibilitando um conhecimento da região onde está inserido o plano urbanístico que é o objeto desta pesquisa, o PURA Capibaribe.

3.1.1 A cidade do Recife

A cidade de Recife é a capital do estado de Pernambuco, que fica localizado na costa da região Nordeste do Brasil (Figura 1). Ela faz parte da mesorregião pernambucana chamada Região Metropolitana do Recife (RMR), que é uma das grandes áreas metropolitanas do país (Figura 2), sendo a 9ª cidade mais populosa do Brasil. (ALENCAR E SÁ, 2018)

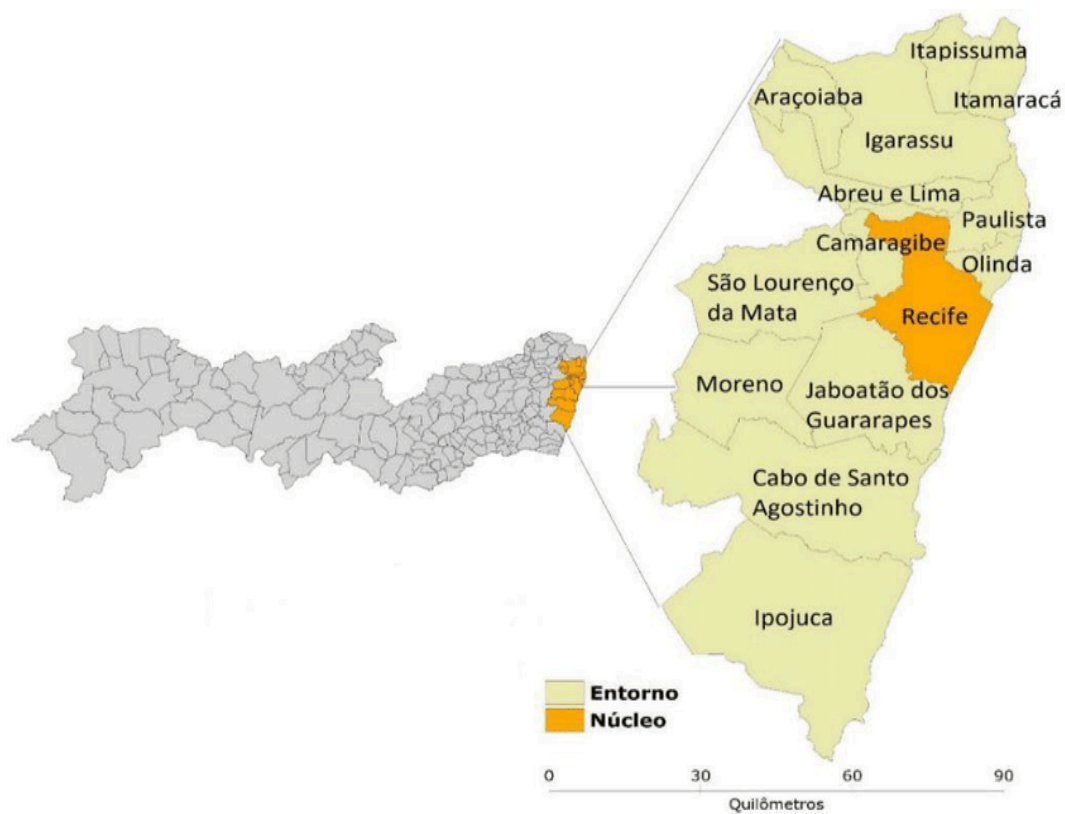
A capital tem uma área de cerca de 218,843km², com população aproximada de 1.488.920 habitantes e densidade demográfica de 6.803,60 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022).

Figura 1 - Mapa do Brasil, Nordeste e Pernambuco com mesoregiões



Fonte: IBGE, 2000

Figura 2 - Pernambuco, RMR e Recife



Fonte: Malha Municipal Digital do Brasil (IBGE-2010)

.Recife é cortada por rios, canais e açudes, onde as praias, mangues e vegetação de mata atlântica compõem os principais elementos da sua paisagem, como pode ser observado na Figura 3 (SÁ CARNEIRO, 2010).

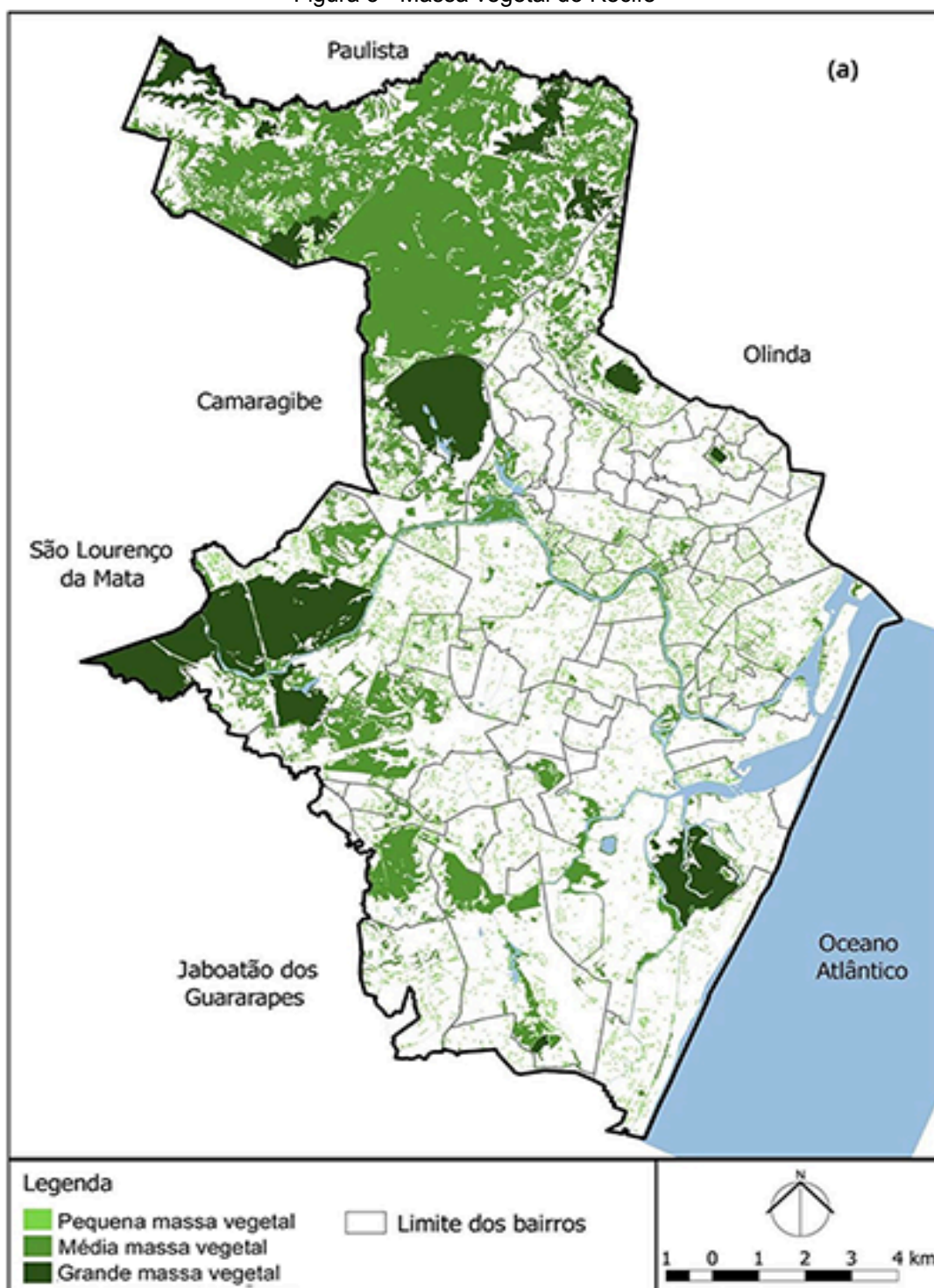
Figura 3 - Ilha de Santo Antônio e suas pontes no centro do Recife



Fonte: g1.globo.com (Foto: Reprodução/TV Globo)

A capital pernambucana possui, assim, forte relação com os seus rios, dentre os quais se destacam o Capibaribe e o Beberibe. Além destes, também possui outros de menor porte, como o Tejipió, Jiquiá e Jordão (Figura 4). Eles convergem e formam o Complexo Estuarino do Rio Capibaribe (CERC), formando uma cidade úmida pela forte influência das águas (SCHETTINI, PAIVA, BATISTA, OLIVEIRA FILHO & TRUCCOLO, 2016).

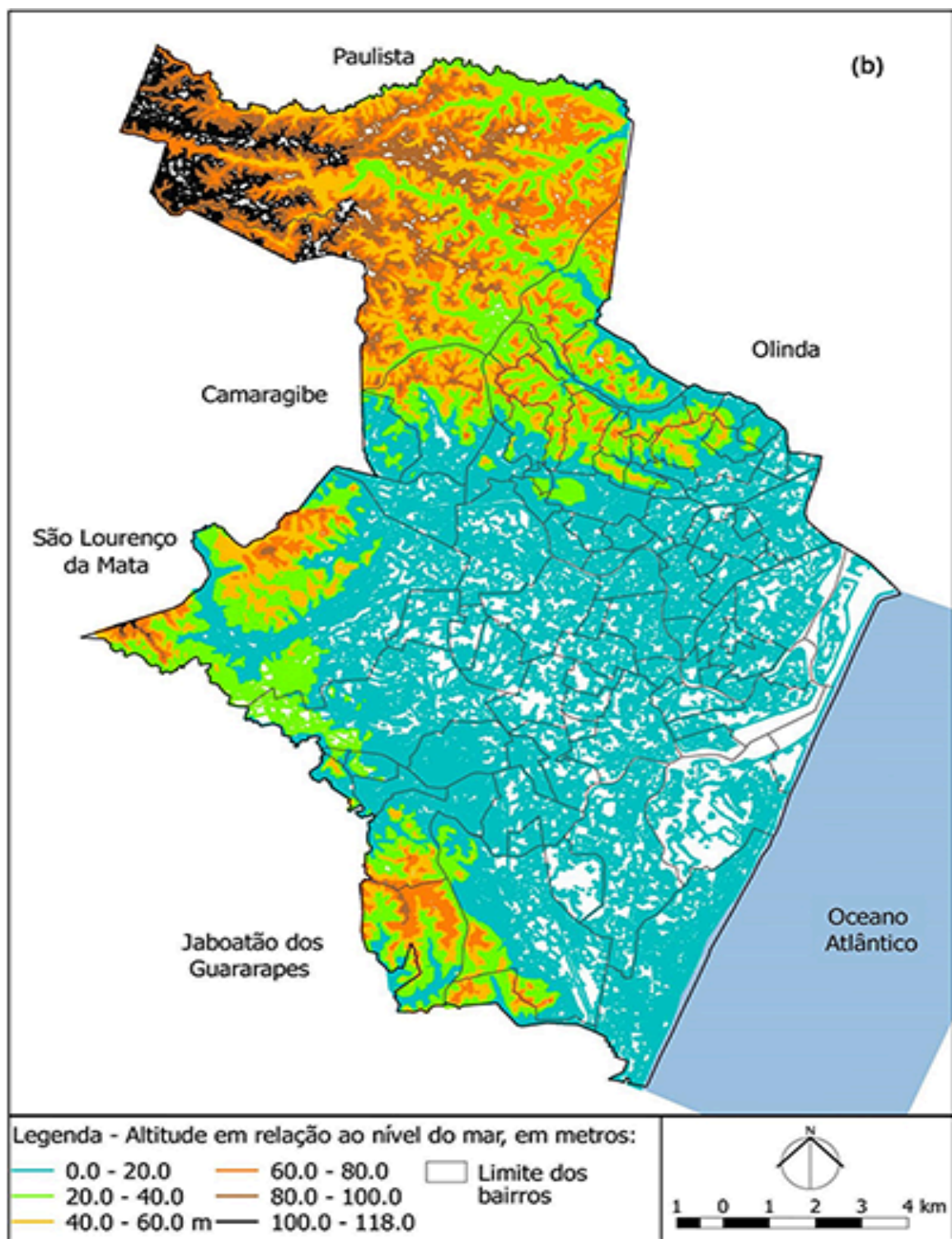
Figura 5 - Massa vegetal do Recife



Fonte: FREITAS ET AL, 2021 Adaptado de Lacam/DAU/UFPE, 2016;

Como pode ser observado no mapa de topografia do Recife (Figura 6), ao norte e ao sudoeste da cidade estão concentradas as áreas elevadas, com variação de altitude entre 40 e 80 m (FREITAS ET AL, 2021).

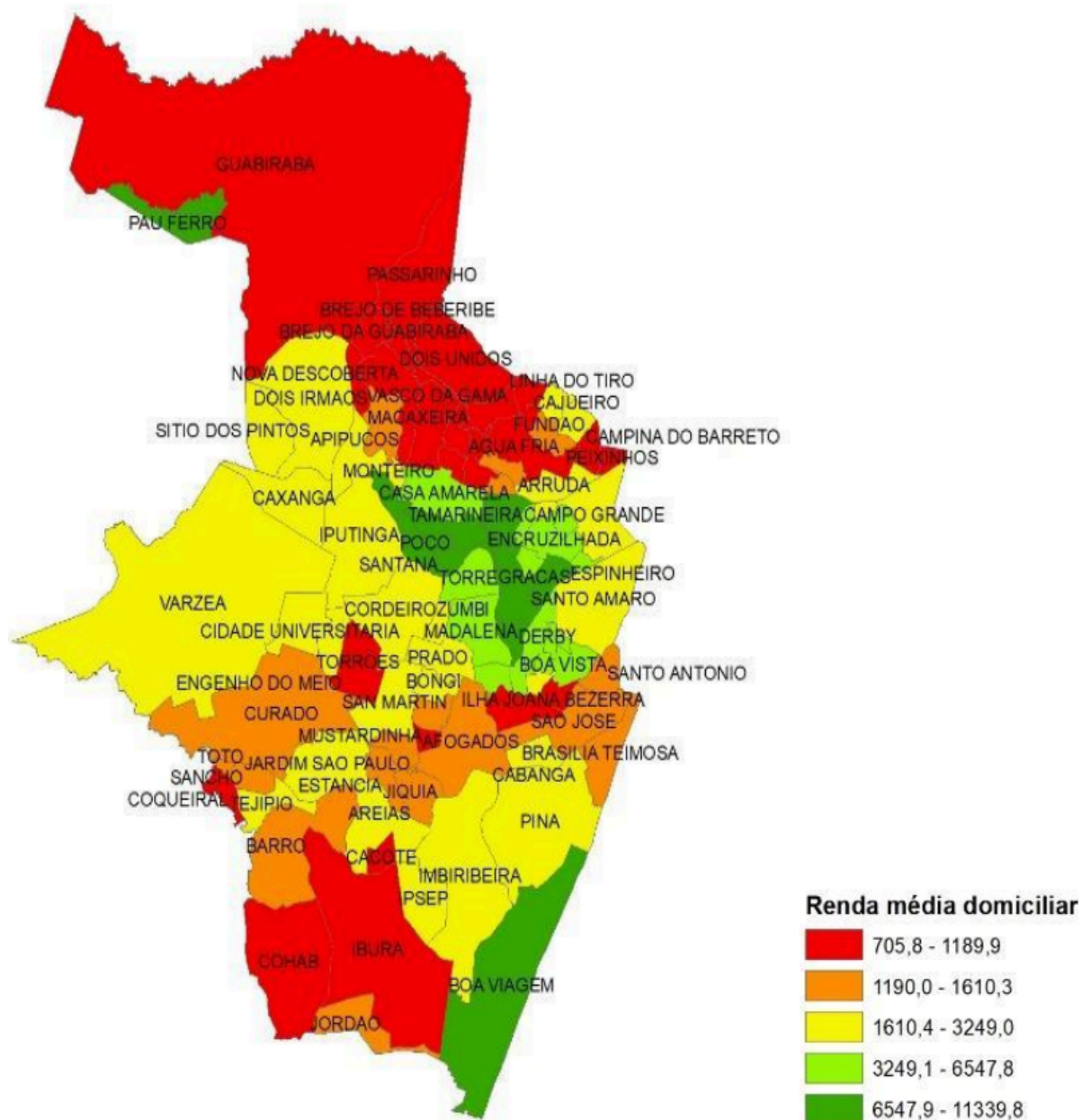
Figura 6 - Topografia do Recife



Fonte: FREITAS ET AL, 2021. Elaboração: Laís Carvalho;

Atualmente, Recife apresenta duas áreas de concentração de alta renda, uma ao oeste, nas margens do rio Capibaribe, e outra ao sul, na praia de Boa Viagem. (VILLAÇA, 2001) Isso pode ser observado no mapa de renda média por bairro (Figura 7).

Figura 7 - Mapas de renda média domiciliar por bairro (Censo IBGE, 2010) e imagem de satélite (ESRI, 2018) com destaque para a mancha urbana.

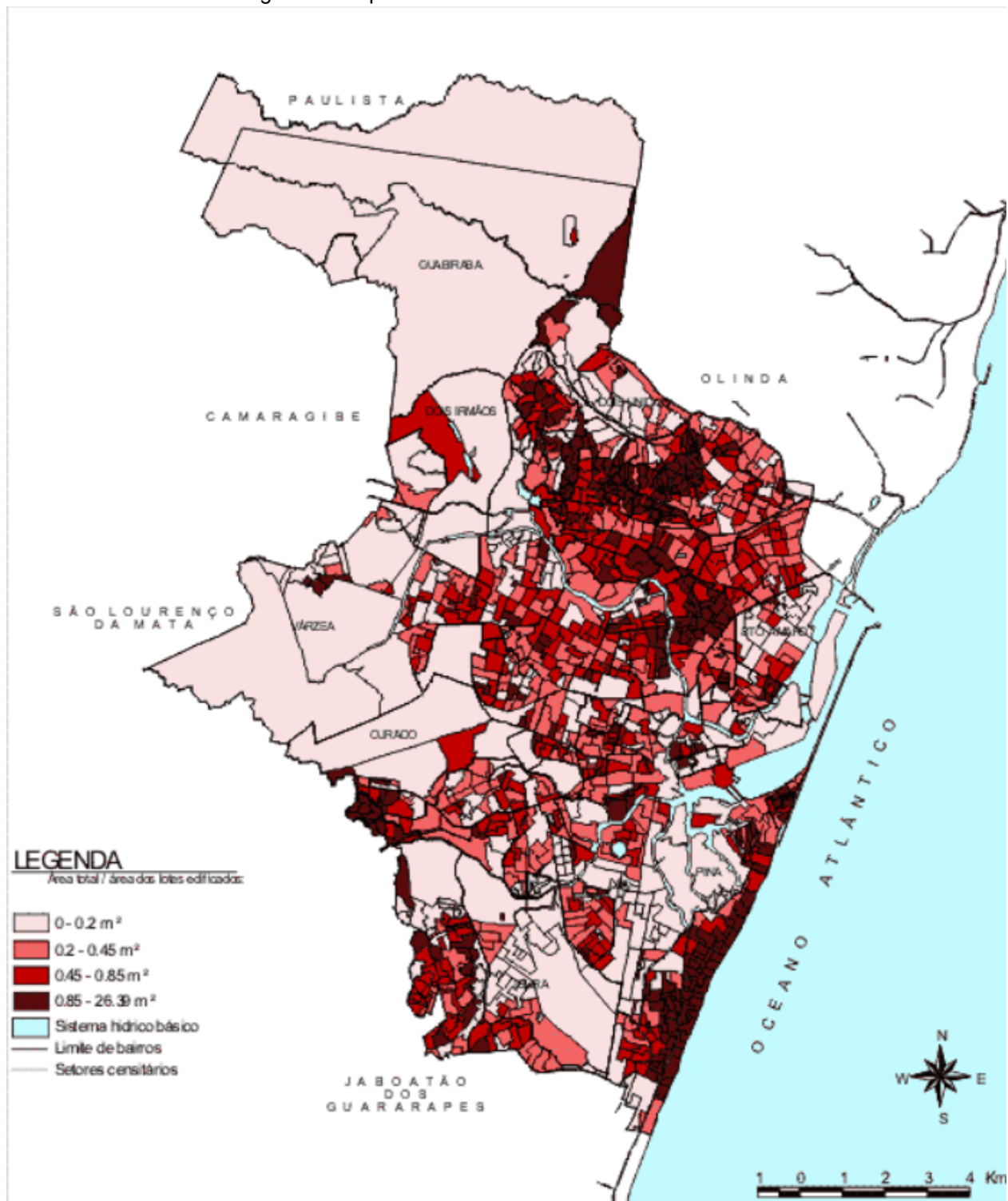


Fonte: De Arquino e Dos Santos (2019)

No que se refere à figura que representa a densidade construtiva da cidade (Figura 8), pode-se observar alta concentração de lotes edificadas em áreas que são muito verticalizadas, como é o caso dos lotes próximos à praia e ao rio Capibaribe, onde estão localizadas populações de alta renda. Isso se relaciona com o atual cenário das cidades brasileiras, no qual a verticalização das construções representa a opção de habitação referente às classes dominantes. Porém, ao comparar com o

mapa de topografia, observa-se também que há alta densidade nas áreas de morro da cidade, onde estão localizadas populações com baixa renda familiar.

Figura 8 - Mapa de densidade construtiva do Recife

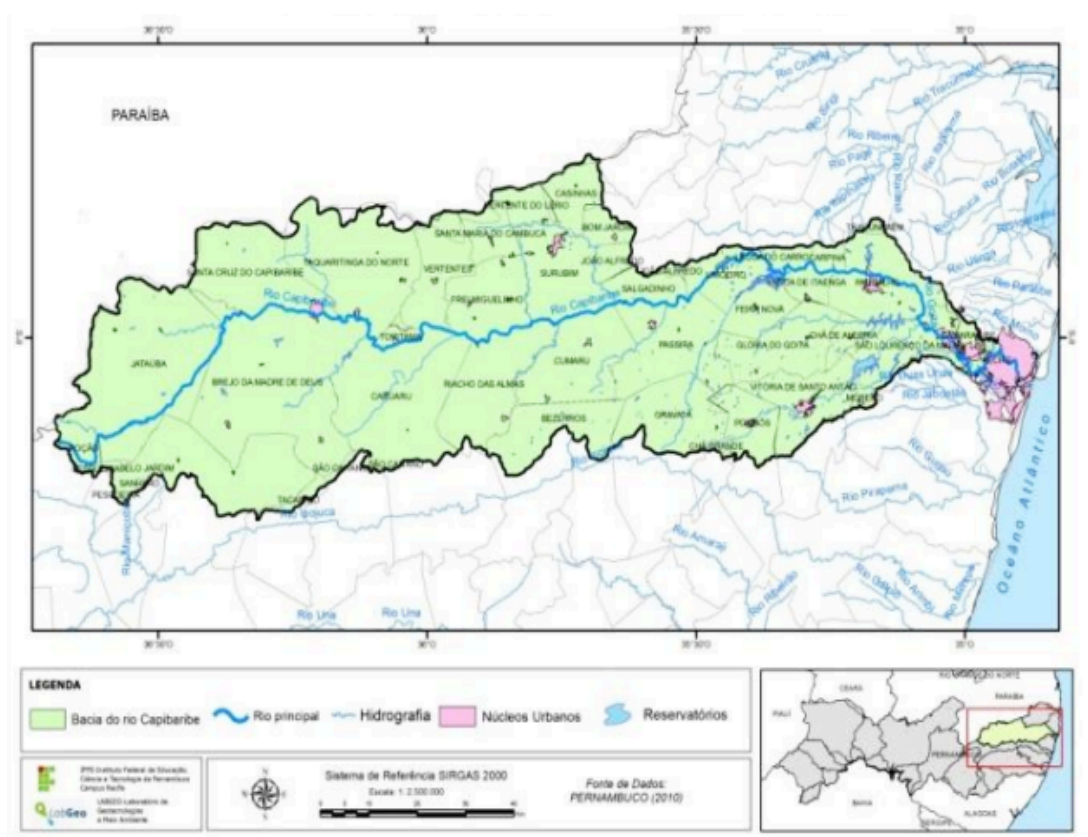


Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife, 2019.

3.1.2 O rio Capibaribe

O rio Capibaribe, que significa “rio das capivaras”, é o principal curso d’água da bacia hidrográfica do Capibaribe (Figura 10), que possui aproximadamente 7.400 km² de extensão, com suas nascentes nas lagoas do sítio Araçá, na serra do Jacarará, município de Poção, e trajeto de 253km do Agreste ao litoral, percorrendo 44 municípios até chegar à Recife, onde faz confluência com o rio Beberibe e deságua no oceano Atlântico (MAYRINCK, 2005).

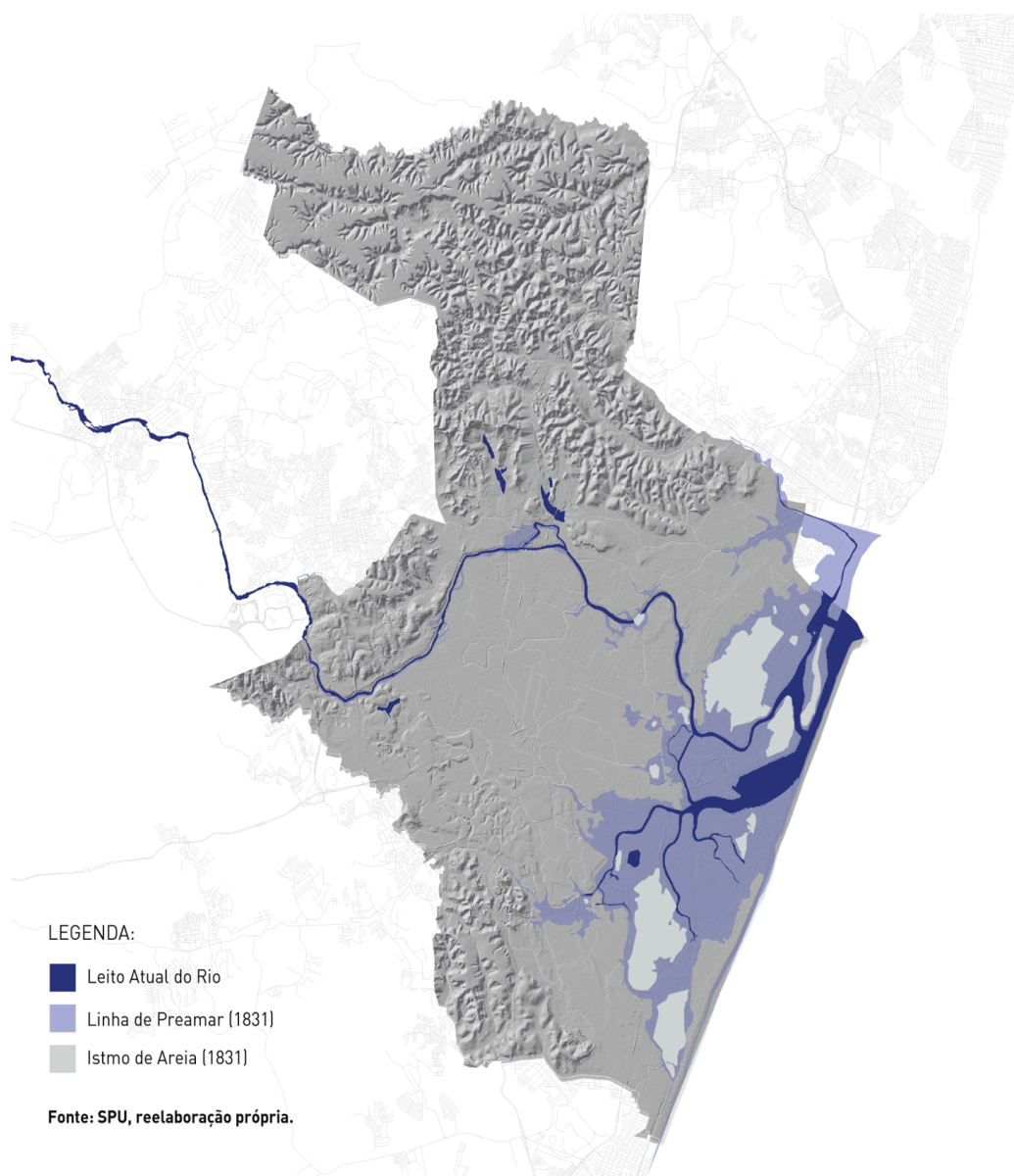
Figura 10 - Localização da bacia hidrográfica do Capibaribe, em Pernambuco.



Fonte: LabGeo, IFPE, 2016

Cerca de 7,58% da porção da bacia do rio Capibaribe está inserida nos limites da cidade do Recife, local onde o rio tem uma grande importância no processo da sua formação urbana (ALENCAR E SÁ, 2018). Por ser uma cidade estuarina, o seu ambiente se transformou muito com a transição entre os rios e o mar, o que ocasionou mudança no leito do Capibaribe durante o processo de urbanização da capital, onde muito do que era curso d’água e zona de expansão das águas durante a maré cheia, foi aterrado (Figura 11) (INCITI, 2017).

Figura 11 - Percurso do rio Capibaribe na cidade do Recife



Fonte: <http://inciti.org/>, 2017

Atualmente, está sendo implementado um plano urbanístico na cidade do Recife que busca propor melhorias nas margens do rio através de premissas sustentáveis, que é o PURA Capibaribe. Esse plano foi desenvolvido durante a elaboração do Projeto Parque Capibaribe (PPC), que está sendo retomado, buscando reconectar a população com o rio Capibaribe (MONTEIRO *et al*, 2020). No entanto, faz-se necessário analisar quem é a população que esse plano vai conseguir beneficiar na prática.

3.2 Objeto de estudo

Neste subtópico será apresentado o PURA Capibaribe, que é o objeto de estudo desta pesquisa, mostrando o que é este plano urbanístico e sintetizando o que o documento apresenta, possibilitando uma melhor compreensão da natureza deste plano urbanístico. Deste modo, será possível entender como ele se relaciona com processo de produção do espaço urbano, os conflitos socioambientais, e, por fim, analisar a real possibilidade dele atuar na promoção da sustentabilidade. Assim, proporcionando um entendimento do PURA Capibaribe nas análises que serão apresentadas relacionando como ele tem atuado na promoção da sustentabilidade.

3.2.1 PURA Capibaribe - Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Rio Capibaribe

O PURA Capibaribe (Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Rio Capibaribe) é instituído no Decreto Nº 35.535 de 06 de Abril de 2022, que dispõe sobre a criação da Comissão do Projeto do Parque Capibaribe com base nos art.136 e art. 137, X da Lei Complementar Nº 02/2021 do Plano Diretor do Recife, onde consta no parágrafo 3 do Art. 8, o seguinte:

III - Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Rio Capibaribe (PURA Capibaribe) - Compilação de estudos que sintetizam os produtos resultantes do convênio técnico entre a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Prefeitura do Recife para a concepção do projeto Parque Capibaribe. O PURA, desenvolvido pelo grupo de pesquisa INCITI/UFPE, é formado por estudos, pesquisas, diagnósticos e diretrizes que visam subsidiar a implantação do Parque Capibaribe.

(PREFEITURA DO RECIFE, 2022. Diário oficial do Recife, p. 5)

O documento completo do PURA Capibaribe estava disponível para download através do endereço eletrônico <http://inciti.org/projeto/parque-capibaribe/>, em Agosto de 2022, onde estava apresentado em 5 arquivos separados, denominados: PURA TOMO 1: PROCESSOS; PURA TOMO 2: NATUREZA; PURA TOMO 3: CIDADE;

PURA TOMO 4: PARQUE; e PURA TOMO 5: PLANO - A REINVENÇÃO. Em Abril de 2024, verificou-se que este endereço não se encontrava mais disponível, no entanto, Ferreira (2020) diz que se trata de um documento técnico, que quando concluído, ficará disponível para consulta pública.

De qualquer modo, esses 5 TOMOS caracterizam-se da seguinte forma:

- PURA TOMO 1: PROCESSOS: Contém as metodologias de interação do conhecimento multidisciplinar, processos de pesquisa, de diálogo popular e engajamento nos processos de decisão sobre conceitos do projeto.
- PURA TOMO 2: NATUREZA: Contém pesquisas, descrições e diagnósticos ambientais, bem como os desafios para a conservação, recuperação e regeneração da natureza.
- PURA TOMO 3: CIDADE: Contém informações sobre os diversos sistemas urbanos, análises históricas, diagnósticos, e diretrizes para intervenções globais.
- PURA TOMO 4: PARQUE: Informações e dados no nível local, sobre os territórios e os efeitos na zona do Capibaribe.
- PURA TOMO 5: PLANO - A REINVENÇÃO: Contém a síntese de diretrizes para implantação do Parque Capibaribe, plano e estratégia para o Recife Cidade Parque.

A introdução do TOMO 1: Processos, apresenta o que é o PURA Capibaribe, onde afirma que a sustentabilidade é uma premissa que serviu de base para a sua proposta. Nesta introdução também consta que o plano foi desenvolvido pela equipe transdisciplinar da INCITI - Pesquisa e Inovação para as Cidades, que é uma Rede de pesquisadores vinculada à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que visa incitar conhecimentos para transformar a cidade. Desse modo, esse plano apresenta a síntese dos produtos resultantes do convênio técnico entre a Universidade Federal de Pernambuco e a Prefeitura do Recife para a implantação do projeto Parque Capibaribe.

De acordo com este plano urbanístico, as diretrizes para a construção de um sistema de parques integrados em torno do Capibaribe também fazem parte desse material buscando apresentar uma diversidade de informações que possam estimular, junto à sociedade, novos conhecimentos que possam transformar a relação do recifense com a cidade.

O plano apresenta que, inicialmente, a equipe de pesquisadores da INCITI buscou entender o território, tanto o ambiente construído quanto o natural, e, como a

cidade se comporta ao longo do Capibaribe. De acordo com o documento, as pesquisas de desenvolvimento do projeto Parque Capibaribe foram iniciadas em 2014, neste processo foram realizadas várias pesquisas, experimentações e conversas com as pessoas que moram e andam nessas áreas para entender as camadas que compõem o sistema urbano e ambiental. O plano também apresenta o que é o Parque Capibaribe, onde afirma que:

O Parque Capibaribe prevê um sistema de parques integrados ao longo das duas margens do rio Capibaribe no Recife, totalizando 30 km. O projeto busca revolucionar a forma como as pessoas vivem a cidade ao reconectá-las com as águas do rio, resgatando a bacia hidrográfica como espinha dorsal da cidade através de áreas de lazer, descanso e bem estar. A iniciativa, que irá interligar espaços e efetivar uma forma mais fácil e segura de se deslocar pela cidade, para pedestres e ciclistas, é desenvolvida por meio de um convênio inovador entre a Prefeitura da Cidade do Recife, através da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Recife e o INCITI - Pesquisa e Inovação para as Cidades, rede de pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O Parque Capibaribe irá favorecer 42 bairros da cidade, beneficiando diretamente 455 mil pessoas. A iniciativa influenciará no modo como as pessoas se deslocam na cidade, proporcionando novas conexões entre os bairros. O projeto também irá viabilizar outras formas de circular no Recife, por meio de ciclovias, píeres para pequenas embarcações e infiltrações – vias que conectam áreas de maior vitalidade urbana às margens do rio. O Parque prevê a implantação de 12 passarelas, 45 km de cicloviário e 51 km de ruas-parque, ruas de acesso ao Capibaribe que serão otimizadas, recebendo o mesmo tratamento aplicado nas margens do rio. Com todos os olhares voltados para as potencialidades do rio Capibaribe e entorno, o projeto é o ponto de partida para que o Recife se torne uma Cidade-Parque até 2037, quando o município comemora 500 anos.

(INCITI/UFPE, 2022. PURA Capibaribe - TOMO 1: Processos , p. 2)

O plano também destaca que o seu objetivo abrange desenhar um Plano para um Sistema de Parques que envolve aproximadamente um terço da área do Recife e da sua população, transformando o futuro da cidade. Desse modo, o PURA diz que tem por vocação atender ao conjunto dos cidadãos recifenses, mas também a

todos que vivenciam os espaços urbanos da cidade estruturados a partir do rio Capibaribe. O documento mostra que o seu resultado abrange uma diversidade de diretrizes que orientam a implantação das ações de diferentes naturezas, de cunho físico e normativo. Desse modo, é apresentado que o PURA Capibaribe lança os pilares para a transformação da cidade por meio da redescoberta e acesso ao pouco explorado capital natural e cultural, que está presente na cidade a partir do rio.

A apresentação do TOMO 1 aponta que ele consiste em um documento que mostra os procedimentos metodológicos utilizados na estruturação do PURA Capibaribe. Também é introduzido o conceito de Cidade-Parque, que aposta em uma cidade verde que promove a reconexão com a natureza, concebendo a cidade como um lugar de encontros e oportunidades, através de espaços abertos, coletivos e inclusivos. Dessa forma, ele apresenta uma visão de futuro para o Recife com elementos necessários para a reestruturação da cidade.

Ademais, são apresentados conceitos que nortearam a comunicação/mobilização e workshops que foram desenvolvidos durante a elaboração do projeto. Além disso, também é apresentado neste documento a produção editorial que foi desenvolvida como método de educação ambiental, visando sensibilizar e mobilizar a sociedade nas ações do PPC, incentivando a relação das pessoas com o desenvolvimento da cidade, do meio ambiente, da sustentabilidade e cultura.

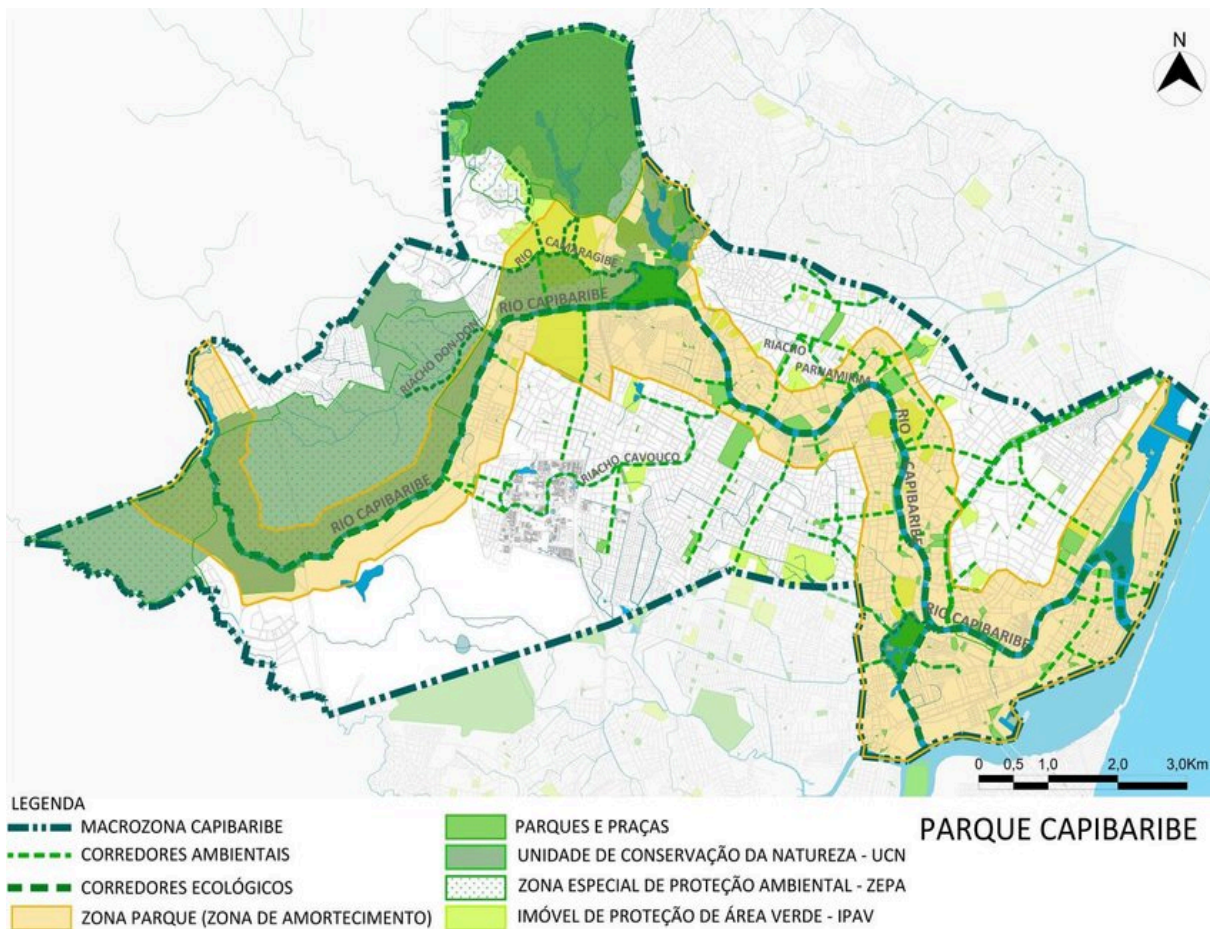
O TOMO 2: Natureza, apresenta, em sua introdução, que se busca refletir sobre a existência, conservação e fragilidades do sistema natural na área urbana da região próxima ao rio Capibaribe, no Recife, apresentando pesquisas que investigam os diversos sistemas ambientais, como as águas, a flora, a fauna e a ocupação humana. Assim, estes estudos buscam avaliar as condições de recuperação, conservação e principalmente da qualidade de vida que é proporcionada no convívio com a natureza.

O TOMO 3: Cidade, busca compreender a dinâmica na relação da cidade com o Rio Capibaribe, procurando identificar diretrizes, soluções espaciais, sociais e econômicas no projeto Parque Capibaribe. Dessa forma, este documento apresenta condicionantes históricos e estruturais, que determinam situações e desafios contemporâneos, em busca de identificar melhorias urbanas no Recife.

De acordo com o documento, para analisar os efeitos da cidade no território do Rio Capibaribe, se estabeleceu delimitação do entorno do rio, denominada de Zona Parque (Figura 12), que é uma área de influência direta entre o rio e a cidade,

considerando a ocupação, o sistema viário e a experiência do lugar na vivência cotidiana dos bairros abarcados.

Figura 12 - Área de implementação do Parque Capibaribe (Zona Parque)



Fonte: UFPE/INCITI (Produção a partir de dados obtidos no Pura sobre base do ESIG), 2020.

Quanto ao TOMO 4: Parque, este apresenta que diante da compreensão de que para elaborar soluções e projetos para as margens do rio Capibaribe, é necessário ter conhecimento acerca das narrativas históricas da ocupação do território da cidade, então, foi traçada uma linha do tempo para compreender os fatores relacionados às transformações urbanas que moldaram a vida no Recife em seus diversos aspectos. Dessa forma, este tomo foca na escala local das margens do rio, que inclui desde as edificações até as questões ambientais, o que se resume à escala referente às áreas que serão diretamente impactadas pelo projeto e suas intervenções. Assim este tomo se divide em dois tempos:

1) Análises no tempo presente e as visões do futuro que levaram à conceituação de soluções dos projetos.

2) Projetos do Parque Capibaribe no TRECHO DO ENCANTAMENTO:

- Jardim do baobá - ponte da torre
- Beira rio das graças
- Capunga-Derby
- Jaqueira-Jardim do baobá
- Derby
- Travessias do Capibaribe
- Sistema de mobilidade ativa

No entanto, é importante destacar que essas áreas do Trecho do Encantamento correspondem majoritariamente a bairros predominantemente habitados pelas populações de renda alta. Evidenciando uma prioridade que o plano tem em requalificar essas áreas, enquanto não se prioriza as populações de baixa renda, que muitas vezes vivem em situação de risco ao redor do rio.

O plano delimitou quatro pontos do rio, nomeando-os como portas, que representam uma abertura e conexão do rio com outros ambientes naturais e limites geográficos que existem no território. Essas portas são chamadas de: Porta da mata (ao norte), Porta do mar (a leste), Porta do rio (a oeste) e Porta do mangue (ao sul).

Para realizar uma leitura do rio de uma forma integrada, o PURA considera que além do rio atuar como um divisor de margens, também é potencialmente um conector de espaços. Assim, o documento aponta que uma análise unificada das duas margens revela problemas, potencialidades e desafios, ajudando no desenvolvimento da visão do futuro das águas.

Dessa forma, o plano apresenta a ideia das águas do Capibaribe como conceito para a divisão em regiões que abrangem o Parque Capibaribe, considerando como base as características da paisagem natural, construída e aspectos socioculturais dos territórios e com a lógica da narrativa do urbanismo multiculturalista, aberto para as emergências presentes em cada local. O documento apresenta sete regiões de Águas do Capibaribe que são nomeadas de: 1. Águas do saber; 2. Águas da natureza; 3. Águas do futuro; 4. Águas do meio do mundo; 5.

Águas da cultura; 6. Águas do mangue; e 7. Águas da origem. Essas áreas (Figura 13) delimitam faixas transversais ao rio e incluem bairros com qualidades diversas, mas sem delimitações rígidas, podendo existir regiões que se superpõem espacialmente.

Figura 13 - Localização das 4 portas ambientais e as regiões das 7 águas do Capibaribe.



Fonte: PURA Capibaribe (UFPE/INCITI), 2020.

O PURA identificou regiões da cidade com distintas características ambientais, sociais e construtivas na área de influência do projeto Parque Capibaribe, que permite conceber um projeto abrangente e reconhecer as singularidades dos lugares em suas margens. De acordo com o documento, o entendimento dos estudos e análises da Zona Parque, que é a área central e estudos do PURA, possibilita o reconhecimento das demandas, e então a definição das suas diretrizes. Essa área funcionará ainda como uma zona de transição entre a cidade construída e o sistema natural que compõe o rio Capibaribe.

Assim, o plano aponta que a Zona Parque deverá considerar questões ambientais e de infraestrutura urbana, trazendo para esta área as qualidades da almejada Cidade-Parque. A Zona Parque, então, passou a ser denominada de Macrozona do Capibaribe nos estudos do Plano Diretor elaborados em 2019.

O TOMO 5: A Reinvenção, aponta em sua apresentação que aborda os produtos desenvolvidos nos Tomos 1, 2, 3 e 4 sob uma perspectiva integrativa ampla, tratando-os como Guias para elaboração do PURA (Introdução), fundamentando os Conceitos, Princípios e Estratégias que orientam o Plano traçado (capítulos 1 a 3), suas Diretrizes (capítulo 4) e sua Espacialização (capítulo 5).

Este documento sintetiza a proposta de ordenação das margens do Capibaribe, mostrando a importância da integração dos riachos e canais da bacia hidrográfica do rio, assim como das massas verdes remanescentes da Mata Atlântica, resultando em uma ampliação expressiva da área de influência do Parque, abrangendo bairros e áreas urbanas ribeirinhas que revelam uma diversidade de paisagens através das áreas de estar, passarelas, píeres para pequenas embarcações e pontes para a travessia a pé.

O plano aponta que o Projeto Parque Capibaribe organiza um sistema de parques integrados entre si, a partir de cinco estratégias que são expressas pelos verbos: chegar, percorrer, atravessar, abraçar e ativar.

De acordo com este documento a estratégia Chegar “aponta para diretrizes como a criação de caminhos até o rio, com vias seguras e sombreadas preferencialmente dedicadas à circulação de pedestres e ciclistas, abrigando espaços de estar e convivência, articulando espaços públicos e equipamentos públicos. As soluções urbanísticas a ela associadas abrangem Vias Verdes, Alamedas, Ruas Parque e Passeios” (p. 47). A estratégia Percorrer propõe diretrizes que “orientam implantar caminhos adaptados aos modais de mobilidade ativa (ciclovias e passeios para pedestres), reduzir a emissão de CO₂, estimular hábitos saudáveis nos cidadãos e visitantes, além de propiciar a estes o contato e a vivência de diversos ambientes e paisagens com características marcantes (históricas, ambientais, paisagísticas)” (p. 48). Atravessar, “orienta diretrizes para estabelecer Travessias por meio de pontes de mobilidade ativa e de barcos, em pontos selecionados por sua relevância para essa conexão” (p. 47). Abraçar, “pretende aproximar os cidadãos do Capibaribe e da Cidade, propiciando-lhes momentos de restauração, de relaxamento, de diversão e de exercício da criatividade. Essa estratégia é assumida na forma de Decks flutuantes, de Janelas abertas ao rio, de Terraços abertos sobre as margens, Passarelas para pequenos percursos sobre o rio e Arquibancadas às margens do Capibaribe, aproveitando sua declividade” (p.

48). E, por fim, a estratégia Ativar busca “dar aos cidadãos o protagonismo no planejamento e gestão urbanos, desde a escolha das soluções a serem adotadas, passando pela experimentação e avaliação de seu funcionamento, até sua adequação e ajustes. A Ativação envolve a prototipagem (para testagem de soluções de equipamentos, mobiliário e mobilidade). Associam-se ao Ativar as imagens de Eventos Culturais e Sociais, bem como da transformação de espaços públicos em Polos de Convivência” (p. 49).

Assim, o plano busca articular espaços públicos existentes com uma nova rede de mobilidade ativa por meio da requalificação e criação de calçadas para pedestres, malha cicloviária e pontes. Dessa forma, ele propõe 30 km de Parque, abrangendo todo o curso do Rio Capibaribe no território do Recife, o que vai influenciar 44 bairros, promovendo transformações que tornem Recife uma Cidade Parque, até 2037, o ano em que a cidade completa 500 anos. Portanto, o PURA Capibaribe mostra que essa visão de futuro trata a Reinvenção do Recife como uma cidade que abraça processos participativos e dinâmicas sustentáveis para enfrentar os desafios do Planeta, considerando os efeitos climáticos e econômicos sobre os territórios urbanos.

A introdução do TOMO 5 apresenta como se pensou o exercício de reinventar uma cidade, mostrando que foi utilizado como eixo condutor as perguntas chaves: Conhecimento para quê? Para quem? Como obtê-lo? Como compartilhá-lo?

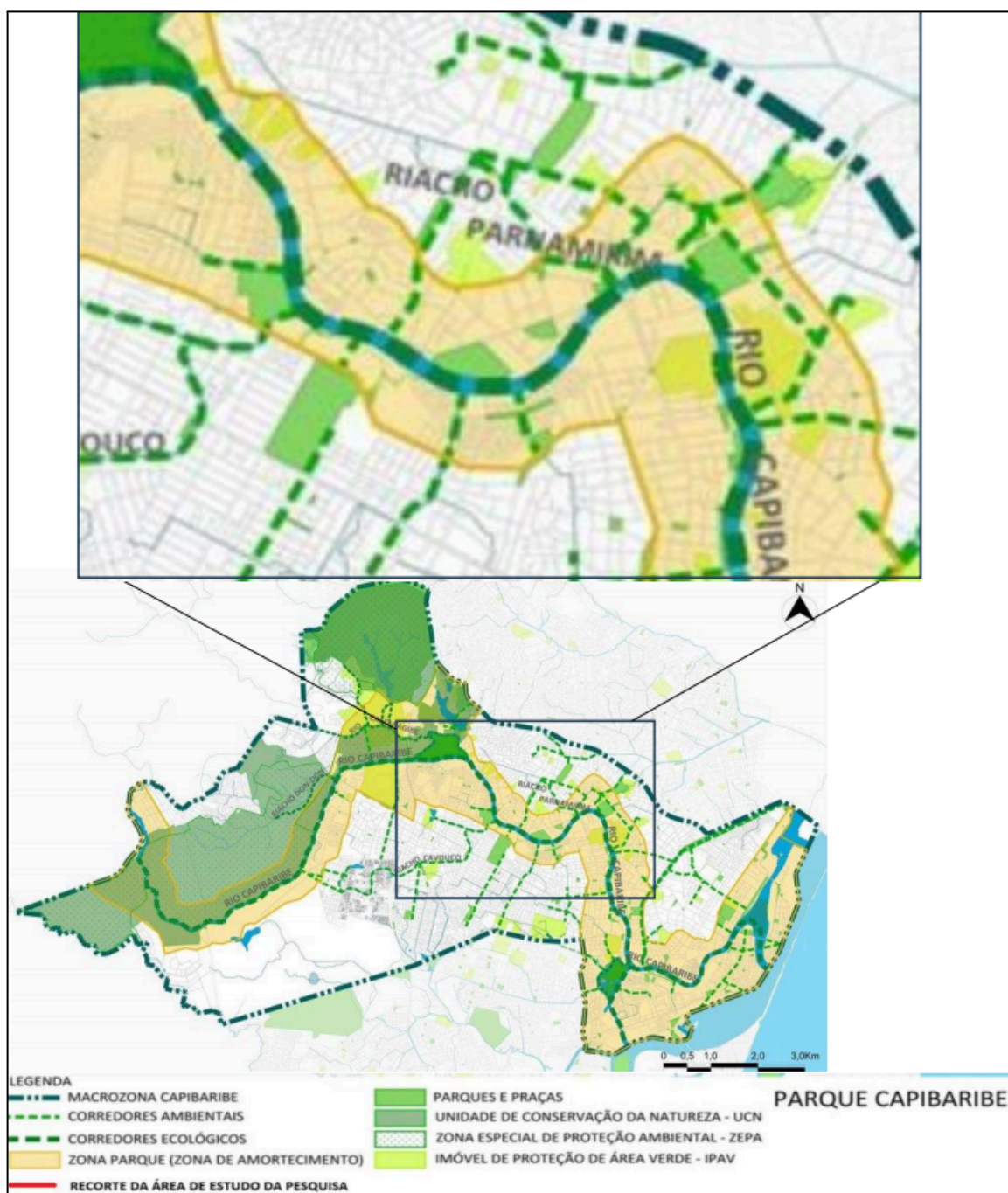
O documento destaca que o PURA tem seu objetivo delimitado no seu título, pois se trata de um Plano que deve orientar ações futuras para o (re)ordenamento do território da Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe no Recife a partir de um teor Urbanístico, ou seja, visando organizar intervenções que alterem o espaço urbano da cidade. Dessa forma, ele deve definir diretrizes para transformar as interações entre os sistemas naturais, artificiais, econômicos e sociais; promovendo um equilíbrio necessário para o desenvolvimento sustentável da cidade.

A espacialização das diretrizes do Parque Capibaribe que está contida neste TOMO mostra o Plano de Reinvenção (Figura 15) com a macrozona do Parque Capibaribe com suas respectivas águas e portas que foram citadas aqui, juntamente com as suas a partir das 5 estratégias apresentadas.

3.2.2 Recorte espacial da área de estudo

Foi delimitado um recorte espacial da área de estudo desta pesquisa, esse, que está representado na Figura 16, localizando a parte da área da Zona Parque no entorno do rio Capibaribe que foi o foco desta pesquisa.

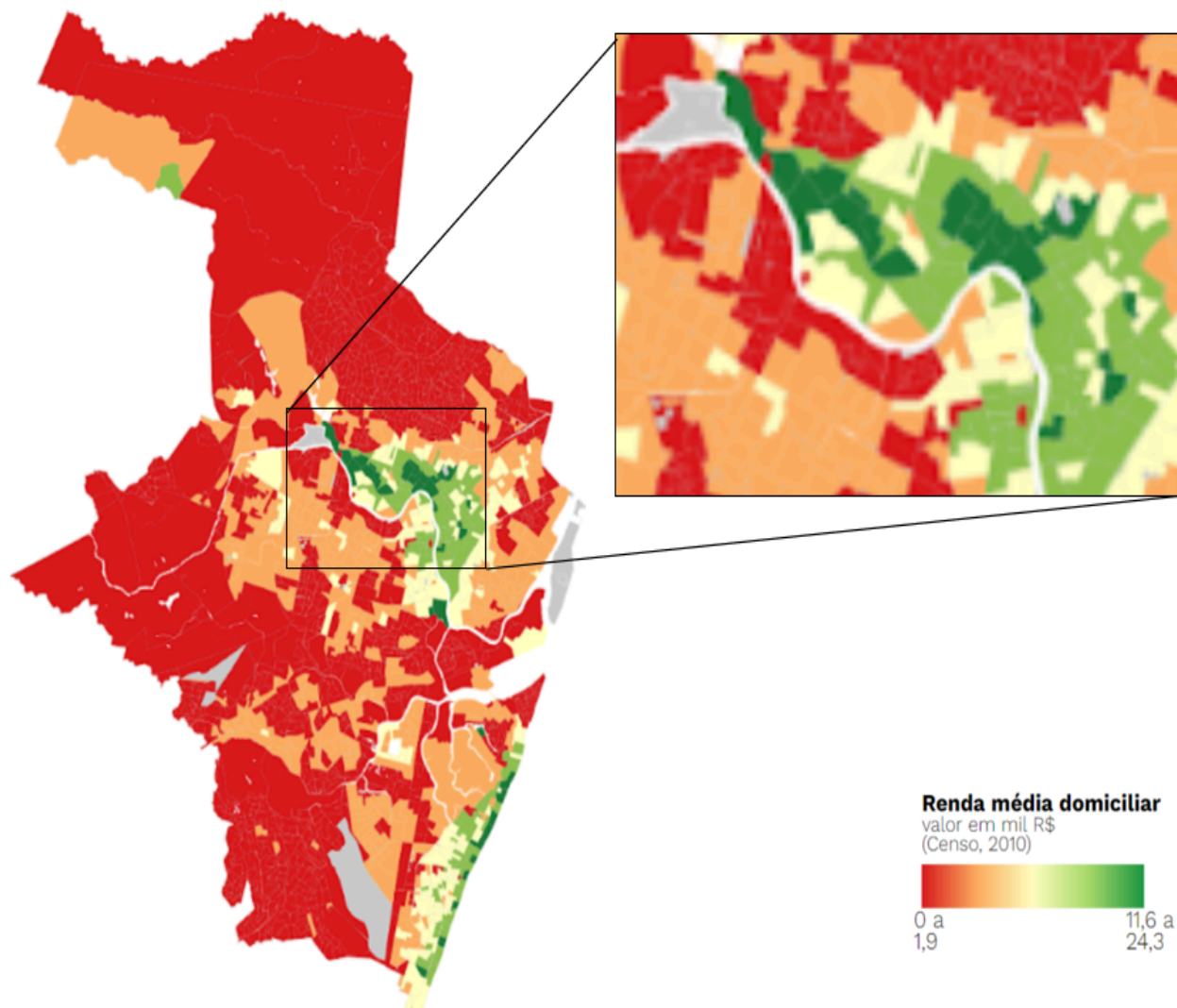
Figura 16 - Recorte da área de estudo na Zona Parque



Fonte: Sistema de Parques do Capibaribe. Produção a partir de dados obtidos no Pura (Ufpe/Inciti, 2020) sobre base do ESIG, 2020. Editado pela Autora

Essa área foi escolhida por apresentar um forte contraste socioeconômico, como pode ser observado na imagem abaixo (Figura 17) que foi elaborado pelo Instituto Pólis (2022), mostrando a renda média domiciliar da cidade.

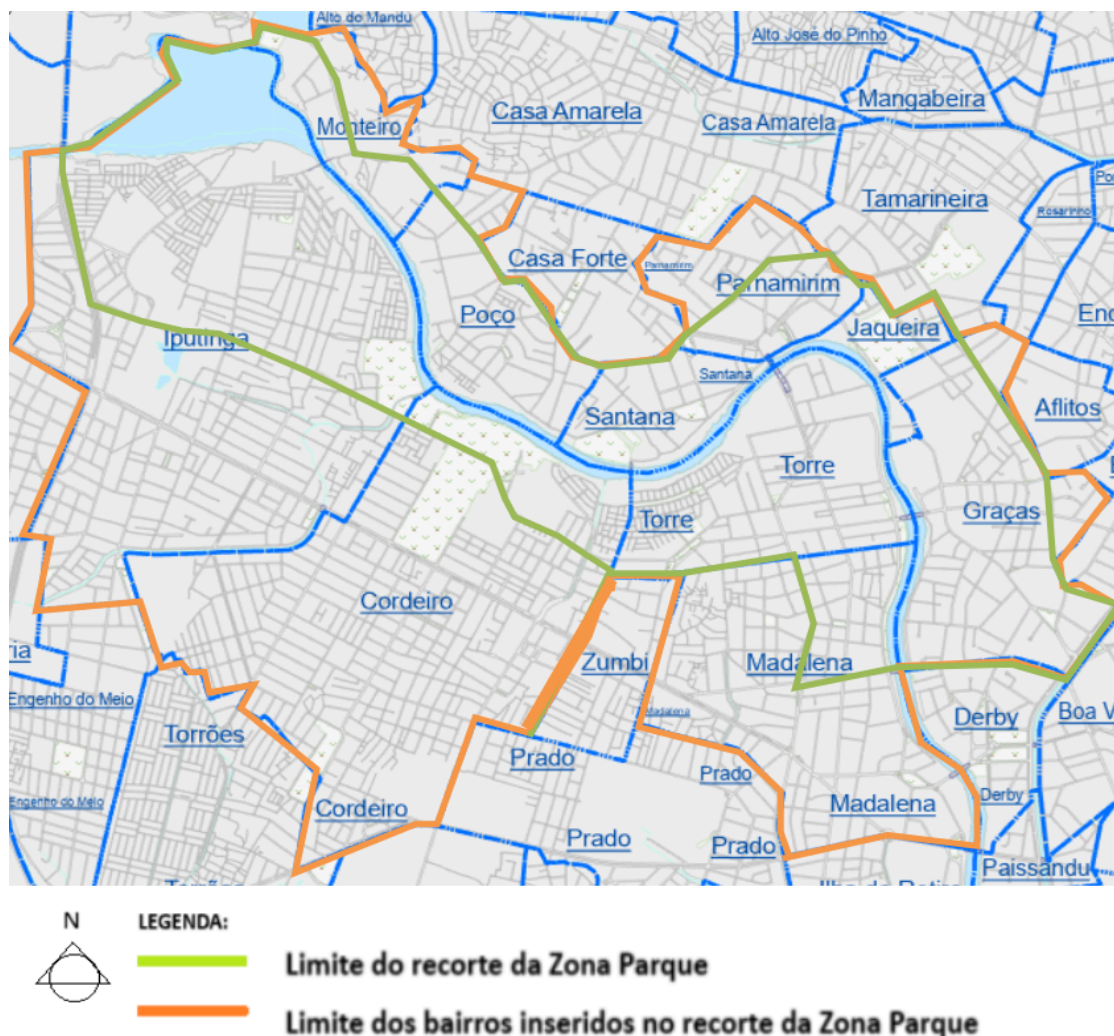
Figura 17 - Renda média domiciliar do Recife com foco na área de estudo



Fonte: Instituto Pólis (2022), modificado pela autora (2024)

Nesta área estão localizados, na margem direita do rio, os bairros Iputinga, Cordeiro, Torre e Madalena; enquanto na margem esquerda estão os bairros Graças, Jaqueira, Parnamirim, Santana, Poço da Panela e Monteiro, como pode ser observado na imagem a seguir da Figura 18.

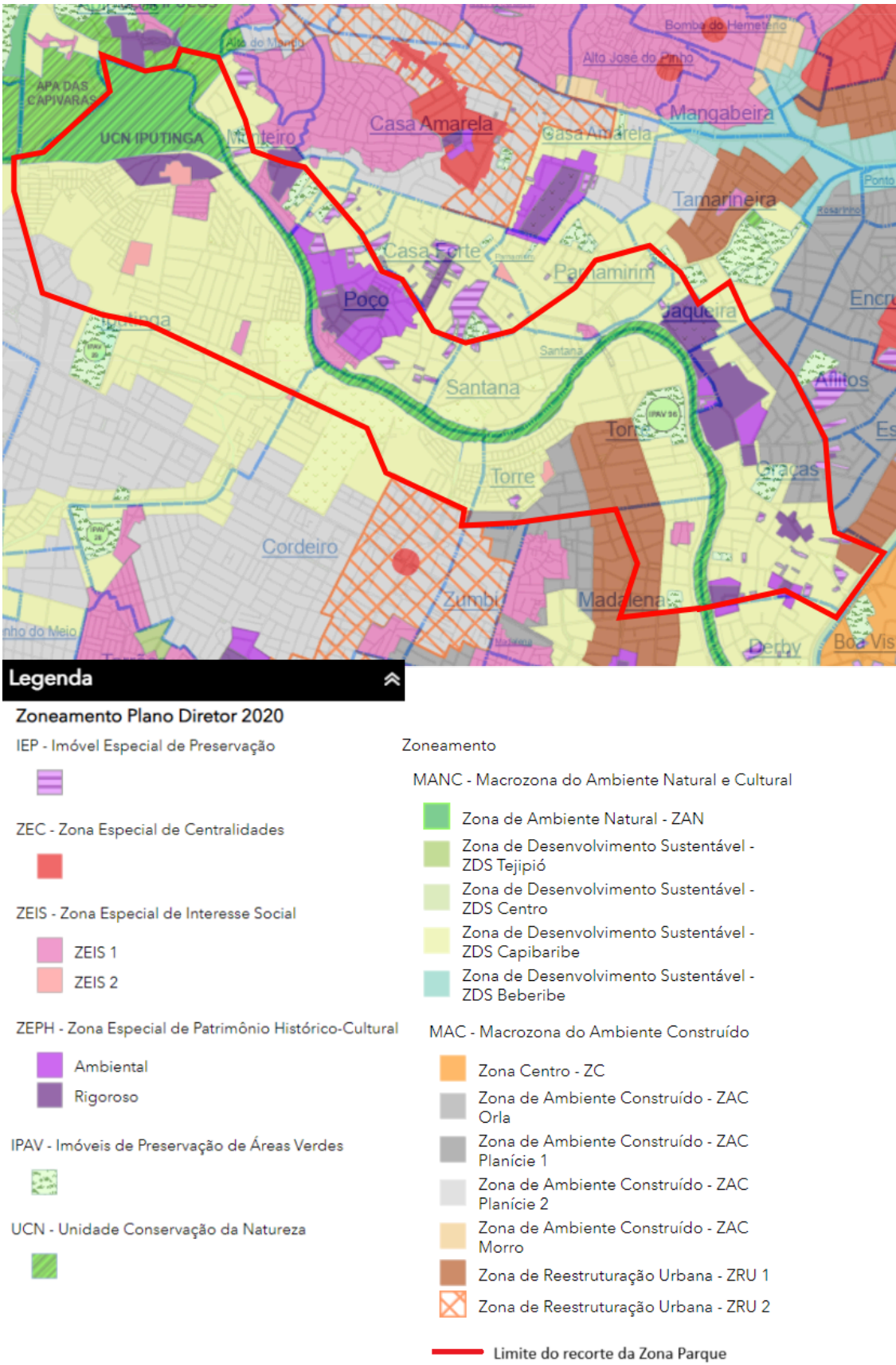
Figura 18 - Bairros onde está localizada a área de estudo



Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagem do ESIG (<https://esigportal2.recife.pe.gov.br/>), 2024

Como pode ser observado no zoneamento (Figura 19), a área do recorte de estudo possui lotes que pertencem à ZDS Capibaribe - Zona de Desenvolvimento Sustentável Capibaribe, ZRU - Zona de Reestruturação Urbana 1, IEP - Imóvel Especial de Preservação, UCN - Unidade de Conservação da Natureza Estuário do rio Capibaribe, ZEIS - Zona Especial de Interesse Social, ZEPH - Zona Especial de Patrimônio Histórico-Cultural e IPAV - Imóveis de Preservação de Área Verde. Nesta imagem, é notado que a margem esquerda possui mais IEP e mais ZEPH, o que pode estar relacionado com a forte valorização econômica dessas áreas.

Figura 19 - Zoneamento do limite do recorte da Zona Parque

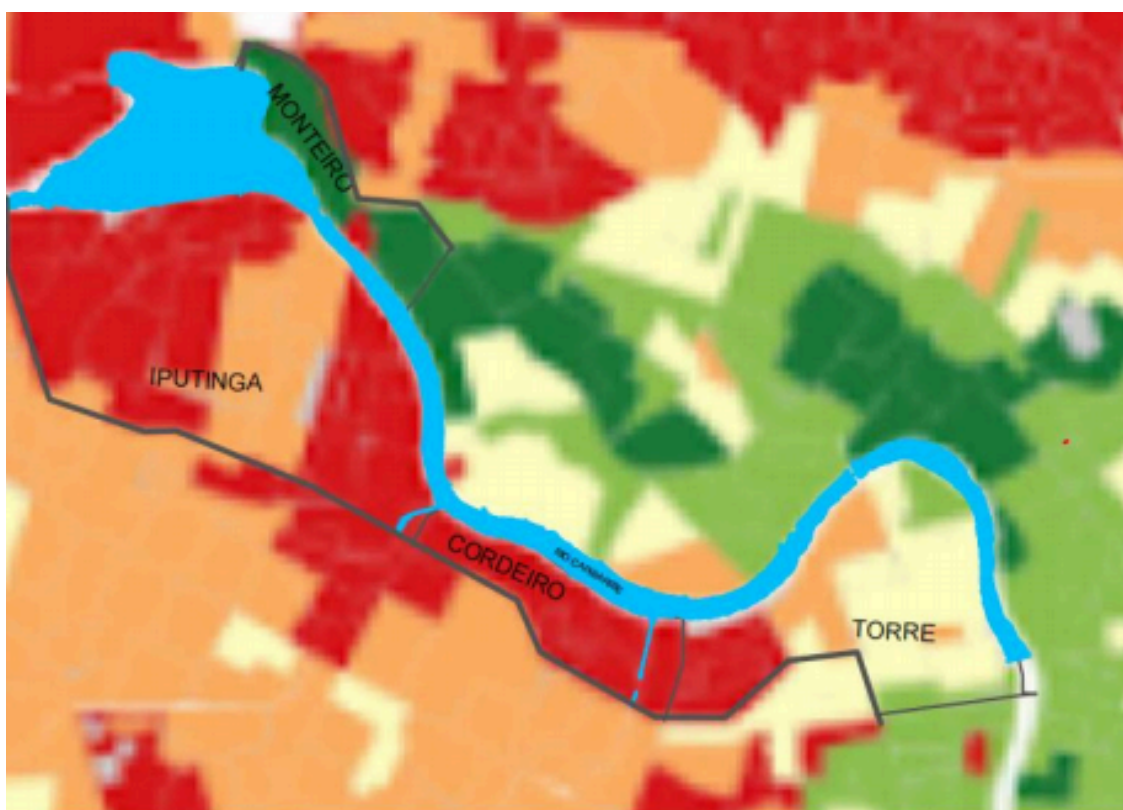


Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagem do ESIG (<https://esigportal2.recife.pe.gov.br/>), 2024

Diante dessas informações apresentadas sobre esta área de estudo, é possível compreender melhor o contexto em que a pesquisa se insere.

Dessa forma, esta pesquisa escolheu os bairros que apresentam uma maior quantidade de habitações de baixa renda para realizar os estudos de campo. Assim, os bairros escolhidos para essa etapa da pesquisa (Figura 20) foram: Iputinga, Cordeiro, Torre e Monteiro. Apesar do Monteiro ter mais habitações de renda alta, é um caso que precisa de visibilidade diante da forte especulação imobiliária e atual situação de desapropriação da Vila Esperança, a pequena área do bairro que é apresentada com habitações de baixa renda.

Figura 20 - Renda com identificação dos bairros escolhidos para visita de campo

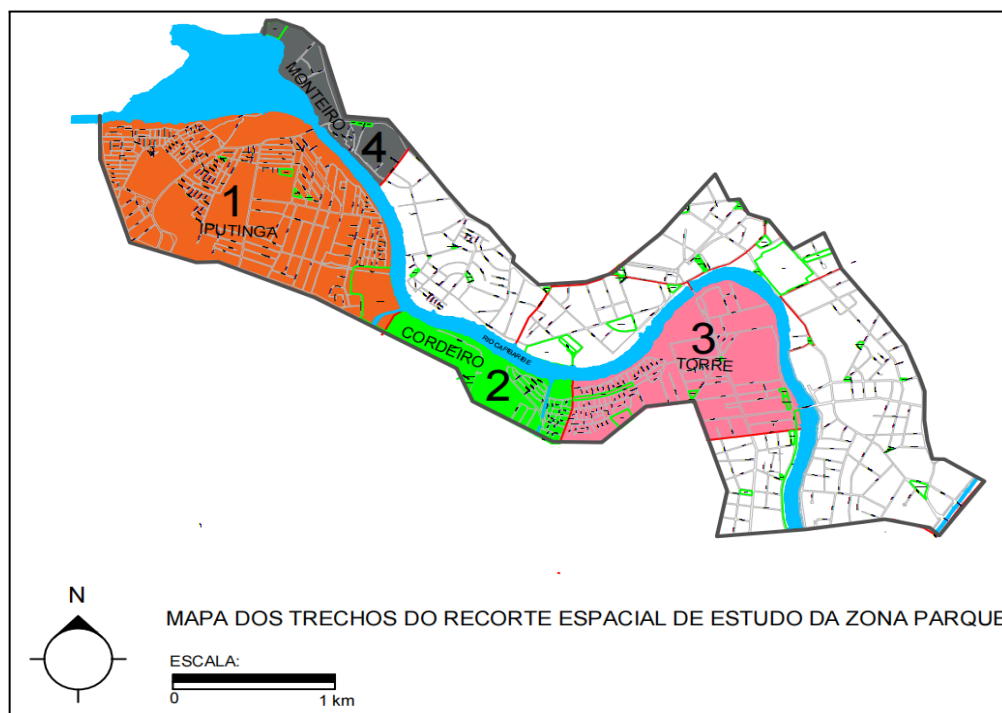


Fonte: Instituto Pólis (2022), modificado pela autora (2024)

Desse modo, a área do recorte para visita de campo foi dividida em 4 trechos (Figura 21) que contemplam os bairros, são eles:

- Trecho 1: Iputinga
- Trecho 2: Cordeiro
- Trecho 3: Torre
- Trecho 4: Monteiro.

Figura 21 - Recorte da área de estudo na Zona Parque no rio Capibaribe



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Arquivo em Formato DWG com as informações da Cidade do Recife com curva de nível (Disponível em <http://www.recife.pe.gov.br/ESIG/documentos/>)

Ao priorizar a investigação nos bairros com renda mais baixa, essa pesquisa busca dar-se aproximar mais dessa população, que muitas vezes não são ouvidas de forma concreta. Dessa forma, pretende-se dar visibilidade às populações mais vulneráveis e sua relação com o projeto.

3.3 Método de abordagem

Apresentadas as ideias que problematizam e justificam este trabalho, faz-se necessário traçar alguns apontamentos acerca do método e técnicas adotadas neste trabalho. O método de abordagem utilizado nesta pesquisa é o materialismo histórico dialético, na medida em que ele contribui para uma análise do PURA Capibaribe no âmbito do contexto histórico da formação urbana do Recife, considerando suas determinações socioeconômicas no âmbito das relações de produção e dominação do espaço.

Ao mesmo tempo, esta dissertação apresenta uma pesquisa exploratória, a qual tem a finalidade de desenvolver e esclarecer a ideia delimitada tendo em vista a formulação de problemas mais precisos. Assim, ela busca proporcionar uma visão

geral, aproximativa acerca de determinado fato (GIL, 2008), no âmbito da sua dinâmica histórica.

3.3.1 Materialismo histórico dialético

Este método foi entendido com base em Gil (2008), que apresenta o materialismo dialético de Engels (1974), apontando que pode ser entendido como um método que fornece bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não devem ser entendidos de modo abstraído de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc; estabelecendo tensões e conflitos sociais. O autor também aponta que o materialismo histórico se fundamenta no método dialético, com suas bases também definidas por Marx e Engels, onde o modo de produção da vida material determina o processo social, logo as modificações sociais e subversões políticas devem ocorrer a partir dos modos de produção e de troca de mercadorias, que são a base da ordem social. Portanto, Gil (2008) conclui que o materialismo histórico enfatiza a dimensão histórica dos processos sociais, o que ocorre a partir da interpretação dos fenômenos observados na relação do modo de produção da sociedade com as superestruturas (políticas, jurídicas, etc.).

Netto (2011) aponta que, na teoria social de Marx, a questão do método se apresenta como um nó de problemas que se deve às razões teóricas, filosóficas e ideopolíticas. De acordo com o autor, no método de Marx, o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto como ele é em si, ou seja, incorporando sua estrutura e dinâmica. Ele diz que no processo do conhecimento teórico, o sujeito está implicado no objeto, onde a pesquisa da sociedade não pretende ser neutra. O autor aponta que nessa teoria, a objetividade do conhecimento teórico está na verificação da sua verdade, ou seja, onde está a prática social e histórica. Ele diz que, para Marx, o papel do sujeito é ativo, buscando entender a forma, essência e dinâmica do objeto através de uma variedade de conhecimentos que precisam ser revisados e criticado com criatividade. Segundo o autor, neste processo, os instrumentos e técnicas de pesquisa são variados, incluindo desde uma análise documental até diferentes formas de observação e coleta de dados, possibilitando que o pesquisador se apodere da matéria, e, após a conclusão dessa investigação, o pesquisador possa apresentar expositivamente os resultados encontrados.

3.4 Procedimentos metodológicos

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos e técnicas, foram utilizados: pesquisa documental, para coleta de dados sobre a área estudada e o objeto de estudo; pesquisa bibliográfica, para coleta de dados sobre os conceitos e análises que contribuam com o entendimento do problema; e pesquisa de campo, que proporcionou a familiaridade da pesquisadora com o ambiente e com o fenômeno estudado, possibilitando análise próxima sobre a apropriação dos espaços públicos no entorno do rio (LAKATOS E MARCONI, 2012), por meio de técnicas de observação e de entrevistas não estruturadas.

Para realizar o primeiro objetivo específico da pesquisa, foram realizadas pesquisa bibliográfica e documental buscando entender conceitos, definições e teorias, para se ter um embasamento teórico sobre sustentabilidade, interesses econômicos e espaços urbanos. Em seguida, foi analisado o problema da área desta pesquisa e, por fim, foi feita pesquisa com base nos conceitos e teorias usados como referências, na qual buscou compreender os: Discursos de sustentabilidade no espaço urbano, Interesses capitalistas nos ambientes naturais e os Problemas socioambientais no espaço urbano. Com base nos resultados encontrados, foi possível identificar como a perspectiva da sustentabilidade se relaciona com os interesses econômicos em espaço urbano capitalista.

Para realizar o segundo objetivo específico, foram realizadas pesquisa bibliográfica e documental sobre planos urbanísticos e áreas ribeirinhas. Deste modo, foi realizada pesquisas sobre o rio Capibaribe, área de estudo dessa pesquisa, buscando conhecer o contexto histórico e a realidade socioambiental da área. Também foram realizadas pesquisa bibliográfica e documental sobre o plano urbanístico considerado nesta pesquisa.

Desta forma, foi realizado um estudo do PURA Capibaribe (que está disponível online), a fim de coletar dados e informações necessárias para contribuir com a pesquisa. Logo, se fez necessário acessar sites institucionais ou órgãos públicos buscando os dados em: leis, reportagens, fotografias, vídeos, relatórios, tabelas estatísticas, mapas e outros documentos. Por fim, foram realizados estudos de campo em algumas áreas das margens do rio Capibaribe, no trecho que passa pelos seguintes bairros: Iputinga, Cordeiro, Torre e Monteiro. Inicialmente, buscou-se

entender aspectos socioeconômicos e urbanos desses bairros, e, em seguida, foram identificados os locais de cada trecho em que seria realizado o estudo de campo

Para realizar esta etapa, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), onde foi aprovada a realização das técnicas de observação e entrevistas não estruturadas. Após a realização do estudo de campo, foi possível compreender como as populações mais vulneráveis que frequentam essas áreas ribeirinhas se relacionam com o rio e com os espaços públicos do Projeto Parque Capibaribe que já foram inaugurados. Dessa forma, foi analisado como ocorreu a participação da população durante a elaboração do projeto e como populações de diferentes situações socioeconômicas se apropriam e percebem esses espaços. Assim, foi possível evidenciar como um PURA Capibaribe atua diante das desigualdades socioespaciais, destacando como a sustentabilidade consegue ser promovida diante desta realidade. Assim, foram obtidos resultados que auxiliaram na compreensão de como os planos urbanísticos para áreas ribeirinhas conseguem beneficiar - ou não - as diferentes classes sociais.

Para realizar o terceiro e último objetivo específico desta pesquisa, os dados obtidos nas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, foram analisados e relacionados, buscando destacar as fragilidades do plano urbanístico em relação à promoção da sustentabilidade em uma sociedade de classes.

3.4.1 Pesquisas bibliográfica e documental

De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. O autor aponta que parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisa bibliográfica. Ele aponta que a principal vantagem desta pesquisa é que ela permite que o investigador tenha acesso a uma variedade de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Segundo Gil (2008), a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, a única diferença entre elas é que enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental é feita em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico;

ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, e o que ocorre, com o PURA Capibaribe.

Nesta pesquisa, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documental em revistas, periódicos, livros e artigos, que estão disponíveis em bibliotecas físicas e digitais. Nesse processo foram pesquisados os conceitos e teorias usados como referências, na qual se buscou compreender os: Discursos de sustentabilidade no espaço urbano, Interesses capitalistas nos ambientes naturais e os Problemas socioambientais no espaço urbano. Também foram realizadas pesquisas sobre o rio Capibaribe e sobre o plano urbanístico que foi analisado nesta pesquisa.

3.4.2 Estudo de Campo

Para a elaboração desta pesquisa, também foi necessário realizar estudos de campo, que, segundo Gil (2008), buscam um aprofundamento das questões propostas, onde o seu planejamento apresenta maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa. O autor aponta que, no estudo de campo, estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social.

Desse modo, o estudo de campo possibilitou um estudo das comunidades que estão localizadas nas áreas ribeirinhas analisadas nos trechos que foram delimitados, onde foi possível realizar técnicas de observação e entrevistas não estruturadas.

3.4.3 Entrevista não estruturada

De acordo com Gil (2008), a entrevista é uma técnica de coleta de dados muito utilizada na área das ciências sociais, na qual a pessoa entrevistada atua como fonte, podendo informar o que sabe, crê, espera, sente, faz ou deseja.

Manzini (1991) fala sobre a entrevista social como instrumento para coleta de dados, que possui várias tipologias. Ao falar sobre as classificações das entrevistas, ele apresenta de forma resumida 3 tipos de entrevistas, sendo: estruturadas, semi-estruturadas e não estruturadas. Para esta pesquisa, o tipo de entrevista escolhido foi a não estruturada, a qual o autor aponta que uma pergunta serve de estímulo, fazendo com que as respostas do entrevistado surjam a partir das suas

próprias associações e experiências. De acordo com o autor, são utilizadas técnicas chamadas de “espelhadas”, nas quais o entrevistador fala o que compreendeu da resposta do entrevistado, com o intuito de que ele continue falando sobre o tema. Este tipo de entrevista, que também é chamada de “relato de fato” ou de “relato de experiência”, é indicado quando se pretende obter resposta com mais iniciativa e liberdade do entrevistado.

A entrevista não estruturada, segundo Mattos (2005), é aquela em que o entrevistado decide como vai ser sua resposta. O autor aponta que é uma entrevista que se dá em forma de conversação, na qual a análise da conversa deve ser feita de forma cuidadosa. Ele fala sobre a importância de organizar a entrevista em tópicos que indicam o tema de cada parte da entrevista, esses, que podem ser organizados através de uma hierarquização dos temas, podendo ser fragmentados em subtópicos. De acordo com o autor, para auxiliar na interpretação dos dados da entrevista, deve-se utilizar a própria gravação oral.

As entrevistas foram realizadas nas áreas apresentadas anteriormente, que correspondem a trechos da Zona Parque, que se refere ao Projeto Parque Capibaribe (PPC), que está sendo implementado atualmente. Como o PURA Capibaribe dá suporte ao PPC, ao nível do discurso, buscando promover uma vida mais sustentável, saudável, próspera e feliz para as gerações futuras, as entrevistas se baseiam na relação dos entrevistados com o PPC e o rio.

Desse modo, Mattos (2005) apresenta um modelo de referência para organizar a análise da entrevista, a qual possui cinco fases de uma estrutura que prepara, suporta e ajusta a sua interpretação. A fase 1, que ele chama de “recuperação”, consiste em transcrever o que foi gravado, fazendo anotações da memória que se tem dos momentos da entrevista que passaram algum significado. De acordo com o autor, a recuperação deve acontecer o mais próximo possível da entrevista, devendo ser feita com os textos, anotações de referência (com local, hora, circunstâncias especiais, etc) e a gravação oral.

A fase 2, chamada de “análise do significado pragmático da conversação”, a qual se deve observar como se desenrolou o contexto pragmático do diálogo. Em seguida, deve-se observar os fatos do texto pragmático-semântico, juntamente com os significados incidentes, e, suposições implícitas no contexto (organizacional, cultural, econômico, etc) relevante ao tópico. Por fim, deve-se realizar uma revisão dessas análises. (MATTOS, 2005)

A fase 3 é chamada de “validação”, na qual se deve validar o entendimento das respostas com o próprio entrevistado através de perguntas como “Eu entendi que o senhor/senhora respondeu assim, estou certo?”. Se o entrevistado não assumir as respostas, a fase 2 deve ser refeita ou a resposta deve ser suprimida. (MATTOS, 2005)

A fase 4, que se chama “montagem de consolidação das falas”, visa reunir as observações colhidas nas fases anteriores através da transcrição dos dados para uma matriz de dupla entrada, uma com os entrevistados de características aproximadas, outra com as perguntas e a interseção com as respostas que são as unidades de análise. Esse processo pode ser feito com uma folha de papel ou uma tabela eletrônica

A fase 5, que é a última, é chamada de “análise de conjuntos”, com a qual deve-se: primeiro, visualizar os fatos relativos aos entrevistados; segundo, visualizar os fatos relativos às perguntas; terceiro, destacar os significados das falas e os sentidos que formam quando são colocadas em conjunto. Esse processo deve ser registrado através da ligação das observações conclusivas com os fatos de linguagem, assim, iniciando a elaboração das redações parciais do texto acadêmico, formando a análise. (MATTOS, 2005)

Por fim, o autor conclui que na tradição das ciências sociais aplicadas, a investigação dos temas é feita através das pessoas, mas que ao se recorrer aos manuais de entrevistas não-estruturadas, o pesquisador acaba encontrando padrões estruturalistas. Assim, ele diz que a entrevista não-estruturada é um diálogo e uma interação, na qual a simetria das participações não é tão relevante como os significados que possuem.

Na organização dos tópicos das entrevistas, foi utilizado como referência a ideia de analisar a produção do espaço e da apreensão do PPC, assim, buscando compreender as três dimensões da produção do espaço apontadas por Lefebvre (2006). A análise do PURA representa o espaço concebido pelos profissionais e gestores, enquanto os resultados da visita de campo representam o espaço percebido a partir da técnica de observação da pesquisadora, e, o espaço vivido a partir das experiências e percepções dos entrevistados que foram compartilhadas.

Diante disso, foram utilizados os seguintes tópicos e subtópicos para a entrevista, focando em compreender as opiniões das populações de baixa renda nos diferentes trechos:

- Utilização e percepção do rio Capibaribe e seu entorno
 - Averiguar quais populações utilizavam o rio e as áreas do seu entorno antes do projeto e por quais razões.
 - Analisar como a população utiliza o rio e/ou as áreas do seu entorno (trabalho diretamente no rio, transporte, lazer, outras atividades),
 - Entender como percebem esses espaços (se gostam ou não dessas áreas, quais qualidades e defeitos percebem).
- Conscientização sobre a importância do rio e dos espaços públicos para a sustentabilidade da cidade
 - Mostrar a noção que a população tem da importância do rio e suas margens para a cidade e conseqüentemente da sua conservação.
 - Analisar como a população entende o que é sustentabilidade e como o rio atua nesse processo.
 - Entender a relação que as populações têm com os espaços públicos localizados no entorno do rio
- Percepção e apropriação da população com o PPC
 - Averiguar se a população sabe o que é o Projeto Parque Capibaribe
 - Investigar se a população participou da elaboração do projeto e como foi esse processo.
 - Evidenciar se a população sente que foi incluída nesse processo de forma efetiva e democrática.
 - Entender o que a população apoia e o que é contra no projeto e porque.
- Apropriação, utilização e percepção da população das áreas do PPC que já foram inauguradas.
 - Averiguar quem é a população que se apropria dos espaços do PPC que já foram inaugurados e por quais razões.
 - Mostrar se esses espaços ajudaram a população a se aproximar mais do rio e valorizar sua conservação.
 - Apresentar o que a população acha desses espaços e se acreditam que eles valorizaram mais as áreas que estão inseridas.

Foram realizadas pesquisas de campo em 4 trechos delimitados no recorte da área de estudo apresentada. Neste processo foram realizadas técnicas de

observação com registros fotográficos do local e entrevistas não estruturadas com 40 participantes no total. A síntese dos resultados obtidos serão apresentadas a seguir, de acordo com cada trecho.

3.4.3.1 Amostra de participantes

Para chegar na amostra dos participantes das entrevistas, foi utilizada a técnica de amostragem por Tipicidade e Bola de Neve. Inicialmente foi utilizada a amostragem por Tipicidade, que auxiliou na seleção dos subgrupos da população baseados nas informações disponíveis, que pode representar toda a população (Gil, 2008). No caso desta pesquisa, os subgrupos foram baseados nos trechos estabelecidos para realização das entrevistas, estes que foram escolhidos por apresentarem forte contraste socioespacial.

Então, foram realizadas entrevistas não estruturadas individuais com algumas pessoas de diferentes grupos sociais em cada trecho da área da pesquisa, buscando entender a importância de respostas espontâneas e conscientes. O tipo de amostragem realizada em cada trecho foi a Bola de Neve, onde os indivíduos indicam ou recomendam os próximos entrevistados.

De acordo com Vinuto (2014), a bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados. Para realizar esta amostragem, inicialmente, foi necessário ter documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como “sementes”, que possibilitem a localização de algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indicassem novos contatos com as características desejadas, e assim sucessivamente. Eventualmente, essa amostragem torna-se saturada, ou seja, sem novas pessoas indicadas ou com entrevistados que não trazem informações novas para a análise.

No caso desta pesquisa, as “sementes” foram os contatos das lideranças comunitárias dos bairros das áreas da pesquisa, que auxiliaram o pesquisador a contactar os entrevistados. O número da amostra foi finalizado com a saturação dos dados obtidos, a partir das respostas e discursos dos participantes.

3.4.3.2 Análise dos dados

As entrevistas foram realizadas de forma individual com pessoas de diferentes classes sociais que frequentavam as áreas do entorno do rio, buscando averiguar seu entendimento sobre o PURA Capibaribe, como a sustentabilidade poderia alcançar essas populações, e analisar como essas populações se relacionam com o rio, dando destaque às populações mais vulneráveis.

Diante disso, foi feita uma análise comparativa com as populações de cada trecho, buscando entender a relação de cada população com o plano, averiguando como os resultados dessa análise se relacionam com os interesses capitalistas nas áreas ribeirinhas, e como afetam as populações mais vulneráveis.

Os dados foram interpretados e analisados qualitativamente, buscando entender o cenário de uma forma geral. Nos dados coletados na pesquisa de campo foram analisadas informações sobre: classe social; frequência e motivação de ocupar ou transitar no entorno do rio; apropriação e percepção do rio e suas margens; conhecimento e opinião sobre o Projeto Parque Capibaribe, que é parte do PURA Capibaribe. Essas informações foram associadas aos dados históricos e sociais coletados na pesquisa documental, em seguida, relacionados com os dados da presente pesquisa, e, por fim, cruzadas com as teorias e conceitos que foram usados como base da problematização.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados, juntamente com sua análise e discussão, de acordo com os objetivos desta pesquisa.

4.1 Recife e o Capibaribe: Relações socioespaciais

Este item apresenta os resultados referentes à investigação da área da pesquisa, de forma a possibilitar um melhor entendimento acerca do contexto histórico que envolve essa relação entre a cidade do Recife e o rio Capibaribe. Dessa forma, será possível entender como o objeto desta pesquisa está inserido nos objetivos específicos, possibilitando uma compreensão sobre os seus espaços urbanos, suas áreas ribeirinhas, e os interesses capitalistas que estão presentes nesse contexto.

4.1.1 Recife: Contexto socioespacial do Espaço urbano

Recife chegou a ocupar o primeiro lugar como a capital mais desigual do país, no ranking de 2019, de acordo com o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2024, seguiu com uma colocação alarmante, ocupando o segundo lugar de acordo com ranking do Mapa da Desigualdade entre as Capitais Brasileiras, desenvolvido pelo Instituto Cidades Sustentáveis (ICS) que foi publicado em 2024 (LUCENA, 2024).

Essa forte desigualdade no espaço urbano apresenta uma forte relação entre a dimensão social e as unidades ambientais, como morros, planícies e estuários/alagados. Nesse contexto, as áreas de morros e alagados estão associadas majoritariamente às populações de baixa renda (Figura 9), enquanto nas áreas de planície, essas populações acham-se próximas das classes mais favorecidas (SILVA FILHO, 2009).

Nas áreas ribeirinhas de planície ocorre uma apropriação estética, pela qual se nota a localização, ao mesmo tempo, de populações de maior poder aquisitivo, e de menor renda que são precariamente incluídas na sociedade. De acordo com Silva Filho (2009), as áreas das margens do rio que são ocupadas pelas populações

de elevado poder aquisitivo não são tratadas da mesma forma que as de baixa renda, o que representa um cenário de forte desigualdade social (Figura 22).

Figura 22 - Desigualdade social nas margens do rio Capibaribe



Fonte: Desigualdade social nas margens do Capibaribe [Foto: Paula Alzugaray], 2023

Recife é uma cidade que começou a ser edificada sobre bancos de areia e foi se expandindo para o continente, onde pontes e canais foram paulatinamente construídos (Figura 28), consequentemente incentivando a construção, ao longo do rio Capibaribe, com aterros que transformaram a paisagem da planície (SÁ CARNEIRO, 2010).

Figura 28 - Vista aérea do Recife com pontes no centro histórico



Fonte: Vista aérea do Recife, Pernambuco (Imagem: Getty Images) em uol.com.br, 2017

Trata-se de uma das cidades mais antigas do Brasil, que começou a ser construída no século XVI, por volta de 1537 como Ribeira do Mar dos Arrecifes, uma estreita faixa de areia em arrecife que formava um ancoradouro, uma praia de pescadores onde os rios Capibaribe e Beberibe se encontram com as águas do mar. Devido à essas características físicas favoráveis, instalou-se um porto que servia à Vila de Olinda, situada no seu entorno. O assentamento que era ocupado em sua maioria por marinheiros, carregadores e pescadores, foi se tornando mais populoso, dando origem à Vila de Recife. A proximidade do porto favoreceu ainda mais a expansão da vila, a qual tomou forma de cidade, que tinha como principal atividade econômica a exportação do açúcar. Esta atividade comercial provocou o crescimento da cidade por meio do uso dos cursos das águas, que o levava dos engenhos ao porto, tornando os rios, assim, caminhos de navegação e transportes de produtos (IPHAN; IBGE).

Desse modo, Recife se tornou a principal cidade da Capitania de Pernambuco, o que despertou o interesse dos holandeses, que invadiram e ocuparam a capitania entre 1630 e 1654, período em que a cidade se expandiu com a urbanização. (IPHAN) A partir do Século XVIII, o desenvolvimento da cidade se apoiou no comércio externo e a urbanização portuguesa predominou, enquanto que no Século XIX, a cidade já apresentava um tecido densamente urbanizado surgido dos aterros das áreas alagadas e mangues, a partir da ocupação holandesa, sendo marcado também pela implantação de várias pontes na cidade (IBGE).

A cidade, que teve sua ocupação urbana marcada pelo intenso uso do solo, se tornou a capital de Pernambuco no século XIX, com o acelerado aumento de habitantes. Nesse cenário, era reduzido o espaço apropriado para construção de moradias, logo, as famílias de baixa renda passaram a improvisar suas moradias em locais inadequados, para levantar seus mocambos (CASTILHO E LEANDRO, 2012).

O termo mocambo tem sua origem do idioma africano quibundo, que significa esconderijo, associando-se a um saber arquitetônico dos africanos escravizados, representando o escape, a busca pela liberdade, características de quilombos, mas que com o tempo suas técnicas construtivas se misturaram com as influências europeias e indígenas (LIRA, 1994 *apud* NETA, 2005).

Isso acaba se tornando uma característica marcante na cidade, como mostram os versos de Josué de Castro na sua obra “Homens e Caranguejos”:

“O Recife, a cidade dos rios, das pontes e das antigas residências palacianas é também a cidade dos mocambos (...)” (CASTRO, 1967, p.27)

Porém, em Recife, esse termo perde sua conotação étnica, representando uma habitação popular humilde, como cabanas e taipa, varas e palha, que com o tempo também passou a representar habitações com outros materiais (SOUSA, 2003 *apud* NETA, 2005). Ainda hoje se vê reflexos dos mocambos, formando um cenário junto aos mangues, além de terem surgido em outros pontos da capital (SÁ CARNEIRO, 2010).

Também nos tempos atuais, as populações ribeirinhas continuam construindo suas moradias encaixando-as nas áreas disponíveis no meio urbano, formando favelas e palafitas, muitas vezes reforçando ainda mais o contraste social inerente à sociedade de classes (Figura 29).

Figura 29 - Palafitas no bairro do Pina, em local com forte contraste social



Fonte: jc.ne10.uol.com.br/ (FOTO: Bobby Fabisak/JC Imagem), 2016

Mas nem sempre foi assim, no século XIX, a burguesia recifense se formou de modo concentrado nas margens do Capibaribe, época em que a orla marítima era desprezada por essa classe social. Na época era uma área que na concepção dessa classe, se destacava por seus atributos naturais (VILLAÇA, 2001).

Nos dias atuais, essas áreas ribeirinhas vêm, cada vez mais, sendo consolidadas como áreas de grande valor para a burguesia (Figura 30).

Figura 30 - Áreas do rio Capibaribe valorizadas pela burguesia na zona oeste do Recife



Fonte: diariodepernambuco.com.br/ (Foto: Nando Chiappetta/DP), 2018

A partir da década de 1960, a burguesia também se consolidou em áreas litorâneas, quando ocorreu, tardiamente no Recife, a valorização das praias para fins residenciais. Assim, o eixo de expansão das residências burguesas começou a se deslocar para a praia de Boa Viagem (Figura 31), localizada na zona sul da cidade, que se tornou a área com maior concentração de renda.

Figura 31 - Praia de Boa Viagem



Fonte: viajali.com.br/praiadeboaviagem/

Foi em torno desses ambientes aquáticos que a cidade se urbanizou de forma bastante desigual. No caso das áreas ribeirinhas, ao longo do século XX os seus cursos d'água foram quase todos canalizados no processo de urbanização, no contexto da expansão da cidade. Nesse contexto, destacam-se obras de aterramento extensivo de áreas alagadas, impermeabilização de áreas ambientalmente frágeis, redefinição dos caminhos das águas com retificações, canalizações e tamponamentos de seus riachos. Dessa forma, o rio Capibaribe e seus afluentes foram transformados em receptores de resíduos líquidos e sólidos carregados pelas chuvas, ou até mesmo, lançados no rio pelo homem (ALENCAR, 2022). Problema que tem repercutido excessivamente no desrespeito à Natureza, influenciando, por sua vez, nos efeitos das mudanças climáticas.

É nesse contexto, que se iniciou a formulação do projeto do Parque Capibaribe propondo o “Plano Urbanístico de Resgate Ambiental do rio Capibaribe – PURA Capibaribe”, que se destacou por apontar preocupação relativa à conservação natural das margens do rio Capibaribe por meio de estratégias de integração deste aquífero à dinâmica urbana (ALENCAR, 2022).

Como o PURA Capibaribe é o objeto de estudo central desta pesquisa, faz-se necessário entendê-lo no âmbito do contexto histórico da urbanização Recife, associado ao rio Capibaribe, que será apresentado a seguir.

4.1.2 O rio Capibaribe na estruturação urbana do Recife

O rio foi de grande contribuição no processo de estruturação da capital, que teve sua fundação a partir do porto, cujo desenvolvimento como atividade econômica durante o século XVII só foi possível em virtude da produção de açúcar nos engenhos localizados nos arredores do Capibaribe. Ele também foi importante devido à sua utilização para o escoamento do açúcar, transporte dos moradores e como fonte de abastecimento d'água, o que provocou forte relação entre ele e os habitantes das suas margens (Figura 32). Além disso, a morfologia do rio direcionou a ocupação da cidade desde o século XVII, o que contribuiu com o seu processo de expansão (MAYRINCK, 2005).

Figura 32 - Encontro do Capibaribe com o mar



Fonte: Divulgação/Porto Digital (Foto: Leo Caldas), 2018

No final do século XVIII, com o surgimento dos primeiros passeios públicos no Brasil, o rio e seu entorno se tornaram importantes locais de lazer como os primeiros espaços públicos da cidade, que serviam para encontros e passeios das classes mais abastadas, com funções estéticas, recreativas e sociais. O primeiro passeio público do Recife foi construído em 1879 às margens do rio Capibaribe, o que hoje corresponde à Praça Dezessete (SÁ CARNEIRO, 2010).

Do final do século XVIII até meados do século XIX, é incorporada na cidade a chamada várzea do Capibaribe, retalhando os engenhos em sítios e chácaras, que, na década de 1840, foram loteados. Nesse movimento, a burguesia se expande pelos subúrbios inicialmente de forma sazonal, ocupando as margens do rio durante o verão para se beneficiar das características curativas dos banhos de rio, até que algumas moradias acabaram se tornando permanentes. Nessa época, Recife dependia dos transportes fluviais, então as canoas eram muito utilizadas para atravessar o Capibaribe, por ser mais fácil e prático, o que aconteceu até a chegada dos transportes terrestres, quando foram desenvolvidos caminhos e transportes com carros (VILLAÇA, 2001).

Até meados do século XX, alguns pequenos portos de canoas ainda estavam presentes na travessia de uma margem a outra do rio, mesmo com a existência de pontes. Com a abertura de estradas, os povoados se constituíram de forma permanente nessas áreas, acelerando o processo de loteamento dos antigos sítios e chácaras, que deram origem a bairros como: Torre, Madalena, Cordeiro, Apipucos,

etc. Muitos bairros situados nos arredores do Capibaribe consolidaram um setor que, por mais de um século, foi o de maior concentração de renda da metrópole (VILLAÇA, 2001).

No século XIX, haviam sido construídos alguns dos principais equipamentos urbanos da cidade (Palácio do Governo, Teatro Santa Isabel e penitenciária) às margens do Capibaribe. Além destas construções, localizadas no seu entorno, o rio também foi importante para o transporte urbano e a comunicação entre os diversos territórios ribeirinhos. Até meados do século XIX, o Capibaribe era largamente usado pelas populações suburbanas como via de acesso ao centro comercial. A sua característica anfíbia reforçou a representação histórica da cidade como “Veneza americana”, como assim a nomeou o poeta Gonçalves Dias (SOEIRO, 2017).

Um fator que contribuiu com o processo de degradação do rio Capibaribe foi a intensa ocupação das suas margens, a partir do século XIX, que ocorreu devido à abolição da escravidão, com a migração no sentido campo-cidade; e no século XX, como resultado da modificação do sistema produtivo açucareiro, com as usinas liberando mão-de-obra. Nesse cenário, a população migrante não tinha condições de ter acesso à terra firme, e se instalaram nas áreas de mangues e alagados, com seus mocambos, utilizando a pesca no rio como meio de subsistência (CASTRO, 1954 *apud* MAYRINCK, 2005). Nos dias atuais ainda se vê reflexos dessas ocupações, com a permanência de favelas e palafitas em algumas áreas das margens do rio (Figura 33).

Figura 33 - Palafitas no rio Capibaribe, bairro dos Coelhos - Recife



Fonte: flickr.com/photos/heitorsalvado, 2006

Com o passar do tempo, os moradores foram perdendo a conexão com o Capibaribe devido ao avanço da urbanização da capital, que provocou sua deterioração pelos esgotos, lixo, extração de areia que o deixava mais profundo e perigoso para banho, e, ainda, pelas enchentes. Logo, o rio passou a ser visto de forma negativa, ao mesmo tempo em que novas paisagens da cidade passaram a ser valorizadas, ocasionando o distanciamento dos grupos hegemônicos do Capibaribe, em virtude da valorização do bairro Boa Viagem, localizado próximo ao mar (SOEIRO, 2017).

A partir da segunda metade do século XX, emergiram movimentos sociais vindos de ecologistas e ambientalistas, buscando reaproximação da sociedade com a Natureza. Neste contexto, em 1980, os ambientalistas da cidade do Recife passaram a protestar em busca da valorização do Capibaribe, o que tornou o rio uma preocupação para pesquisadores e políticos, ocasionando o aumento de discursos relacionados à sua recuperação (SOEIRO, 2017).

Em 1981, houve a proposta da Prefeitura de um parkway ao longo do Rio Capibaribe, chamado Parque Capibaribe, porém, ocorreram conflitos entre as populações mais precárias que ocupavam as regiões ribeirinhas e os empresários que visavam à construção de habitação de classe alta nessas áreas, que geraram acordo em que a maioria dos parques propostos saíram do projeto. Mesmo com essa alteração, foram criados 5 parques, entre eles o Parque da Jaqueira e o Parque de Santana, o único localizado às margens do rio, como parte do projeto do Parque Capibaribe. Porém destaca-se o fato de que a maior parte desses espaços públicos no Recife se encontra em bairros de classe de renda alta, dificultando o acesso de moradores de bairros mais pobres, consolidando exclusão social e outros problemas sociais (SÁ CARNEIRO, 2010).

A Política Pública do Meio Ambiente do Recife, formada em 1994, propôs diretrizes para a conservação da natureza e da paisagem urbana. Em 1996, o Código do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico do Recife designou a paisagem urbana como patrimônio ambiental e cultural da cidade (SÁ CARNEIRO, 2010).

Nesse cenário, foram feitas algumas propostas de intervenções ambientais e urbanas, pelo poder público nos anos 2000, buscando reincorporar o rio Capibaribe à dinâmica da cidade mediante a implementação de projetos, tais como: Programa de Despoluição do Capibaribe, SOS Capibaribe, Circuito das Águas, Apipucos: uma janela para o Capibaribe, Capibaribe Melhor, Programa Recife Sem Palafitas, entre

outros (SOEIRO, 2017). Assim, foram implantadas ruas e avenidas asfaltadas, ciclovias, equipamentos de ginástica, calçadão, arborização e o replantio de mudas de mangue, favorecendo a valorização econômica do espaço, que atualmente é a Av. Beira Rio (Figura 34), nos bairros Torre e Madalena.

Figura 34 - Calçadão na Av. Beira Rio



Fonte: Diário de Pernambuco (2021) Foto de Paulo Paiva/Arquivo DP.

Atualmente, o projeto que está sendo desenvolvido nas áreas do rio é o Projeto Parque Capibaribe (PPC) (Figura 35) que está sendo retomado, buscando reconectar a população com o rio Capibaribe (MONTEIRO *et al*, 2020).

De acordo com as Diretrizes do projeto, o Recife Cidade-Parque deve oferecer oportunidades para que as futuras gerações desfrutem de uma vida mais sustentável, saudável, próspera e feliz (MONTEIRO *et al*, 2020).

O PPC prevê um sistema de parques integrados ao longo das duas margens do rio, totalizando 30 km de extensão. (ARAÚJO, 2023) De acordo com o INCITI, a rede de pesquisadores responsável pela elaboração do projeto, além do parque linear, o projeto inclui cerca de 51 km de ruas-parques, 42 km de ciclovias e 12 passarelas para pedestres e ciclistas, impactando 42 bairros.

Durante a elaboração do PPC foi produzido o PURA Capibaribe (Plano Urbanístico e de Recuperação Ambiental do Capibaribe), que apresenta estudos e diretrizes que visam integrar o tecido urbano da cidade com a natureza por meio de conexões entre áreas verdes, espaços construídos e as águas (ALENCAR, 2022).

Figura 35 – Maquete eletrônica de um trecho PPC



Fonte: Divulgação Projeto Parque Capibaribe

Portanto, como o PURA Capibaribe é um plano urbanístico para áreas ribeirinhas, será analisado nesta pesquisa como ele pode promover a sustentabilidade para toda a sociedade coletividade social, coexistindo com os interesses capitalistas.

4.2 Sustentabilidade e interesses capitalistas no espaço urbano

Este item apresenta os resultados referentes ao primeiro objetivo específico desta pesquisa, que é identificar como a perspectiva da sustentabilidade se relaciona com os interesses econômicos em espaços urbanos capitalistas. Inicialmente será abordada a relação dos problemas socioambientais urbanos com os interesses capitalistas, buscando evidenciar a forma desigual que as consequências ambientais e sociais alcançam as populações de diferentes classes sociais. Em seguida, será apresentada discussão sobre como o discurso da sustentabilidade ocorre no espaço urbano, buscando destacar as contradições que ocorrem nesse contexto. Por fim, será apresentado como os interesses capitalistas atuam nos ambientes naturais, buscando evidenciar as suas consequências.

4.2.1 Interesses capitalistas e problemas socioambientais urbanos

A ideia de que a natureza existe para atender às necessidades do ser humano, resulta em alterações significativas que levam aos problemas socioambientais. Desse modo, ao tomar consciência dos problemas, faz-se necessário questionar o modelo de desenvolvimento econômico, o seu crescimento e o desenvolvimento urbano (VESTENA, 2009).

Nesse contexto, deve-se refletir sobre as consequências do capitalismo, uma vez que se trata do sistema de desenvolvimento globalmente dominante. Assim, Harvey (2005) apresenta as explicações de Marx sobre as consequências da expansão do capitalismo, que envolve exploração das qualidades naturais e humanas, onde a natureza se torna um objeto especulativo para a humanidade.

Dessa forma, é necessário questionar a forma como o sistema econômico organiza o espaço urbano, analisando como ele proporciona melhorias dos serviços públicos, como infraestrutura e saneamento básico, pois, nesse contexto, a problemática ambiental está conectada com a questão social, onde ocorre o desenfreado crescimento das cidades e consequentemente da exclusão e segregação social (CUNHA, 2017).

A problemática ambiental é uma questão complexa, que envolve aspectos físicos e sociais, como subnutrição, desemprego, falta de habitação, saúde e educação. Porém, nesse sentido, a organização socioeconômica pressiona os sistemas naturais, construindo novas estruturas, gerando crescimento demográfico, o que inviabiliza os processos físicos e sociais, refletindo em problemas como: destinos inapropriado dos resíduos domésticos, falta de tratamento dos rios que drenam a cidade e marginalização da população (VESTENA, 2009).

Com o acelerado crescimento das médias e grandes cidades, a falta de planejamento e a intensa especulação imobiliária, alguns locais que estão propícios a riscos de diversas naturezas, acabam se tornando moradia das populações vulneráveis. Isso ocorre devido à forte influência do mercado, que dita as áreas de mais valor no solo urbano, encarecendo as áreas de menor risco e deixando as áreas ocupadas pelas populações mais pobres com maior exposição aos riscos naturais (MENDONÇA, CUNHA E LUIZ, 2016). Assim, evidenciando uma injustiça ambiental, na qual é nítida a desigualdade no acesso à proteção ambiental.

Nesse cenário, Rattner (2009) também corrobora apontando a precariedade nas áreas urbanas e metropolitanas, quando ele fala que a concentração de desempregados e a crescente desigualdade produz condições de habitação, alimentação, saneamento e lazer, cada vez mais escassas. Ele também aponta que estão incluídos neste contexto, a marginalidade que ameaça a governabilidade da sociedade e o aumento de áreas vulneráveis a desastres naturais. Esses fatores estão diretamente relacionados com a baixa qualidade de vida, na qual a falta de saneamento e poluição do ar se tornam causadores de doenças e mortes.

Monteiro (1976) fala sobre os processos que ocorrem no limite urbano que acabam alterando o clima em escala local, onde os seus efeitos mais diretos podem ser percebidos no conforto térmico, qualidade do ar, impactos pluviais e a outras manifestações capazes de desorganizar a vida urbana. O autor desenvolveu a teoria-metodológica do Sistema Clima Urbano (SCU), que foi desenvolvida unindo a geografia física e a humana. Mendonça (2011), então, aponta os problemas socioambientais urbanos relativos aos campos de enfoque do SCU, sendo eles:

- a) desconforto térmico ou ambiental, ilhas de calor e ilhas de frescor;
- b) poluição atmosférica, inversão térmica e chuvas ácidas;
- c) inundações e movimentos de terra, respectivamente.

Esses problemas socioambientais podem ser observados na cidade do Recife, que foi classificada como a 16ª cidade mais vulnerável às mudanças climáticas no mundo pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas.

Diante desse cenário, o Instituto Pólis (2022) aponta a urgência em discutir os impactos socioambientais e como os efeitos da crise ambiental se manifestam de forma territorialmente desigual. Esse Instituto (2022) explica que o meio ambiente e o espaço urbano não devem ser entendidos como dimensões separadas, pois as cidades também fazem parte dos ecossistemas globais, logo, o planejamento e a produção do território, podem ser mais ou menos impactantes ao meio ambiente, fazendo com que os efeitos da degradação ambiental também afetem a vida das populações urbanas de forma desproporcional.

Em Recife, problemas socioambientais como inundações e movimentos de terra, ocorrem, majoritariamente, em áreas ocupadas pelas populações mais vulneráveis economicamente (SILVA FILHO, 2009). Isso pôde ser percebido em 2022, durante os desabamentos que ocorreram devido às fortes chuvas na capital e

região metropolitana, no qual as áreas mais atingidas foram em comunidades de população de baixa renda. Um exemplo disso é o que aconteceu na comunidade Beira Rio, no bairro da Várzea, Zona Oeste do Recife, onde algumas casas desabaram e caíram no Rio Capibaribe (Figura 36) (CASSIMIRO, 2022).

Figura 36 - Casas na comunidade Beira Rio, desabando no Capibaribe.



Fonte: tvjornal.ne10.uol.com.br (tvjornal.ne10.uol.com.br), 2022

Nesse contexto, nota-se que mesmo em áreas próximas, esses problemas alcançam de forma diferente as populações de diferentes classes sociais, como é percebido nas margens do rio Capibaribe, onde as áreas de populações de elevado poder aquisitivo não são tratadas da mesma forma que as comunidades de baixa renda. (SILVA FILHO, 2009)

Outros conflitos socioambientais que se destacam nas margens do Capibaribe são as inundações. Moura, Portella e Chiarelli (2020) falam que as inundações em áreas ribeirinhas que ocorrem periodicamente possuem fatores relacionados com o contexto urbano e geomorfológico do local. As autoras apontam que no Brasil os assentamentos precários são os mais atingidos pelas inundações urbanas e, conseqüentemente, os segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora são os que mais sofrem.

Um exemplo dessas inundações desastrosas causadas pelas chuvas em 2022 (Figura 37) no Recife são as enchentes que tomaram a cidade, causando inundações onde de acordo com Granchi (2022), resultaram em cerca de 700 desabrigados e 35 vítimas fatais.

Figura 37 - Casas tomadas pela água em 2022 no bairro Monteiro, em Recife



Fonte: Granchi (2022), em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61621023>

Mendonça (2009), então, fala que a vulnerabilidade socioambiental urbana não é só marcada pelas bruscas manifestações da natureza, pois os impactos desses acontecimentos estão relacionados com a situação socioeconômica, cultural e política da sociedade face aos riscos urbanos.

Por isto, Acseirad (2010) considera que a degradação ambiental e a injustiça social têm a mesma raiz, tornando necessário alterar a desigual distribuição de poder sobre os recursos ambientais e retirar dos poderosos a capacidade de transferir as consequências da problemática ambiental para os despossuídos. Deve-se, assim, buscar combater a desigualdade ambiental e dar igual proteção a todos os grupos sociais e étnicos.

Nesse cenário, Rattner (2009) defende que a dimensão ética da vida em sociedade havia sido ignorada, evidenciando a perversidade da reprodução do capital e seus impactos aos trabalhadores e recursos naturais. Dessa forma, o autor fala que o termo sustentabilidade não pode ser reduzido ao ecologicamente correto e economicamente viável, pois ele deve priorizar a dimensão social e ética, assegurando direitos humanos e justiça social para todos. No entanto, o autor mostra que o sistema político não toca nos privilégios das elites, ignorando as necessidades das populações mais vulneráveis.

Dessa forma, nota-se que a vulnerabilidade socioambiental dessa população que é atingida não aparece como prioridade nos projetos voltados para

sustentabilidade, revelando um planejamento urbano influenciado pelo discurso que interessa às classes dominantes.

4.2.2 Discurso da sustentabilidade no espaço urbano

Diante do crescente interesse da sociedade pelas causas ambientais, tem-se notado o aumento da consciência sobre a importância da sustentabilidade, o que pode ser observado também no espaço urbano. Para entender os desafios da implementação de um planejamento urbano sustentável, é necessário primeiramente compreender o contexto atual das concepções de cidades sustentáveis.

As questões que envolvem a sustentabilidade são um dos grandes desafios do século XXI. Nesse cenário, o espaço urbano é onde as dimensões da sustentabilidade - econômica, social e ambiental - convergem de forma mais intensa (EUROPEAN COMMISSION, 2007), o que torna a cidade um foco de elaboração de soluções sustentáveis, onde é necessário transformar o modo de pensar e o planejamento urbano (ABDALA, 2014).

Nesse contexto, Firpo e Milanez (2009) destacam a forma ambientalmente insustentável e socialmente injusta em que ocorre o desenvolvimento econômico no Brasil, onde estão presentes embates entre grupos sociais por interesses no meio biofísico, usos de territórios e recursos naturais; desrespeitando a vida humana, os ecossistemas, as culturas e os valores das comunidades. Assim, Acseirad (1999) aponta a insustentabilidade na incapacidade das políticas urbanas adaptarem a oferta de serviços urbanos à quantidade e qualidade das demandas sociais.

Vieira (2012), então, apresenta que se deve traçar estratégias para a implementação de um modelo sustentável de desenvolvimento. Ela mostra que de acordo com Saule Júnior (1997), para garantir o direito à cidade sustentável, o desenvolvimento urbano deve considerar os seguintes princípios:

- a) assegurar o respeito e tornar efetivos os direitos humanos;
- b) promover medidas para proteger o meio ambiente natural e construído, de modo a garantir a função socioambiental da propriedade na cidade;
- c) incentivar atividades econômicas que resultem na melhoria da qualidade de vida, mediante um sistema produtivo gerador de trabalho e de distribuição justa da renda e riqueza;

- d) combater as causa da pobreza, priorizando os investimentos e recursos para as políticas sociais (saúde, educação, habitação);
- e) democratizar o Estado, de modo a assegurar o direito à informação e à participação popular no processo de tomada de decisões.

No Recife, no entanto, o desenvolvimento urbano apresenta grandes desafios para seguir esses princípios de uma cidade sustentável, tanto no que se refere à proteção do meio ambiente, quanto no que diz respeito ao combate à pobreza. Apesar da gestão apresentar projetos urbanos que usam a sustentabilidade no seu discurso, na prática, os interesses do mercado controlam as tomadas de decisões do poder público e a cidade sustentável é pensada prioritariamente para as elites.

Com o aumento do discurso ambiental no tratamento das questões urbanas, a noção de sustentabilidade urbana passa a ser associada a metáfora cidade-empresa, que projeta na “cidade sustentável” alguns atributos com a intenção de atrair investimentos. (ACSELRAD, 1999) Dessa forma, o marketing ambiental aparece como um instrumento que manipula o consumidor, levando-o a uma sustentabilidade imaginária (PESSOA, DINIZ e REIS, 2018).

O termo “*greenwashing*” aparece nesse cenário, que pode ser traduzido por “lavagem verde”, ou seja, o processo de fazer com que a imagem de algo permaneça limpa, aparentando ser ecológica sem realmente sê-lo (ABDALA, 2010).

Nesse contexto, o mercado imobiliário busca valorizar seus empreendimentos através da ideia de proximidade com a natureza, muitas vezes por meio de nomenclaturas com conceito de “verde”, “eco” e “sustentável”, aumentando o valor dos imóveis, atraindo os consumidores de renda mais alta (OLIVEIRA, 2016).

Dessa forma, a sustentabilidade urbana é reduzida a um discurso que dá às cidades um atributo a mais, o ecologicamente correto, que serve para atrair investimento através da dinâmica da competição interurbana (ACSELRAD, 2004).

Gould e Lewis (2016) apresentam o High Line Park (Imagem 38) como exemplo de projeto de sustentabilidade urbana que atrai investimentos e resultam em gentrificação. De acordo com os autores, o High Line é um parque linear que foi construído como projeto de reforma de uma antiga linha de trem no bairro do Chelsea em Nova York, nos Estados Unidos.

Figura 38 - Vista para oeste no Parque High Line. Imagem de Iwan Baan, 2014



Fonte: Foto por Iwan Baan, 2014, em Rosenfield (2014), Disponível em: archdaily.com.br/

Os autores mostram que, após essa transformação, o valor do solo no bairro aumentou e lojas de serviços, autopeças, matadouros e açougues, garagens e pequenas indústrias, viram crescer no seu entorno, bem como hotéis modernos, lojas de luxo, restaurantes sofisticados, entre outras transformações. Dessa forma, eles evidenciam que o aumento dos valores imobiliários foi resultado de um projeto de sustentabilidade urbana mais do ponto de vista econômico, no qual os espaços públicos aparecem como locais de gentrificação verde.

Torres, Vivian e Sanches (2019) falam sobre o Parque do Minhocão, localizado em São Paulo, no Brasil, apontando sua semelhança com o High Line, pois enquanto o projeto norte americano foi implementado em uma antiga linha de trem, o brasileiro foi realizado em uma via urbana elevada ainda em funcionamento.

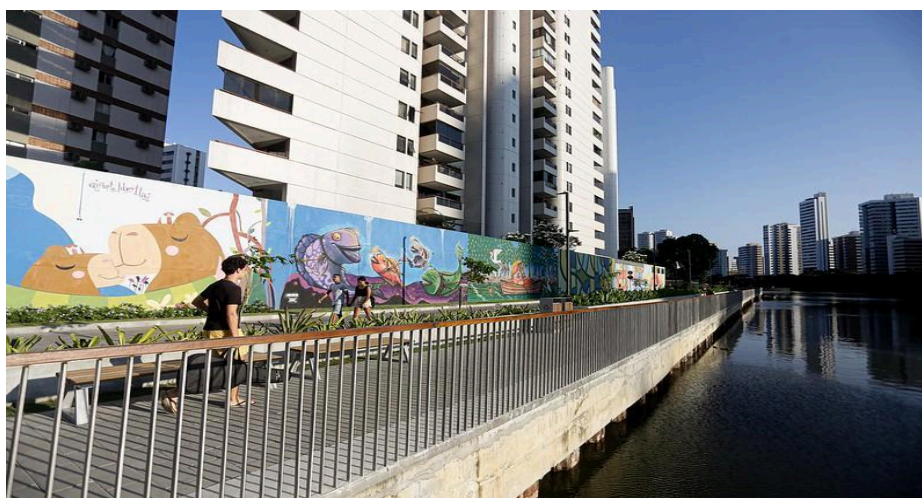
Nesse contexto, a não aceitação de que meio ambiente e economia são opostos entre si, faz com que a busca pela sustentabilidade urbana se torne uma potência para o mercado, como instância de regulação da cidade. Pois se o futuro hegemônico acredita na vigência do mercado, buscar uma cidade sustentável significa promover a produtividade urbana e fortalecer as vantagens competitivas (ACSELRAD, 1999).

No Recife, além da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, a Agência Recife para Inovação e Estratégia (Aries) e o Porto Digital são parceiros do Projeto CITInova, realizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

(MCTI), tem investido em projetos que buscam promover a sustentabilidade por meio de tecnologias inovadoras e planejamento urbano integrado (MELO, 2022).

Esses investimentos estão apoiando o Projeto Parque Capibaribe (Figura 39), buscando promover a sustentabilidade integrando a sociedade com o rio, mas na prática o forte contraste social presente nas suas margens, destaca a desigualdade do alcance desse projeto (CASTILHO, 2021).

Figura 39 - Parque das Graças (Parte do PPC que já foi inaugurada)



Fonte: Arnaldo Sete/ Marco Zero Conteúdo, 2021

Nesse sentido, esses locais passam a se valorizar economicamente para as classes dominantes, enquanto são negados às classes mais vulneráveis, privatizando a natureza e negando-a como um bem coletivo. Assim, nota-se que os interesses de preservação da natureza não estão sendo articulados com os da inclusão social (CASTILHO, 2021), fazendo com que o rio Capibaribe não proporcione benefícios para toda a sociedade de forma justa e igualitária, evidenciando a forma que a sustentabilidade é apropriada pelo discurso econômico, atraindo interesses das classes dominantes.

Dessa forma, faz-se necessário lembrar o que Mészáros (2002) aponta sobre o sistema capitalista quando ele fala sobre as influências das classes dominantes nos processos de tomada de decisão, pois mesmo que as demandas socioambientais sejam urgentes, na prática, os investimentos serão voltados para os projetos que obedecem às demandas do sistema.

4.2.3 Interesses capitalistas nos ambientes naturais

Lefebvre (2002), havia destacado que, enquanto a natureza se distancia da sociedade, o seu símbolo se multiplica por meio do crescente interesse em produtos naturais que são vendidos em massa, os quais estão cada vez mais presentes na publicidade, nos alimentos, moradias e locais de férias.

Como consequência da crescente busca por produtos com símbolos verdes, os investidores passam a querer se apropriar de ambientes naturais em busca de privatizá-los para acumular capital, fazendo com que a burguesia passe a ocupar mais essas áreas, segregando-as das populações de baixa renda.

Isso pode ser observado no que Lefebvre (2002) falava sobre os “espaços verdes”, afirmando que com o aumento do interesse da sociedade em consumir produtos naturais, eles se tornam cada vez mais presentes na publicidade, tornando-se uma referência constante. Nesse sentido, o autor aponta que tais espaços se tornam um gesto de boas intenções, ao mesmo tempo que surgem como representações urbanísticas deploráveis, substituindo a natureza de forma medíocre, um espaço livre dissimulado, ausente de funções reais, reduzindo-se a uma função estética. Isso se relaciona com o que o autor aponta sobre a cidade, apresentando a tentativa do espaço urbano em unir espontâneo e artificial, natureza e cultura, pelo que não existe cidade sem jardim, sem parque, sem simulação da natureza. Logo, ele questiona se esses espaços seriam só um elemento neutro do espaço urbano que não resolve o problema por se tratar de uma natureza fictícia.

Surge, então, uma noção de sustentabilidade associada à categoria patrimônio, que se refere a uma perspectiva de preservação simbólica dos sítios naturais, que pode fortalecer o sentimento de pertencimento dos habitantes a suas cidades, promovendo na cidade a imagem do seu patrimônio biofísico, estético ou cultural, atraindo capitais (ACSELRAD, 1999).

Nesse cenário, a natureza é fetichizada como mercadoria de forma extrema, onde o seu papel na reprodução do capitalismo se torna parte de uma lógica de inter-relação entre o homem e a natureza e entre o consumo e o poder econômico, representando a expansão do mercado imobiliário (PESSOA, DINIZ E REIS, 2018).

Economistas contemporâneos consideram a existência de um “capital natural”, onde a “valorização ao vivo”, o “valor econômico intrínseco da natureza” e o “valor dos serviços prestados pela natureza” são objetos de estudo do Banco

Mundial, do Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), da União Europeia (HARRIBEY, 2014).

Isso pode ser percebido nos espaços naturais como faixas de praias ou áreas litorâneas de uso coletivo, que atualmente sofrem com intensa privatização, onde empreendedores são responsáveis pelo uso e transformação da natureza em mercadoria. Esse processo consolida os 'selos ecológicos' como estratégia do capitalismo em grandes regiões litorâneas do nordeste metropolitano (PESSOA, DINIZ E REIS, 2018).

Um exemplo da atuação do mercado em áreas litorâneas é o caso de Brasília Teimosa (Figura 40), no Recife, que é um bairro de baixa renda localizado próximo às praias do Pina e de Boa Viagem, uma das áreas mais valorizadas da cidade, com forte especulação imobiliária. Lima (2005) aponta que a comunidade de Brasília Teimosa passou por uma proposta de urbanização que visava transformar a região em uma grande área de habitação, turismo e lazer, comércio para os segmentos de renda elevada, o que provocaria a expulsão dos antigos moradores do lugar.

Figura 40 - Brasília Teimosa, no bairro do Pina, em Recife



Fonte: JC Imagem / tvjornal.ne10.uol.com.br

A autora também fala sobre o Projeto Recife, formulado em 1979, vinculado ao Programa de Revitalização do rio Capibaribe, que previa a incorporação dos espaços vazios nas margens do Capibaribe, 'recuperação' dos assentamentos subnormais, melhoria das condições de saneamento ambiental, e o aproveitamento

pleno da infra-estrutura instalada. Porém, a autora também aponta que as áreas “vazias”, segundo definia o projeto eram, de fato, ocupadas por favelas, que deviam ser retiradas, para que fossem implantados os parques.

Isso evidencia um processo de gentrificação verde que geralmente é proposto para essas áreas, no qual fica evidente que a busca pelos “selos ecológicos” aparece como um atrativo que favorece ao mercado imobiliário da cidade, atraindo ainda mais a burguesia para essas áreas.

O bairro Jaqueira (Figura 41), no Recife, que é um dos bairros com maior renda da capital pernambucana, é um exemplo, pois ao mesmo tempo que apresenta muitas áreas verdes, como o Parque da Jaqueira e outras praças menores, também está às margens do rio Capibaribe, o que contribui significativamente para o aumento da especulação imobiliária.

Figura 41 - Imagem de cima do bairro da Jaqueira, no Recife.



Fonte: Juliana Galvão, em: https://br.pinterest.com/pin/496873771370899517/?nic_v2=1a5rd1GBd

Enquanto no Brasil algumas áreas naturais passam a ser valorizadas pelas elites, existem outras áreas naturais suscetíveis a riscos ambientais que são ocupadas pelas populações de baixa renda, como aponta Almeida (2010), que fala sobre a forte correlação entre pobreza urbana, ocupação irregular de áreas de preservação, vulnerabilidades socioambientais e uma forma injusta que coloca os segmentos mais pobres da sociedade como suscetíveis aos riscos ambientais e tecnológicos.

Neste contexto, Firpo e Milanez (2009) ainda apontam o problema da apropriação de recursos naturais e espaços públicos para fins que geram exclusão, dificultando a efetivação de direitos básicos como saúde, trabalho, cultura, preservação ambiental e uso de espaços, bens e serviços públicos. Então, eles falam que os conflitos socioambientais no Brasil são reflexo das desigualdades e contradições decorrentes dos processos econômicos e sociais de desenvolvimento, onde a necessidade de melhoria da saúde humana e ambiental se destaca pela vulnerabilização de populações e territórios afetados, que recebem as maiores cargas de danos ambientais.

Portanto, nota-se que Recife - que tem sua imagem e sua identidade associada aos rios, mangues e praias - passa por um processo de aumento do interesse das classes dominantes nos seus ambientes naturais, que reflete em um afastamento das populações mais vulneráveis dessas áreas.

4.3 Planos urbanísticos em áreas ribeirinhas com fortes contrastes sociais

Este item apresenta os resultados referentes ao segundo objetivo específico desta pesquisa, que é evidenciar como um plano urbanístico em áreas ribeirinhas consegue beneficiar - ou não - as diferentes classes sociais. Logo, no primeiro ponto serão apresentados os contrastes sociais nas áreas ribeirinhas, tendo como foco a área de estudo delimitada do rio Capibaribe e a cidade do Recife. No segundo ponto serão apresentados alguns projetos de requalificação urbanística em áreas ribeirinhas. Por fim, no terceiro ponto, serão apresentadas as propostas do PURA Capibaribe, buscando evidenciar suas contradições.

4.3.1 Contrastes socioespaciais em áreas ribeirinhas

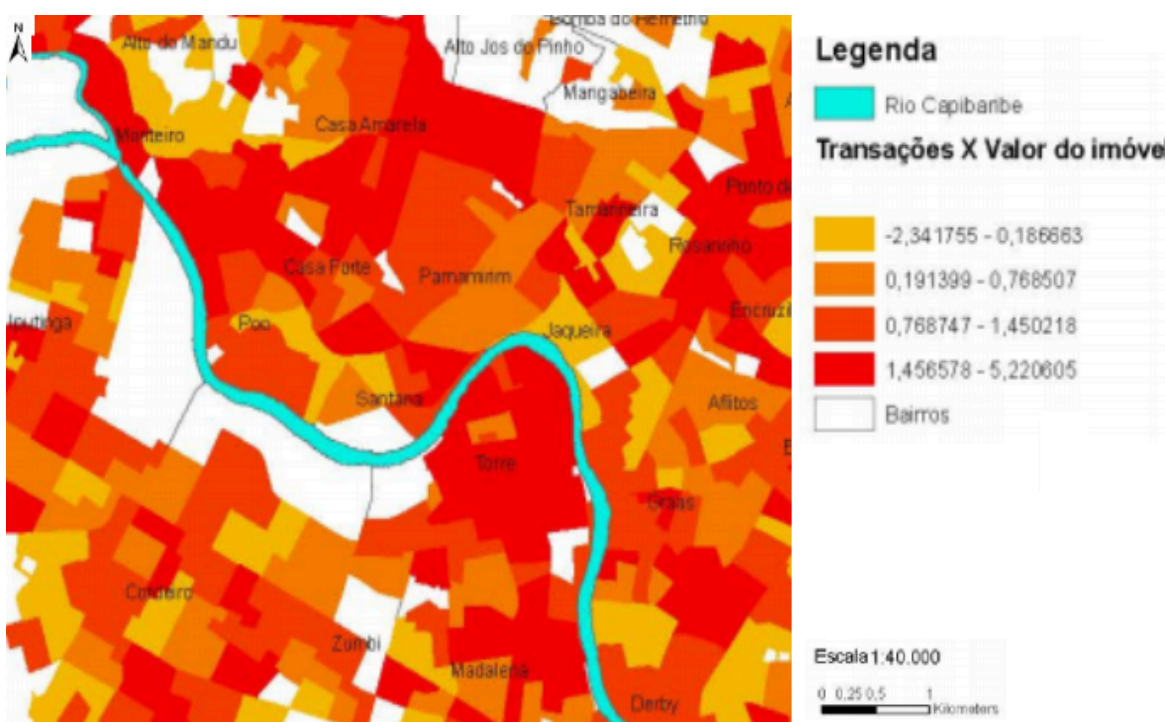
Almeida (2010) apresenta que, no processo intenso de urbanização no Brasil, a partir de 1960, os rios das metrópoles passaram a ser locais de ocupação clandestina e improvisada de migrantes pobres, resultando na proliferação de favelas expostas aos riscos de inundação. Esses fenômenos são mais marcantes nas metrópoles do Nordeste, como por exemplo em Recife e Fortaleza.

No entanto, as áreas ribeirinhas passam por uma valorização do mercado, pois acabam sendo incluídas no processo de valorização das áreas verdes onde a natureza passa a ser vista como mercadoria, assim, o mercado imobiliário apresenta ofertas do meio ambiente através do uso de “selos ecológicos” que aumentam o valor dessas áreas (PESSOA, DINIZ E REIS, 2018).

Recife apresenta esse cenário, onde é possível observar (Figura 42), que a oferta de imóveis para a classe média se concentra nos bairros ao redor do Rio Capibaribe e do Mar, onde entre 2000 e 2012, os imóveis próximos ao rio apresentaram aumento no número de transações X valorização superior a 500% (dados ITBI).

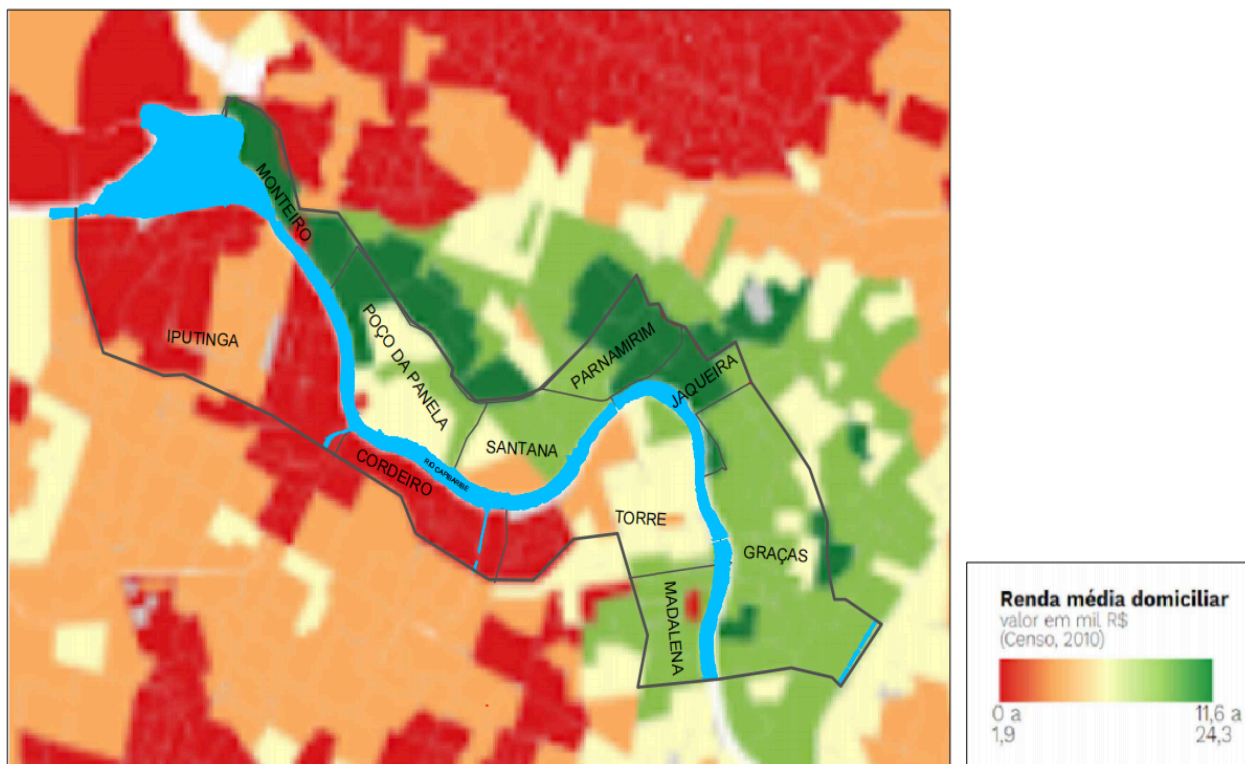
No mapa de renda domiciliar da área de estudo (Figura 43), nota-se que o rio atua como uma barreira que separa bairros de diferentes classes sociais em cada margem. Dessa forma, nota-se que os bairros Iputinga, Cordeiro e Torre apresentam áreas com concentração de domicílios com baixa renda, incluindo um trecho do bairro Monteiro, onde fica a Vila Esperança. Já a maior parte do Monteiro, o Poço da Panela, Santana, Parnamirim, Jaqueira, Graças e Madalena, apresentam áreas com concentração de domicílios com renda mais alta.

Figura 42 - Número de transações imobiliárias e valor do imóvel por setor censitário. Dados ITBI 2010-2012



Fonte: PURA Capibaribe - TOMO 4: Parque (INCITI, 2020) modificado pela autora (2024).

Figura 43 - Mapas de Recife (PE) com os dados de renda média domiciliar (Censo IBGE, 2010) e imagem de satélite (ESRI, 2018) com destaque para a mancha urbana, área de estudo

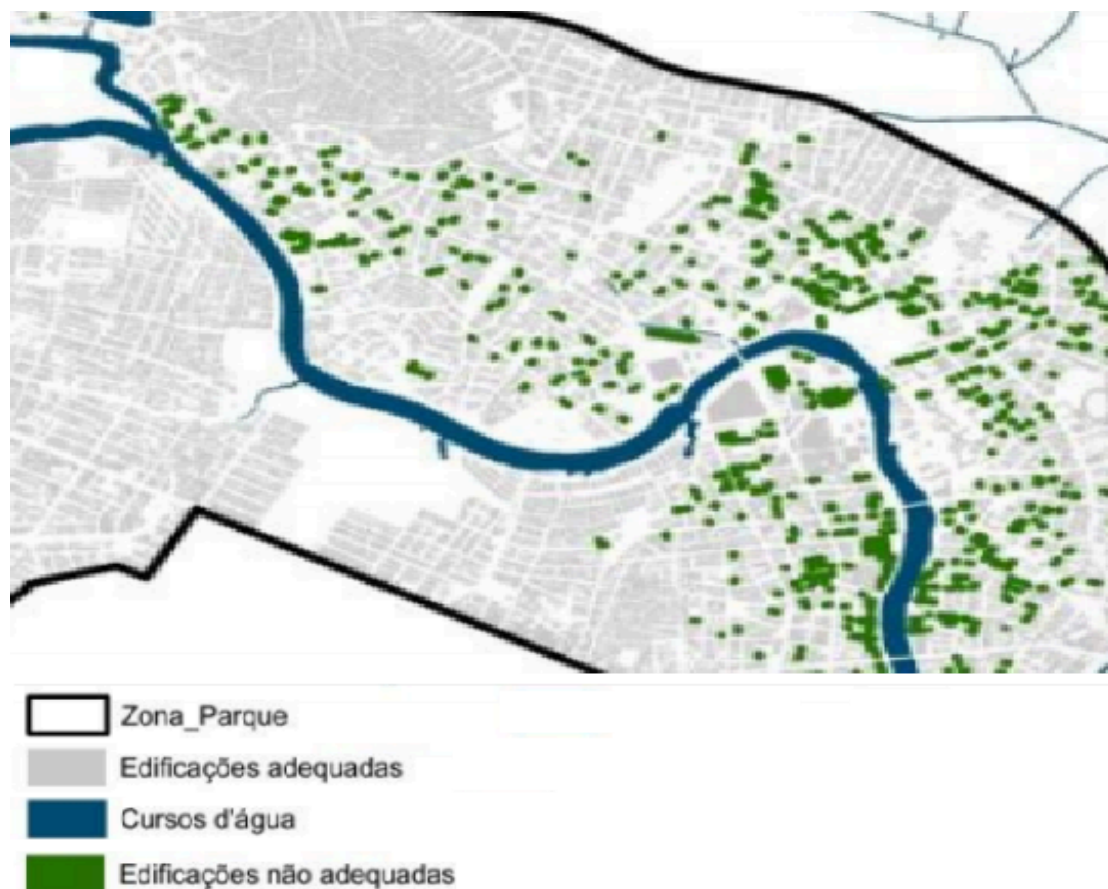


Fonte: (Instituto Pólis, 2022), editado pela autora.

Analisando estes mapas, observa-se que a margem do rio que possui mais concentração de renda é a que tem seus imóveis mais valorizados, porém o que chama atenção é a forte diferença entre essas áreas que estão próximas ao rio. Essa valorização reflete no cenário que é encontrado nas suas margens, onde se observa a presença de prédios altos destinados às classes médias, enquanto na outra margem é percebida a presença de moradias precárias ao longo do rio.

Também se destaca a quantidade de edificações com seus gabaritos não adequados à altura proposta pelo PURA; estão localizados nos bairros com renda mais alta (Figura 44), onde embora o percentual seja reduzido, o impacto destas edificações na paisagem é notório.

Figura 44 - Diagnóstico das edificações da Zona Parque

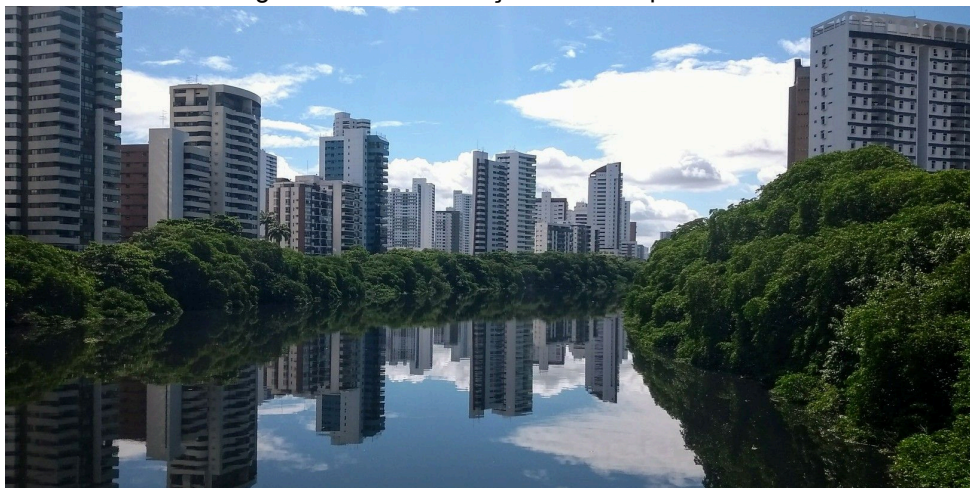


Fonte: PURA Capibaribe - TOMO 4: Parque (INCITI, 2020) modificado pela autora (2024)

Comparando esses três últimos mapas, nota-se a valorização imobiliária que ocorre nos locais com mais concentração de renda, que também está conectada com a verticalização dos bairros (Figura 45). O PURA Capibaribe explica que essa desigualdade social observada nas margens do Rio Capibaribe se revela como síntese dos processos históricos da cidade.

O plano apresenta que na margem esquerda deste trecho do rio (ao norte) existem dois bairros que concentram grande parte da população de classe alta do Recife; enquanto, a margem direita (ao sul), é ocupada por população de classe média e baixa. Na margem direita, localizam-se também alguns conjuntos habitacionais destinados às famílias que foram removidas de áreas ribeirinhas por projetos urbanos de caráter higienista realizados desde a década de 1980 na Av. Beira Rio, que atualmente apresenta intensa verticalização.

Figura 45 - Verticalização do rio Capibaribe.



Fonte: Arnaldo Sete/ Marco Zero Conteúdo

Nesse contexto, os novos empreendimentos nessas áreas são construídos a partir da lógica da “lavagem verde”, onde o discurso ecológico e sustentável marca presença, mas apenas com caráter mercadológico, onde essa natureza ao redor será consumida como mercadoria (LEFEBVRE, 2011).

Entre os bairros Iputinga e Monteiro, por exemplo, é possível observar um forte contraste entre os tipos de moradias. Enquanto na Iputinga, a Comunidade do Sítio possui casas mais precárias de população de baixa renda, a ponte de pedestre chamada de Ponte da Salvação, faz conexão com o bairro Monteiro sobre o Capibaribe. Por outro lado, o bairro do Monteiro, apresenta edificações destinadas às classes altas e médias, onde se observa a presença de prédios altos.

4.3.2 Requalificação urbanística em áreas ribeirinhas

De acordo com Garcias e Afonso (2013), apesar de praticamente todos os rios urbanos brasileiros estarem poluídos, ainda ocorre descontrole da ocupação de suas margens, principalmente pela população de baixa renda, que vive sem proteção sanitária, ocupando espaços urbanos repletos de insalubridade. No entanto, os autores apontam que a ocupação irregular nessas áreas não é preferência apenas dos mais pobres, pois em algumas cidades, é possível observar prédios de diversos tipos de usos ocupando irregularmente as margens dos rios onde foram suprimidas as faixas de proteção e também a mata ciliar.

Silva-Sánchez e Jacobi (2012) destacam a requalificação de rios urbanos que tem acontecido recentemente em diversos países, evidenciando que, além do

objetivo de melhorar a qualidade da água, ocorre tentativa de reinserção das áreas na paisagem urbana, buscando recuperar a memória dos corpos hídricos, conectar espaços públicos, valorizar os serviços ambientais prestados à cidade pelos rios, sem desconsiderar a promoção da participação pública.

Os autores apresentaram estudo sobre rios urbanos na cidade de São Paulo, no Brasil, no qual mostram que ações de intervenções urbanas que faziam parte do Programa de Recuperação Ambiental de Cursos D'Água e Fundos de Vale, buscavam recuperar os córregos da cidade. Entre essas ações, estava a implementação de parques lineares, que são intervenções urbanísticas que visam recuperar a consciência ambiental para a sociedade, expandindo as áreas verdes. Porém, apesar do seu caráter inovador, os resultados não são animadores, pois quando os processos de participação pública existem, eles variam em cada caso, por não ter um desenho institucional de participação predefinido. Assim, vários desses parques foram implantados de forma parcial, outros apresentam sérios problemas de conservação ou não integram políticas setoriais complementares, resultando na anulação de parte dos benefícios urbano-ambientais esperados. Diante disso, os autores evidenciam que o poder público sucumbe à hegemonia do mercado, onde cada vez mais as intervenções urbanas parecem contrariar a sua regulação.

Castilho (2021) realizou um estudo sobre os processos de requalificação urbanística que promovem a reorganização territorial de áreas ribeirinhas. Porém, apesar dos projetos de requalificação viabilizarem algumas melhorias e instalações, dando novas funções ao local, também provocam a substituição de populações mais pobres pelas que possuem mais renda, impulsionando o setor imobiliário. O autor também mostra que na cidade de Recife, essa requalificação é problemática, esboçam-se conflitos em torno dos interesses entre as classes sociais que querem se apropriar das áreas ribeirinhas e as que não querem abandoná-las.

Soeiro (2017) aponta que as ideologias ecologistas e ambientalistas acabam sendo parte de um processo alienante, colocando em questão a referida reaproximação, que pode estar a favor de interesses mercadológicos ao invés de buscar uma integração efetiva do rio com a coletividade social, buscando promover o capitalismo. Ele se baseia na análise de Castilho e Leandro (2012) sobre o Programa Recife Sem Palafitas (PRsP), que foi realizado na primeira década dos anos 2000 pela Prefeitura do Recife, onde ocorreu a remoção de palafitas em

trechos do rio, pela qual identificaram que as primeiras populações realocadas não tiveram suas necessidades reais atendidas, porque as ações governamentais não tiveram a compreensão da complexidade relativa à realidade das famílias atingidas, expulsando-as das áreas mais valorizadas da cidade.

De acordo com Moura e Mota (2022), as comunidades de Arlindo Gouveia (Figura 46) e José de Holanda - que eram localizadas às margens do Capibaribe na Madalena - assim como parte da comunidade de Brasília Teimosa - ainda hoje localizada na beira mar, foram realocadas no PRsP, abrindo novas fronteiras para o mercado imobiliário, em prol de interesses privados.

Figura 46 - Comunidade Arlindo Gouveia (Madalena) removida pelo PRsP



Fonte: URB-Recife em PORDEUS (2006)

A população das comunidades localizadas na Madalena foram transferidas para o Conjunto Habitacional da Torre (Figura 47), e a comunidade de Brasília Teimosa foi transferida para o Conjunto Habitacional do Cordeiro, dois locais que são distantes do local de origem das comunidades. Além disso, esses habitacionais não estão mais localizados nas áreas mais valorizadas da cidade, próximas ao rio e ao mar, situados agora em bairros que já são ocupados por populações de baixa renda e não são de interesse dos investidores imobiliários. Nesse cenário, muitas vezes os moradores vendem seus apartamentos e voltam a morar em condições precárias, outros não possuem condições econômicas para realizar manutenções necessárias nos prédios, e sofrem de descaso do poder público, que não oferece manutenção dos prédios, nem assistência à essa população.

Figura 47 - Conjunto Habitacional da Torre



Fonte: Google maps / Street view (2024)

Castilho e Leandro (2012) apontam que, na maioria dos planos urbanísticos do Recife, em áreas com habitações de palafitas, ocorreu a derrubada das casas e transferência dos moradores para outras áreas da cidade, ao invés de integrá-los nos seus locais de origem, onde já tinham seu tecido territorial de trabalho e vida. Esse é o caso do PRsP, o qual no seu início, realocou famílias para conjuntos habitacionais, que, além de estarem distantes de seus locais de trabalho, muitas vezes não tinham uma infraestrutura urbana eficiente e equipamentos urbanos ineficazes para a população, como escolas e postos de saúde, dificultando a sua sobrevivência, o que posteriormente foi revisto pela prefeitura.

De acordo com os autores, esse programa, tinha sua atuação articulada com a de outros, como o “Capibaribe Melhor”, que buscava requalificação urbana das áreas do entorno do rio, principalmente onde havia palafitas. Eles apontam que o PRsP havia realocado famílias que viviam às margens do rio Capibaribe e da orla do bairro Brasília Teimosa, removendo as famílias de baixa renda das áreas mais valorizadas da cidade, na intenção de “limpar” a cidade das “moradias insalubres”. Nesse cenário, algumas dessas áreas do entorno do rio passaram a ser aterradas, vendidas e usadas pelo Estado, para a construção de prédios novos e modernos (Figura 48).

Figura 48 - Edifícios na Av. Beira Rio, na Madalena



Fonte: [tripadvisor.com/catamaran-tours-passeios.jpg](https://www.tripadvisor.com/catamaran-tours-passeios.jpg) (2024)

Diante disso, Castilho e Leandro (2012) questionam sobre o que está sendo feito com as áreas que são desocupadas, e se tais políticas estão atendendo toda a sociedade ou apenas algumas classes sociais. Diante da análise do PRSP, os autores concluem que tiveram resultados negativos e positivos, pois mesmo diante da realidade em que os processos de remoção das palafitas contribuem mais para a reprodução do capitalismo econômico-financeiro, através da revalorização das áreas desocupadas, do que para o bem estar das famílias atingidas; o programa ainda conseguiu promover qualidade de habitat para essa população.

Outro projeto urbano no entorno do Capibaribe resultou em grandes debates foi a construção da ponte que liga Iputinga e Monteiro, que provocou a demolição de casas da comunidade Vila Esperança, “varrendo” as habitações de baixa renda de uma área rica da cidade (Figura 49), enquanto os prédios das elites permanecem, ocasionando prejuízos para as populações mais precárias que tiveram que deixar suas casas. Essa obra foi consequência das mudanças na legislação da cidade, que resultou na destruição de uma ZEIS (Zona especial de interesse social) inteira para atender os interesses da especulação imobiliária, pois esta área abriga prédios de alto padrão da cidade (STROPASOLAS, 2023).

As ZEIS surgiram em em Recife no ano de 1983 e se espalharam pelo país, tendo entre outros objetivos, proteger a moradia popular do avanço da especulação imobiliária. Até dezembro de 2020, antes da aprovação do Novo Plano Diretor do Recife, terrenos maiores que 250 metros quadrados estavam proibidos de serem comprados em ZEIS para abrigar prédios altos nos bairros da Zona Norte do Recife, área da cidade que abriga prédios de alto padrão, como é o caso de bairros, como o

próprio Monteiro, além de Jaqueira, Parnamirim, Santana, Casa Forte, Poço da Panela, e Apipucos. Porém, em 2021, no ano seguinte à essas mudanças do Plano Diretor, um empreendimento começou a ser erguido colado nos muros das casas de Vila Esperança, e em maio do mesmo ano, foi publicado o decreto nº 34.603, que determina as desapropriações para a implantação da ponte-viaduto (STROPASOLAS, 2023).

Diante disso, muitas famílias que moravam na comunidade Vila Esperança há anos tiveram que ser desapropriadas, enquanto os edifícios que foram construídos recentemente permaneceram intactos. Atualmente, as pessoas que tiveram suas casas demolidas sofrem com a perda do seu imóvel, e , ainda lutam na justiça para terem direito a indenizações justas, pois ainda tem o agravante de que muitos moradores nunca receberam o título de posse do seu terreno, mesmo vivendo há décadas no local (STROPASOLAS, 2023).

Desse modo, é necessário questionar como ocorreu o Estudo de impacto ambiental (EIA) e Estudo de impacto de vizinhança (EIV) que são estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, pois é fundamental que o corpo técnico e a população tenham participação na avaliação dos impactos e na elaboração das medidas mitigadoras e compensatórias (DUARTE , 2007).

Figura 49 - Casas demolidas fazem divisa com empreendimento da Moura Dubeux



Fonte: Pedro Stropasolas (2021), em brasildefato.com.br

De acordo com Soares (2023), além da ponte (Figura 50), a prefeitura pretende construir um sistema viário com 20 novas ruas, incluindo requalificações e uma área urbanizada na margem do rio, que fará parte do Parque Capibaribe.

Figura 50 - Ponte que liga Monteiro à Iputinga em construção



Fonte: Soares (2023), Acervo / JC, em jc.ne10.uol.com.br

Diante disso, pode ser observado que ocorre gentrificação de espaços públicos, pela qual existe uma filtragem social, que via de regra com protagonismo do Estado, muitas vezes provocam alterações em algumas áreas que estão relacionadas com o interesse na valorização do entorno, o que ocorre em diálogo com as duvidosas parcerias entre o público e o privado (RIBEIRO, 2018).

4.3.3 Plano urbanístico em área ribeirinha: PURA Capibaribe

É nesse contexto, que se iniciou a formulação do projeto do Parque Capibaribe propondo o “Plano Urbanístico de Resgate Ambiental do rio Capibaribe – PURA Capibaribe”, que se destacou por apontar preocupação relativa à conservação natural das margens do rio Capibaribe por meio de estratégias de integração rio à dinâmica urbana (ALENCAR, 2022).

No documento PURA, são apresentadas suas premissas de forma conceitual a partir de um olhar inovador em busca de um planejamento urbano que quebra paradigmas em relação ao que tradicionalmente vem sendo desenvolvido, pois retira a ênfase no produto final e foca no processo. O documento mostra que foi utilizado

um olhar de baixo para cima, baseado nas premissas do Urbanismo Emergente, onde foi possível melhor identificar soluções que tinham como sustentação as potencialidades dos grupos envolvidos no território. Nesse sentido, o conceito do urbanismo emergente é apresentado como uma possibilidade para um planejamento urbano transdisciplinar através da articulação de movimentos de baixo para cima em diálogo com saberes técnicos e responsabilidades políticas.

No entanto, é necessário que esse movimento de ouvir os grupos envolvidos no território seja realizado de forma concreta, averiguando se a participação da população ocorre de forma consciente nas diversas camadas da sociedade.

Ainda na introdução deste documento, é falado que o projeto de recuperação ambiental e urbanístico do Rio Capibaribe busca transformar a cidade através da redescoberta e acesso ao que ele chama de “seu pouco explorado capital natural”.

Diante disso, fica evidenciada mais uma vez a lógica de exploração do ambiente natural, tornando contraditório o discurso de preservação do ambiente natural, uma vez que ele é enxergado como um capital que deve ser explorado.

O PURA também apresenta que é necessário que essa transformação ocorra por meio de mudança na mentalidade das pessoas, modificando seus hábitos e experiências de moradia urbana, assim como de trabalho, locomoção, descanso e demais usos da cidade. Dessa forma, o plano acredita que a recuperação ambiental do rio é colocada em uma perspectiva global de transformação planetária, justificando que grandes mudanças são fundadas nos pequenos atos do cotidiano. Diante disso, o documento apresenta os seguintes desafios: Como conservar, revitalizar e incorporar a natureza na vida da cidade? Como preparar nossa cidade para acomodar mudanças climáticas e garantir qualidade de vida para as futuras gerações?

No entanto, diante da precariedade das moradias de baixa renda e da falta de acesso aos direitos básicos, fica evidente que permanece um enorme desafio em alcançar uma mudança na mentalidade dessa parcela da população, o que torna essa ideia desafiadora diante da realidade. Além disso, diante da influência que as classes dominantes têm nas tomadas de decisões do poder público, a ideia de preparar a cidade para acomodar mudanças climáticas, na prática não será implementada para toda a sociedade de forma igualitária.

Diante dessa afirmação, fica o questionamento sobre quem terá esse direito de redescobrir o rio e acessar seu pouco explorado capital natural e cultural, pois é

notória a diferença na forma que as populações de diferentes classes sociais percebem o rio e tem consciência da sua importância na qualidade de vida urbana.

O documento também explica que o Plano incita a população de forma geral, como os gestores públicos, empreendedores e moradores, a pensar na Recuperação Ambiental do rio em um lugar de destaque na condução da política global de transformação do Planeta. Porém, diante dos interesses dos empreendedores em valorizar ainda mais as áreas do entorno do rio, pode parecer utópico o pensamento de promover uma recuperação ambiental do rio de forma igualitária em toda sua margem, uma vez que o mercado não tem esse interesse.

Nesse contexto, Serpa (2011) fala sobre a atuação do mercado no urbanismo contemporâneo, observando que os empreendedores imobiliários utilizam propostas que buscam um modelo ideal de vida na cidade, em que a mera associação à natureza constitui-se em estratégia de marketing e valorização de imóveis. Dessa forma, mesmo que não seja a intenção dos autores do plano, na prática, os projetos propostos podem contribuir para essa valorização dos imóveis.

Alguns parques desse projeto já foram entregues, como o Jardim do Baobá, Praça Otávio de Freitas, o Parque das Graças, o Cais da Vila Vintém e o Cais do Caiara - recém-entregue no Parque do Caiara, na Iputinga, localizado na margem oposta aos outros (ARAÚJO, 2023).

No entanto, Castilho (2021) destaca que após as obras dos parques nas margens do rio Capibaribe pelo PPC (Figura 51), as áreas se valorizaram economicamente para as classes dominantes, enquanto são negadas às classes mais vulneráveis, privatizando a natureza e negando-a como bem coletivo. Assim, nota-se que os interesses de preservação da natureza não estão sendo articulados com os da inclusão social (CASTILHO, 2021), fazendo com que o rio Capibaribe não proporcione benefícios para toda a sociedade de forma justa e equitativa, evidenciando a forma que a sustentabilidade é apropriada pelo discurso econômico, reforçando os interesses das classes dominantes.

Figura 51 - Parque linear na margem do rio que já foi entregue pelo PPC



Fonte: brasildefato.com.br, Pedro Stropasolas (2021)

Isso revela a exclusão urbana que é causada pelo mercado imobiliário, o que resulta em baixa qualidade socioambiental na cidade. Logo, o diálogo sobre o direito à cidade deve estar junto às políticas urbanas de proteção ao meio ambiente, pois ambos constituem o princípio da função socioambiental do espaço urbano (PESSOA, DINIZ E REIS, 2018).

Dessa forma, fica evidenciada a contradição presente na intenção que o poder público tem em promover um discurso sustentável ao se referir às melhorias do espaço urbano, pois as propostas resultam em lucro para os capitalistas, promovem a manutenção das desigualdades na forma que a população se relaciona com a cidade e o rio. Portanto, fica revelado que a sustentabilidade é promovida em uma perspectiva fetichizada, uma vez que os interesses capitalistas impossibilitam que ocorra preservação ambiental e inclusão social concreta no espaço urbano.

4.4 Promoção de sustentabilidade em plano urbanísticos em áreas ribeirinhas

Este item apresenta os resultados referentes ao terceiro objetivo específico desta pesquisa, que é destacar as fragilidades e os desafios do plano urbanístico em relação à promoção da sustentabilidade em uma sociedade de classes. Logo, no primeiro ponto, serão apresentadas as premissas de sustentabilidade do PURA Capibaribe, baseados na leitura deste plano. No segundo ponto, será apresentado como se dá a inclusão social do PURA Capibaribe a partir dos dados obtidos nas entrevistas que foram realizadas. Por fim, no terceiro ponto, serão evidenciados os desafios da concretização da sustentabilidade do PURA Capibaribe.

4.4.1 PURA Capibaribe e as premissas de sustentabilidade

Serão apresentadas brevemente as premissas que são apontadas no TOMO 1 do PURA, onde inicialmente é mostrado como a cidade e o PURA Capibaribe foram pensados, apontando a importância que deram às perguntas: Conhecimento para quê? Para quem? Como obtê-lo?

O documento aponta que uma das grandes contribuições do PURA é disponibilizar o acesso a um enorme acervo de estudos e pesquisas empíricas e de reflexões teóricas, que proporcionam um enorme conhecimento sobre o Rio Capibaribe, sua história, seu ambiente e os efeitos do crescimento urbano no seu entorno. Também é destacado no plano que esse conhecimento não veio só do meio acadêmico e científico, mas também dos mitos e sabedorias populares enraizadas nas culturas locais, que devem ser valorizadas com igual respeito.

Nesse sentido, aparece como um desafio a implementação de ações que consigam disponibilizar as informações contidas nesses estudos para as populações que não tem acesso à esse conhecimento, seja por motivos materiais (acesso a instrumentos e ferramentas de leitura) ou pela disponibilidade e interesse das populações mais vulneráveis em se apropriar dessas informações e ter uma participação consciente dos processos vividos na cidade.

Ainda ao falar das premissas do PURA, o TOMO 1 apresenta que ele é para uma cidade sustentável e que é um plano urbano que propõe intervenções no espaço físico da cidade, tendo diretrizes ambientais e urbanísticas. As diretrizes

determinadas no PURA buscam orientar os profissionais responsáveis pela elaboração de diversos projetos.

O plano apresenta que a sustentabilidade é uma de suas premissas, mas que mesmo que seu conceito seja amplo e fluido, foi utilizada como base para o PURA a definição aceita pela Rede de Desenvolvimento Urbano Sustentável da América Latina e Caribe – REDEUS-LAC, que define: “Sustentabilidade é um processo através do qual as comunidades presentes e futuras florescem harmoniosamente”. Entre os aspectos que se destacam nesta definição, está a relação harmoniosa entre inclusão e equidade.

Dessa forma, também são apresentados nas premissas os critérios que a UN-Habitat aponta que uma cidade sustentável deve ter, são eles: 1. Possuir boa qualidade ambiental dentro de seus limites; 2. Não prejudicar a qualidade ambiental e o clima em outros lugares fora de seus limites; 3. Operar dentro dos limites dos ecossistemas domésticos e globais (ou seja, tendo um consumo de recursos sustentável).

As premissas diante desses critérios, o plano aponta que a governança urbana deve ser definida com base na conservação dos ativos de capital natural urbano, regional e global. Nesse contexto, o plano fala dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Figura 52), apontando que o objetivo 11 é o que defende a promoção de cidades mais seguras, inclusivas e resilientes, tornando os ODS revolucionários, pois destaca a necessidade de engajar todos os agentes e grupos urbanos (stakeholders) no processo de transformação e melhoria da qualidade de vida da população. Desse modo, é destacado que as cidades sustentáveis devem ser ao mesmo tempo economicamente viáveis, socialmente justas, bem administradas e ecologicamente sustentáveis.

Desta forma, é apontado que, para realizar um plano, é preciso desenvolver: diagnóstico, síntese e conceito até a fase final de diretrizes, além de procedimentos de análise, avaliação e checagem com rebatimento dos resultados na alimentação de todo o ciclo de planejamento.

Figura 52 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: GT Agenda 2030. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/ods/>

O PURA também apresenta suas visões da cidade do futuro, que é uma cidade que respeita a sua natureza, e se constroi como uma imagem de Recife Cidade-Parque, na qual se aposta em uma cidade verde, que busca reconectar a população com a natureza através da recuperação das águas e suas matas ciliares. Nessa ideia, propõe-se a concepção de uma cidade que abraça processos sustentáveis, enfrentando os desafios com efeitos climáticos e econômicos. Desse modo, é pensado em transformar a cidade em um local de encontro de oportunidades por meio de espaços abertos, coletivos e inclusivos.

No entanto, apesar da busca em implementar ações sustentáveis, na prática, a influência da acumulação do capital no contexto geográfico continua provocando desigualdades na reorganização espacial e desenvolvimento geográfico (HARVEY, 2005), evidenciando que o acesso às melhorias urbanas que são propostas não ocorrerão de forma democrática para as populações de diferentes classes sociais.

4.4.2 PURA Capibaribe e Inclusão social

Ao confrontar os diversos planos urbanísticos com a realidade das cidades brasileiras, Maricato (2000) constatou que os projetos não analisavam nem apontavam soluções para as regiões mais pobres e favelas da cidade. A autora verificou que os planos diretores eram concebidos sem participação popular, orientados pelos interesses do mercado e posicionando-se a favor das classes dominantes; excluindo uma parcela significativa da população, como o exemplo de Recife, em que aproximadamente 46% da população vivem em favelas.

Nesse contexto, Lima (2005) aponta que na gestão de 1979-1982 da prefeitura do Recife, houve um projeto chamado “Barracões da Prefeitura”, que tinha o slogan “Desenvolvimento com Participação”, criando nas áreas de favelas, ponto de apoio à população, buscando uma aproximação entre governo e os setores populares. Porém, a autora destaca que isto se deu através de associações de bairros que foram criadas e atreladas aos interesses do governo, instruídas a apoiar suas ações, funcionando sob seu controle.

Sobre o Projeto Parque Capibaribe, Castilho (2021) apresenta a seletividade que foi evidenciada no uso dos parques que foram entregues pelo PPC, como o primeiro trecho do Parque das Graças. O autor apresenta que as classes sociais com renda mais alta usufruem destes espaços como querem, enquanto as de baixa renda não se vêem como parte desses espaços públicos.

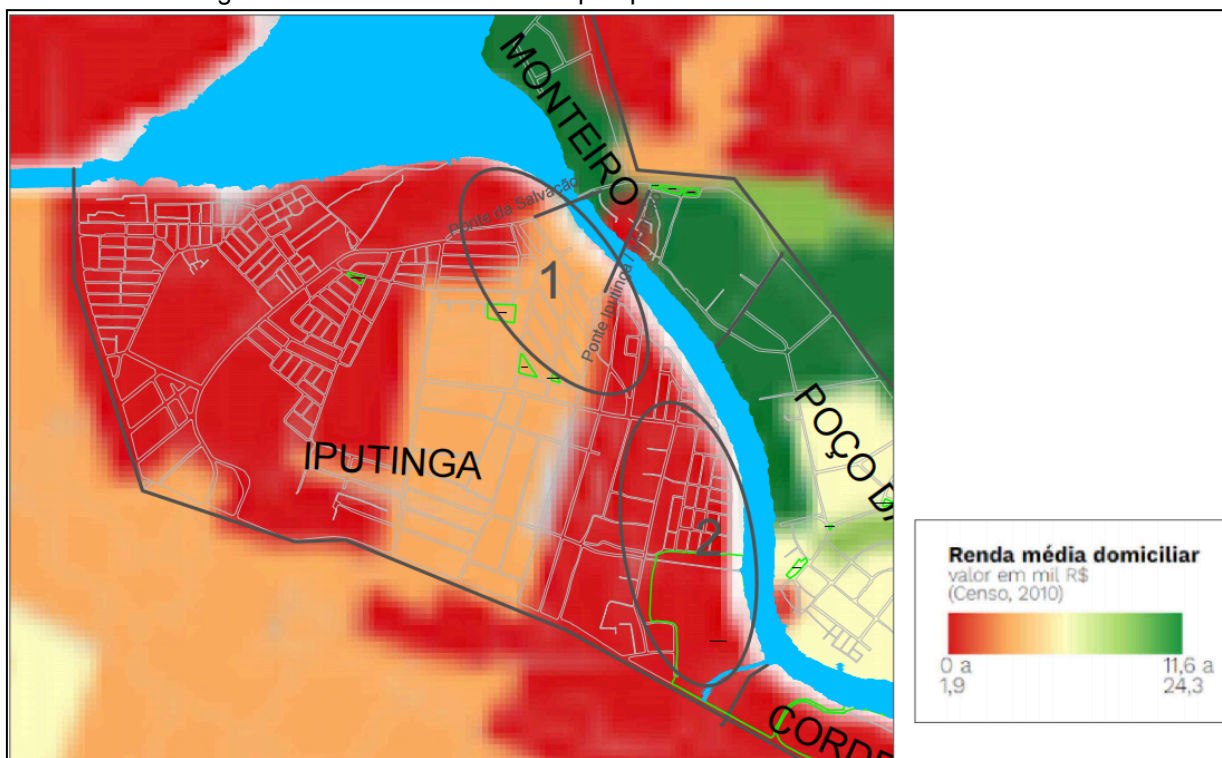
Diante disso, a atuação do PURA Capibaribe foi verificada através de entrevistas não estruturadas acompanhadas de técnicas de observação, que foram realizadas nos 4 trechos do recorte da área do estudo: Trecho 1. Iputinga; Trecho 2. Cordeiro. Trecho 3. Torre; Trecho 4. Monteiro. As entrevistas foram realizadas com voluntários que moram, trabalham ou transitam nos trechos há mais anos, os quais foram encontrados através de indicação das lideranças. Os resultados dessas entrevistas serão apresentados a seguir:

❖ Trecho 1: Iputinga

Foram realizadas entrevistas com 10 pessoas em 2 diferentes pontos deste trecho. Como pode ser observado no mapa abaixo (Figura 53), este trecho apresenta uma predominância de renda média domiciliar baixa, que é representada

pela cor vermelha. Durante a realização das entrevistas, a pesquisadora andou pelo local convidando transeuntes para participarem de forma voluntária, onde os participantes indicaram líderes comunitários e moradores mais antigos da região.

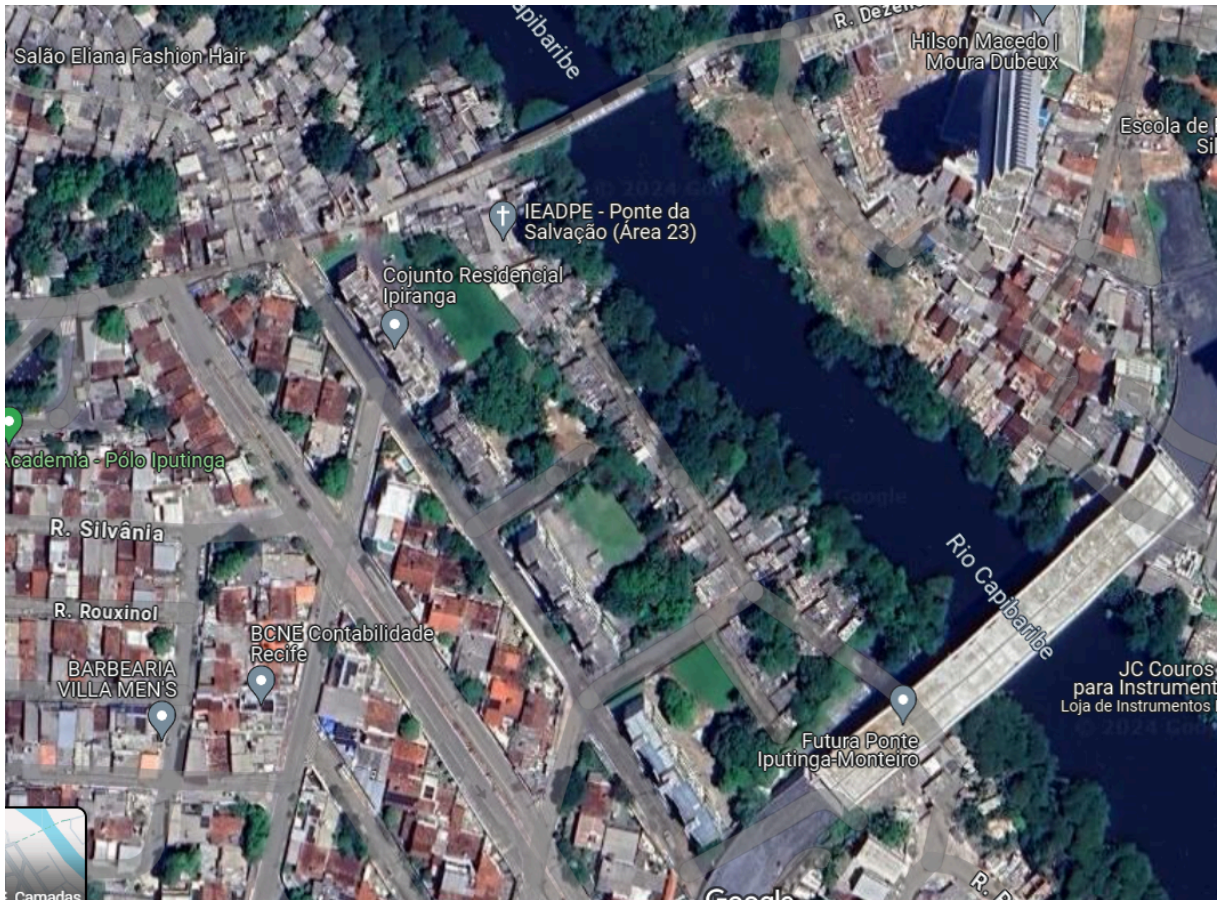
Figura 53 - Trecho 1 da área da pesquisa com renda média domiciliar



Fonte: (Instituto Pólis, 2022), editado pela autora.

O ponto 1 do Trecho 1 (Figura 54) inclui algumas casas e edifícios residenciais populares (Figura 55) e a Comunidade do Detran, onde fica a Ponte da Salvação (Figura 56), que é uma ponte de pedestre que tem sua estrutura bem precária - com placas de concreto caindo e falta de manutenção - e a Comunidade da Pipoquinha (Figura 57). Nesse ponto também está localizada a ponte que está em construção, ligando os bairros Iputinga e Monteiro através de um projeto que está resultando na desapropriação das habitações de baixa renda localizadas na Vila Esperança, no bairro Monteiro.

Figura 54 - Ponto 1 do Trecho 1 (Iputinga) visto de cima



Fonte: Google Maps (2024)

Figura 55 - Edifícios residenciais populares



Fonte: Autoria própria (2024)

Figura 56 - Ponte da Salvação, ligando a comunidade do Detran até o bairro Monteiro



Fonte: Autoria própria (2024)

Figura 57: Habitações precárias às margens do rio na comunidade da Pipoquinha



Fonte: Autoria própria (2024)

O ponto 2 indicado no mapa está representado na imagem abaixo (Figura 58), que inclui o Parque do Caiara e algumas ruas próximas, onde também foram realizadas entrevistas com transeuntes durante o percurso no local. Esta área possui local de travessia de barco (Figura 59), onde a população pode atravessar para a outra margem com um valor popular, ligando os bairros Ipatinga e Poço da Panela, encurtando o tempo e a distância do trajeto entre os bairros através dos modais rodoviários (carro, ônibus, táxi, etc). Foi observado que se trata de um serviço que, ainda é utilizado majoritariamente pela população de baixa renda, os quais muitos deles atravessam o rio para estudar ou trabalhar nos bairros localizados na outra margem. No entanto, também se observou que o Jardim Secreto, área de lazer localizada no ponto de travessia do Poço da Panela (Figura 60), também é utilizado por moradores da margem da Ipatinga.

Figura 58 - Ponto 2 do Trecho 1 (Ipatinga) visto de cima



Fonte: Google Maps (2024)

Figura 59 - Ponto de travessia de barco na margem da Iputinga



Fonte: Autoria própria (2024)

Figura 60 - Ponto de travessia de barco no Jardim Secreto, no Poço da Panela



Fonte: Autoria própria (2024)

As entrevistas ocorreram em formato de conversa, onde as respostas e o conteúdo das conversas foram registradas e sintetizados de acordo com os tópicos e subtópicos pré-definidos, onde se observou os seguintes resultados:

- **Utilização e percepção do rio Capibaribe e seu entorno:**

Foi percebido que os participantes de baixa renda que moram no local há mais de 20 anos possuem relação mais forte com o rio e o seu entorno, devido às memórias antigas, os quais relataram a diferença na forma que utilizam o rio atualmente devido à sua poluição. Os participantes que passaram a ocupar a área nos últimos anos não possuem a mesma percepção simbólica com o rio, demonstrando certo descaso e pouca importância com ele.

Os participantes relataram que antigamente havia forte presença de pescadores e barqueiros na área. Também falaram da utilização do rio para atividades de lazer, onde se banhavam nas suas margens e suas águas eram limpas. No entanto, também foi apontado que atualmente a população do local não tem mais o rio como fonte de trabalho ou lazer, evidenciando falta de conexão com esse ambiente natural.

Alguns participantes demonstraram gostar de morar ou trabalhar nessas áreas, embora sofram com descaso do poder público, pois sofrem com frequentes enchentes e inundações nos períodos de chuva e não são assistidos pelo poder público. Outros relatos também indicam a insatisfação com a Ponte da Salvação, onde é observado a frequência de acidentes, os quais os motoqueiros utilizam a ponte que é de pedestre de forma inapropriada. Além disso, também foi falado sobre as obras da ponte que está em construção ligando os bairros Iputinga e Monteiro, a qual os moradores revelaram o descaso que estão sofrendo por parte do poder público, sendo ameaçados de serem desapropriados, mas ainda sem garantia de que vão ser indenizados ou realocados.

Os entrevistados também falaram sobre as ações de limpeza do rio que são realizadas pela própria comunidade, muitas vezes sem apoio do poder público e, inclusive, relataram que algumas ações que são divulgadas nos meios de comunicação só acontecem uma vez no ano, o que para eles revela que há interesses políticos ou econômicos por trás.

- **Conscientização sobre a importância do rio e dos espaços públicos para a sustentabilidade da cidade:**

Em relação a esse tema, foi percebido que apesar da população ter noção da importância do rio e sua conservação, muitos deles demonstraram certo pessimismo quanto à possibilidade do rio deixar de ser poluído. Porém, foi observado que alguns participantes relacionam a poluição do rio aos prédios que foram construídos nas suas margens nos últimos 20 anos, enquanto outros relacionam apenas ao comportamento da população mais vulnerável, atribuindo a poluição do rio à falta de educação e conscientização.

Quanto ao entendimento da população sobre o discurso da sustentabilidade, alguns participantes não souberam opinar sobre o assunto, enquanto outros acreditam que sustentabilidade se resume às práticas de não poluir o meio ambiente.

No que diz respeito à relação da população com os espaços públicos localizados na área, alguns participantes alegaram que apesar do bairro possuir algumas praças, esses locais não oferecem segurança e manutenção adequada na sua estrutura. Algumas pessoas, no entanto, revelaram que utilizam o Jardim Secreto, Parque Santana e o Parque da Jaqueira, que ficam localizados na outra margem do rio. Outros entrevistados também revelaram que apesar da proximidade do Parque do Caiara, muitas pessoas deste trecho não frequentam o parque devido à rivalidade de gangues das comunidades.

- **Percepção e apropriação da população com o PPC:**

Ao falar sobre o Projeto Parque Capibaribe, alguns entrevistados revelaram que não conheciam, enquanto outros associaram-no aos antigos projetos que eram discutidos para as margens do rio. Os participantes que falaram já ter ouvido falar no projeto, comentaram que já tem muito tempo que se falam das tais obras para o entorno do rio, mas que até agora não se viu nada.

No que tange a participação da população na elaboração do projeto, poucos entrevistados relataram que já foram consultados a respeito de um projeto para aquela área, porém que na maioria das vezes a comunicação acontecia para comunicar que algo seria feito, não para consultar suas opiniões e suas demandas.

Nesse contexto, alguns participantes comentaram que o governo não se importa com as demandas deles por serem pobres, então, eles já estão acostumados com esse cenário.

Dessa forma, os participantes relataram que não se sentem incluídos nesse processo, pois acreditam que se trata de um projeto que vai atender as necessidades dos mais ricos.

No entanto, mesmo acreditando que o projeto não é pensado para eles, alguns responderam que apoiam o projeto, pois acreditam que vai ser bom tendo mais parques e áreas de lazer para a população. Já outros entrevistados não acreditam que serão beneficiados pelo projeto, pois eles possuem demandas que acreditam ser mais urgentes, como acesso à moradia digna, saneamento básico e assistência do poder público em relação às frequentes inundações.

- **Apropriação, utilização e percepção da população das áreas do PPC que já foram inauguradas:**

Ao questionar sobre os trechos do PPC que já foram inaugurados, a maioria dos participantes demonstrou conhecer o Parque da Graças, porém enquanto alguns relataram que já foram no local e gostaram, outros relataram que sentem que se trata de um local feito para as elites. Uma questão que foi comentada é a distância, pois para alguns participantes, apesar de terem aprovado o parque, o acesso por transporte público é difícil, impossibilitando que eles frequentem o local.

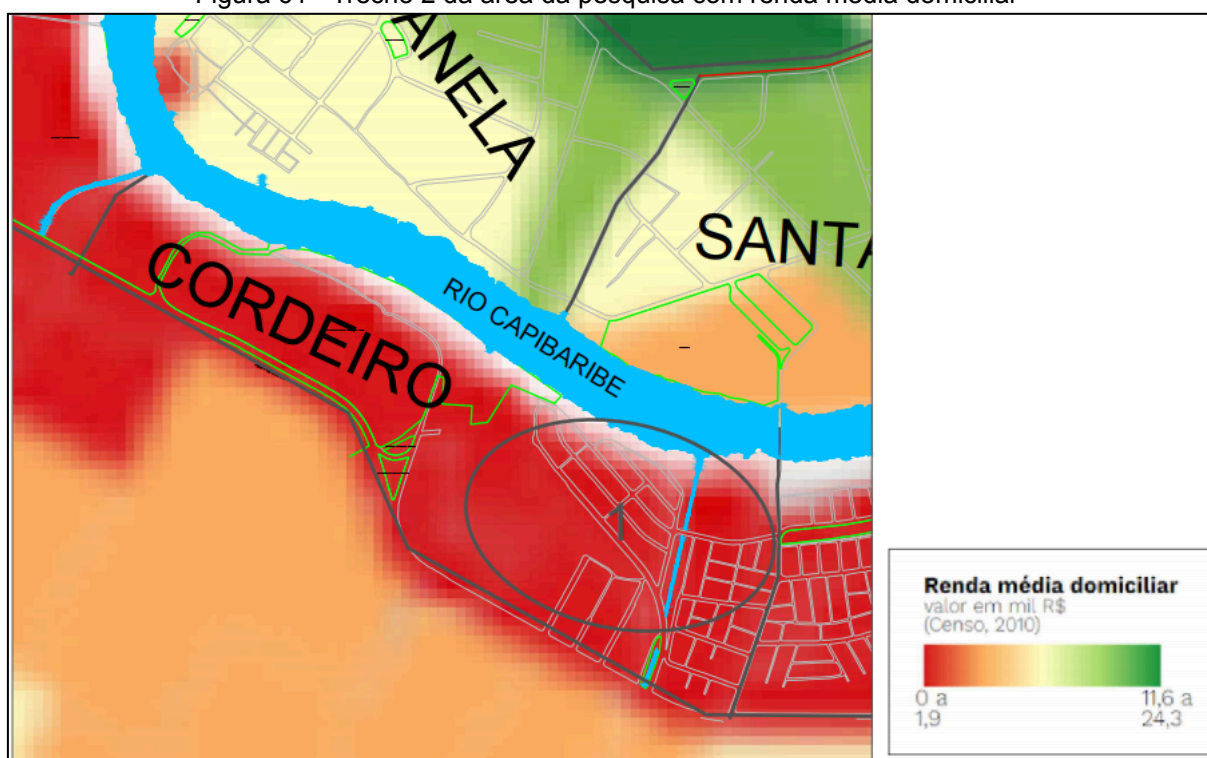
Quando foi questionado aos participantes se eles acreditam que esses parques ao longo do rio podem promover sua conservação, a maioria demonstrou que não acredita nisso, pois relatam que as pessoas não têm educação e vão continuar poluindo o rio.

No que se refere à valorização que os parques podem proporcionar ao seu entorno, os participantes acreditam que podem sim valorizar as áreas, mas que não acreditam que a área que eles ocupam terão os mesmos benefícios.

❖ Trecho 2: Cordeiro

Foram realizadas entrevistas com 10 pessoas no trecho 2 (Figura 61). Como pode ser observado no mapa abaixo, trata-se de uma área menor, mas que toda sua extensão apresenta uma predominância de renda média domiciliar baixa, que é representada pela cor vermelha.

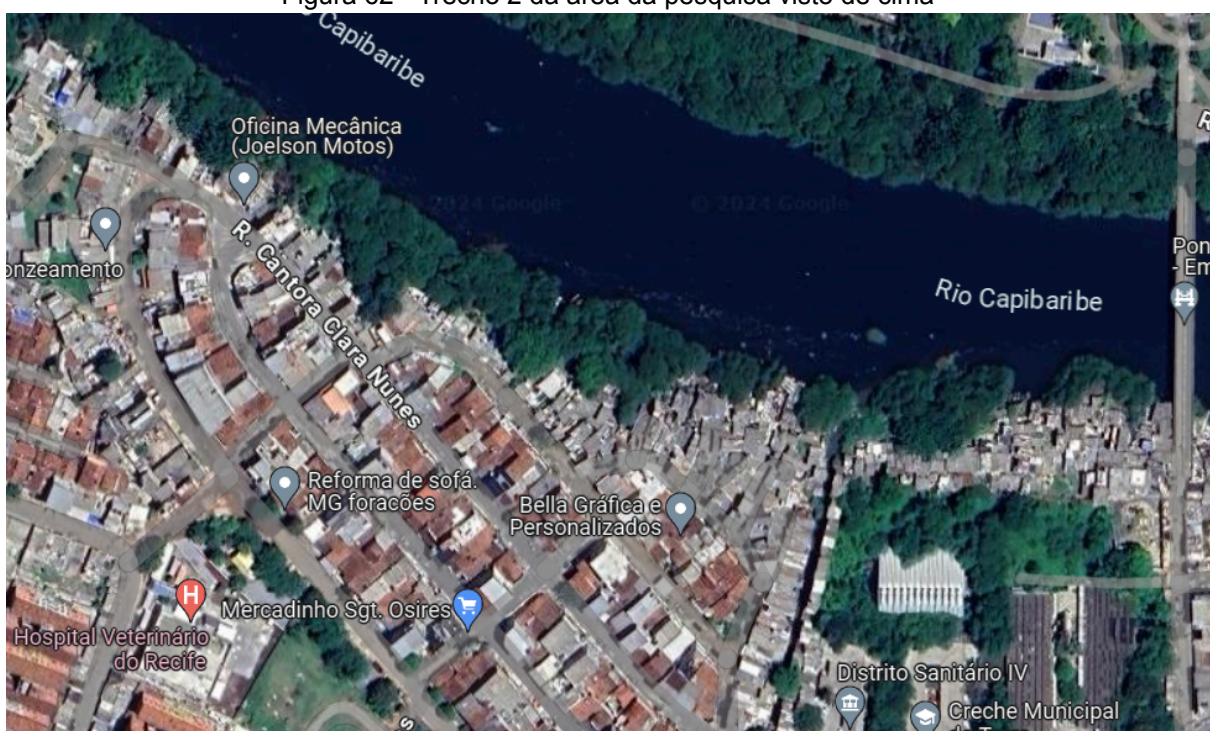
Figura 61 - Trecho 2 da área da pesquisa com renda média domiciliar



Fonte: (Instituto Pólis, 2022), editado pela autora.

O ponto 1 indicado no mapa representa a área do percurso onde foi realizada a visita de campo com as respectivas entrevistas com transeuntes no Cordeiro (Figura 62). Esta área possui pouca conexão com o rio, na qual a maioria das habitações fica de costas para ele (Figura 63 e 64). No entanto, essa área fica muito próxima da ponte de pedestre que liga a Comunidade Santa Luzia, no bairro Torre, até o Parque Santana, na outra margem do rio.

Figura 62 - Trecho 2 da área da pesquisa visto de cima



Fonte: Google Maps (2024)

Figura 63 - Casas de costas para o rio no bairro do Cordeiro



Fonte: Autoria própria (2024)

Figura 64 - Habitações de baixa renda próximas ao rio no bairro do Cordeiro



Fonte: Autoria própria (2024)

Assim como no trecho 1, as entrevistas ocorreram em formato de conversa, onde as respostas e o conteúdo das conversas foram sintetizadas de acordo com os tópicos e subtópicos pré-definidos. Assim, se observou os seguintes resultados:

- **Utilização e percepção do rio Capibaribe e seu entorno:**

Foi percebido que os participantes de baixa renda que moram no local há mais tempo conhecem bem o processo de ocupação da área, destacando que desde muito tempo o rio não é valorizado para os moradores dessa região, o que resulta na permanência da vegetação que bloqueia o contato direto deles com o rio, ao mesmo tempo que reflete nas moradias que ficam de costas para ele.

Os participantes relataram que antigamente as águas eram limpas, o que favorecia atividades de lazer, pesca e transporte, porém, que atualmente o rio além de ser um local poluído, também representa um local de abandono e violência, uma vez que existem notícias de crime nas margens do rio.

Alguns participantes também falaram sobre as ações de limpeza do rio que são realizadas pela própria comunidade, a qual muitas vezes não possui apoio do poder público.

- **Conscientização sobre a importância do rio e dos espaços públicos para a sustentabilidade da cidade:**

Assim como no trecho 1, foi percebido que apesar da população ter noção da importância do rio e sua conservação, onde muitos deles demonstraram certo pessimismo quanto à possibilidade do rio deixar de ser poluído.

Sobre o entendimento da população sobre o discurso de sustentabilidade, também foi demonstrado certo pessimismo em relação ao rio.

Já em relação aos espaços públicos localizados na área, alguns participantes alegaram que não existem praças com qualidade próximas e que muitas vezes precisam se deslocar até outros bairros.

- **Percepção e apropriação da população com o PPC:**

Sobre o Projeto Parque Capibaribe, alguns entrevistados revelaram que não conheciam e outros que já ouviram falar nos parques novos na beira do rio, mas que não conhecem e nunca foram.

Em relação à participação da população na elaboração do projeto, os entrevistados relataram que não houve contato com eles em relação ao projeto, logo, não possuem conhecimento de que a área que ocupam terá alguma obra ou requalificação.

Quando foi explicado brevemente o que o projeto diz que vai implementar, alguns demonstraram apoio, pois acreditam que vai ser bom tendo mais parques e áreas de lazer para a população, enquanto outros não acreditam que será feito na área que eles ocupam.

- **Apropriação, utilização e percepção da população das áreas do PPC que já foram inauguradas:**

Sobre os trechos do PPC que já foram inaugurados, poucos participantes demonstraram conhecer o Parque da Graças, porém os que já foram no local relataram que gostaram, mas que não acreditam que farão um espaço com aquela qualidade na região deles. Também foi comentado sobre a distância, pois o acesso por transporte público é difícil, dificultando que eles frequentem o local.

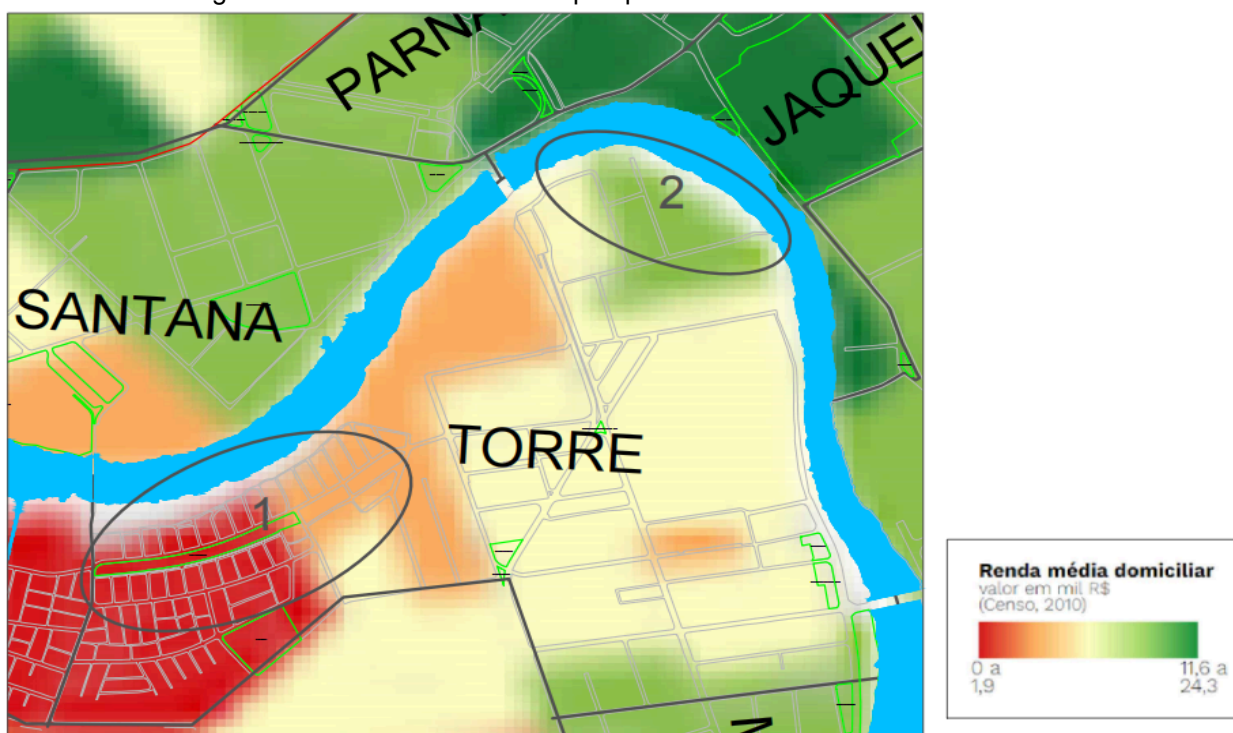
Ao questionar os participantes se eles acreditam que esses parques ao longo do rio podem promover sua conservação, alguns demonstraram que sim, desde que exista alguma fiscalização.

Em relação à valorização que os parques podem proporcionar ao seu entorno, os participantes acreditam que podem valorizar as áreas, mas que não a área que eles ocupam não terão as mesmas melhorias.

❖ Trecho 3: Torre

Foram realizadas entrevistas com 10 pessoas neste trecho em 2 diferentes pontos do bairro da Torre (Figura 65). Como pode ser observado no mapa abaixo, o bairro apresenta uma forte desigualdade social, onde é possível notar uma área pequena com renda média domiciliar baixa, representada pela cor vermelha, uma área maior de renda mediana, representada pelas cores amarela e laranja, e, uma área menor com renda média domiciliar alta, representada pela cor verde.

Figura 65 - Trecho 3 da área da pesquisa com renda média domiciliar

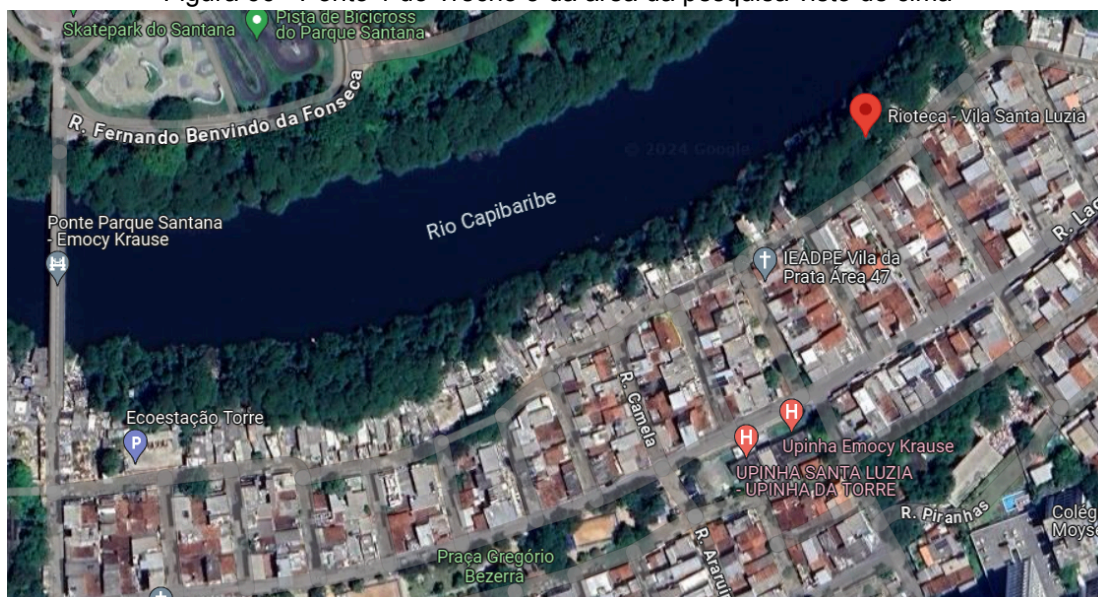


Fonte: (Instituto Pólis, 2022), editado pela autora.

O ponto 1 indicado no mapa representa a primeira área onde foi realizado o percurso da visita de campo (Figura 66) com as respectivas entrevistas, que fica na

Comunidade de Santa Luzia, área com renda média domiciliar baixa, onde se encontra a ponte de pedestre que liga a comunidade ao Parque Santana (Figura 67), na outra margem do rio.

Figura 66 - Ponto 1 do Trecho 3 da área da pesquisa visto de cima



Fonte: Google Maps (2024)

Figura 67 - Ponte de pedestre que liga Vila Santa Luzia até o Parque Santana



Fonte: Autoria própria (2024)

Esta área também possui pouca conexão com o rio, na qual a maioria das habitações ficam de costas para ele, porém algumas delas possuem vista para o rio mesmo nessas condições. A comunidade também possui um histórico de

movimentos sociais e valorização do rio, onde abriga a biblioteca urbana RioTeca da Vila Santa Luzia (Figura 68), que é um espaço vivo, que é administrada por um morador local, possui área coberta (Figura 69) com estrutura para leitura e realização de eventos, além de ter acesso direto ao rio (Figura 70).

Figura 68 - RioTeca na Vila Santa Luzia



Fonte: Autoria própria (2024)

Figura 69 - Área coberta da RioTeca na Vila Santa Luzia



Fonte: Autoria própria (2024)

Figura 70 - Acesso direto ao rio pela RioTeca da Vila Santa Luzia



Fonte: Autoria própria (2024)

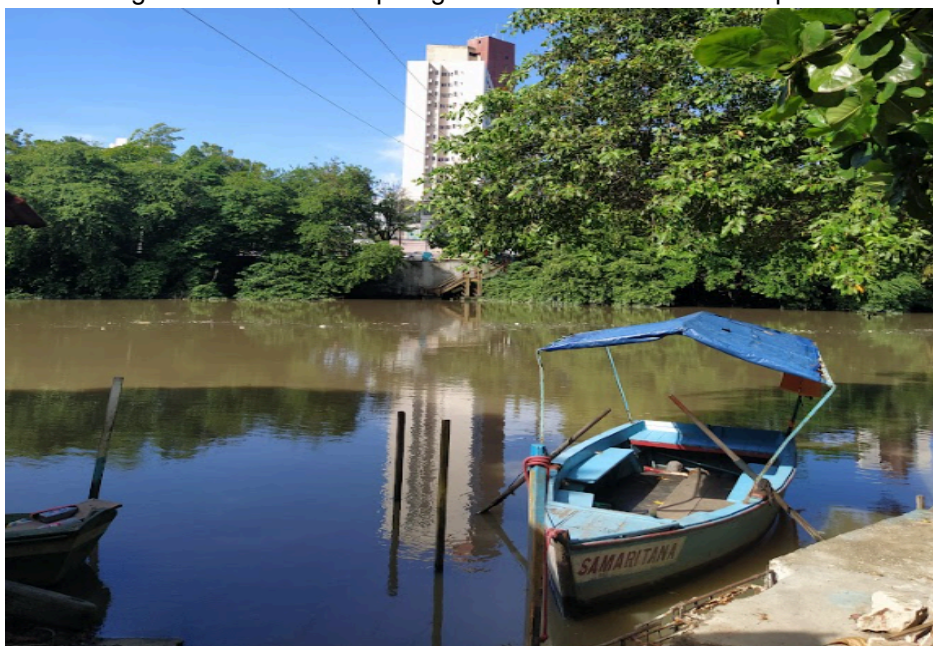
Já o ponto 2 indicado no mapa (Figura 71) representa a área onde tem outra característica socioeconômica, com predominância de habitações com renda média intermediária, Essa área possui uma travessia (Figura 72) de barco que conecta a Torre com à Jaqueira, que fica localizado na outra margem do rio.

Figura 71 - Ponto 2 do Trecho 3 visto de cima



Fonte: Google Maps (2024)

Figura 72 - Travessia que liga o bairro da Torre até a Jaqueira



Fonte: Autoria própria (2024)

Assim como nos outros trechos, as entrevistas ocorreram em formato de conversa, onde as respostas e o conteúdo das conversas foram sintetizadas de acordo com os tópicos e subtópicos pré-definidos. Assim, se observou os seguintes resultados:

- **Utilização e percepção do rio Capibaribe e seu entorno:**

Os participantes de baixa renda que moram no local há mais tempo possuem uma relação mais forte com o rio, porém relataram que o afastamento dele se deu devido à sua poluição. Alguns entrevistados relataram que algumas habitações precárias ao longo do rio foram retiradas pelo poder público devido à vulnerabilidade que é causada pela proximidade com suas margens, aumentando o risco das residências serem inundadas nos períodos de chuva. Porém, foi dito que quando isso ocorre, pouco tempo depois surgem novas habitações precárias ao longo das margens do rio, o que revela uma condição de insistência da população que não tem onde construir suas casas.

Alguns participantes falaram que antigamente o rio era utilizado para atividades de lazer e suas águas eram limpas, o que deixou de acontecer com o aumento da poluição.

Os entrevistados que trabalham ou moram na área relataram que gostam do local, embora sofram com descaso do poder público, pois além das enchentes e inundações, a ecoestação que foi instalada na proximidade da ponte de pedestre não é utilizada pelas populações que residem nas habitações precárias nas margens do rio. Também foi revelado que a coleta do lixo não ocorre nessas habitações, o que resulta no hábito que muitos moradores possuem em jogar seu lixo no rio.

- **Conscientização sobre a importância do rio e dos espaços públicos para a sustentabilidade da cidade:**

Foi percebido, de acordo com as respostas dos participantes, que muitos acreditam que os espaços públicos aumentam a conexão da população com a cidade, conseqüentemente eles acreditam que espaços públicos próximos ao rio ajudam a proporcionar essa proximidade e valorização do rio, promovendo uma consciência ambiental.

Nesse trecho muitos participantes também não souberam opinar sobre o assunto, enquanto outros acreditam que sustentabilidade se resume às práticas de não poluir o meio ambiente.

Quanto à relação da população com os espaços públicos localizados na área, alguns participantes relataram que costumam utilizar mais o Parque Santana e o Parque da Jaqueira. Outros falaram da RioTeca, uma biblioteca comunitária construída nas margens do rio, a qual foi construída pela comunidade e contou com materiais originados de doações para a finalização do seu acabamento. No entanto, foi revelado o descaso com o local por parte do poder público, que não atua na manutenção do espaço, e por parte da própria população do local que depreda algumas áreas, muitas vezes poluindo o local e também roubando e destruindo as plantações da horta comunitária que existe na proximidade da RioTeca.

- **Percepção e apropriação da população com o PPC:**

Quanto ao Projeto Parque Capibaribe, alguns entrevistados revelaram que não conheciam ou que já ouviram falar, mas não sabiam que a área que moram fazia parte do projeto.

Em relação à participação da população na elaboração do projeto, alguns entrevistados relataram que já foram comunicados sobre o projeto de reforma da ponte de pedestre e retirada das habitações localizadas nas margens do rio, porém a comunicação não acontecia para consultar suas opiniões e suas demandas.

Ao falar sobre o projeto, alguns participantes falaram que não acreditam que a área deles será beneficiada, pois os políticos só fazem alguma melhoria na região em época de eleição, e, ainda, destacaram que as obras de requalificação que são feitas na área não inclui as ruas que tem as habitações mais precárias.

- **Apropriação, utilização e percepção da população das áreas do PPC que já foram inauguradas:**

Ao falar sobre os trechos do PPC que já foram inaugurados, alguns participantes demonstraram conhecer o Parque da Graças, no entanto, não frequentam o parque porque o acesso através de transporte público é difícil para eles, além disso, alguns participantes também comentaram que enxergam o parque como um local feito para os mais ricos.

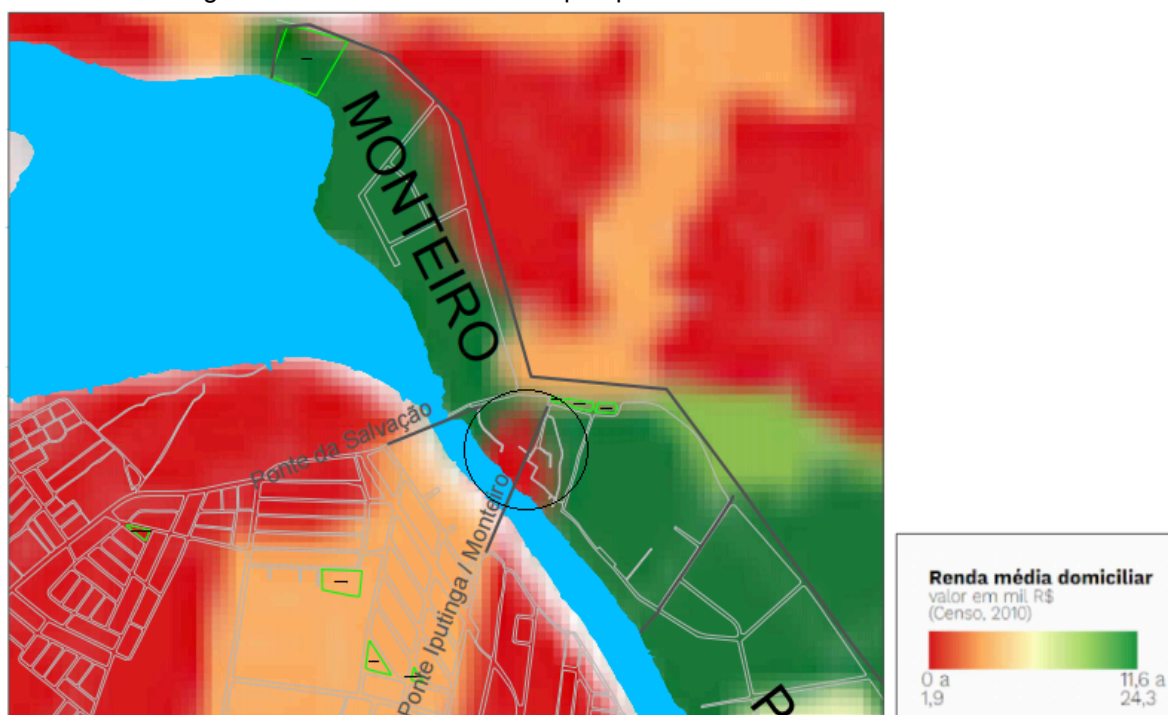
Ao questionar se eles acreditam que esses parques podem promover a conservação do rio, muitos responderam que não acreditam, pois a população sempre polui os espaços públicos e vai fazer o mesmo com o rio.

Quanto à valorização do entorno que os parques podem proporcionar, os entrevistados falaram que acreditam que podem sim valorizar a área.

❖ **Trecho 4: Monteiro**

Foram realizadas entrevistas com 10 pessoas neste trecho em apenas um local, que corresponde à área que apresenta habitações de baixa renda, como pode ser observado no mapa abaixo (Figura 73). Como pode ser observado no mapa abaixo, o bairro apresenta uma forte desigualdade social, onde é possível notar uma área pequena com renda média domiciliar baixa, representada pela cor vermelha, enquanto o resto do bairro apresenta renda média domiciliar alta, representada pela cor verde.

Figura 73 - Trecho 4 da área da pesquisa com renda média domiciliar



Fonte: (Instituto Pólis, 2022), editado pela autora.

O local indicado no mapa com o círculo, representa a área com habitações de baixa renda (Figura 74), que foi o local onde foi realizado o percurso da visita de campo com as respectivas entrevistas. Essa área é onde moradores da Vila Esperança foram desapropriados e tiveram suas casas demolidas (Figura 75) para a construção da ponte que liga os bairros Monteiro e Iputinga. Nesse cenário, é observado que os edifícios destinados às populações de renda domiciliar alta (Figura 76) não sofreram com as obras da execução da ponte, revelando um cenário cruel em que as classes mais desfavorecidas são as que sofrem com as decisões do poder público.

Figura 74 - Trecho 4 da área da pesquisa visto de cima



Fonte: Google Maps (2024)

Figura 75 - Casas sendo demolidas na Vila Esperança, no bairro Monteiro



Fonte: Autoria própria (2024)

Figura 76 - Edifícios com renda domiciliar alta próximos à obra da ponte



Fonte: Autoria própria (2024)

Do mesmo modo que os outros trechos, as entrevistas foram em forma de conversa, onde se observou os seguintes resultados:

- **Utilização e percepção do rio Capibaribe e seu entorno:**

Os participantes que moram no local há mais tempo também possuíam uma forte relação com o rio, que foi perdida devido ao aumento da sua poluição. Eles falaram sobre o aumento da quantidade de edifícios, explicando que antigamente se tratava de uma área rural bem preservada com muitos pescadores, onde o banho de

rio era comum e a população tinha uma forte relação com esse meio aquático. Os entrevistados que trabalham ou moram na área relataram que gostam do local, mas que estão sofrendo com o triste cenário das demolições das casas, onde pessoas que moravam lá há anos estão deixando suas casas de forma dolorosa.

- **Conscientização sobre a importância do rio e dos espaços públicos para a sustentabilidade da cidade:**

A maioria dos participantes afirmaram entender que a preservação do rio é muito importante para a qualidade de vida da população.

Muitos participantes também não souberam opinar sobre sustentabilidade, onde apenas conseguiram falar sobre a questão da poluição do rio.

Em relação à como a população se conecta com os espaços públicos da área, foi constatado que não há esses espaços e que as pessoas precisam se deslocar para outros bairros.

- **Percepção e apropriação da população com o PPC:**

Quanto ao Projeto Parque Capibaribe, alguns entrevistados falaram que não conheciam e outros falaram que já ouviram falar e já frequentaram, mas a maioria não sabia que a área que eles ocupam está dentro da Zona Parque, a qual está incluída no projeto.

Dessa forma, eles relataram não terem participado de nenhuma ação referente a elaboração do projeto, eles apenas sabem da obra da ponte que está em construção, demonstrando não ter muito conhecimento sobre o PPC.

Logo, os participantes falaram que muitos moradores foram expulsos da área devido à construção da ponte e eles temem que a obra desse parque resulte em mais desapropriação.

- **Apropriação, utilização e percepção da população das áreas do PPC que já foram inauguradas:**

Sobre os trechos do PPC que já foram inaugurados, poucos participantes falaram que já frequentaram o Parque da Graças, mas também relataram a questão da falta de acesso que dificulta a chegada no local.

A maioria dos entrevistados também responderam que não acreditam que esses parques podem promover a conservação do rio.

Desse modo, eles responderam que esses parques vão valorizar mais as populações mais ricas, proporcionando mais qualidade para os moradores dos edifícios destinados às elites.

4.4.3 Desafios da concretização da sustentabilidade do PURA

Capibaribe

Ao relacionar o PURA Capibaribe com os dados obtidos na área de estudo desta pesquisa, é possível analisar se ocorre uma concretização da sustentabilidade que é usada como premissa desse plano urbanístico. Dessa forma, é necessário analisar como esse projeto consegue promover prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social, uma vez que são .

Quando analisar qualidade ambiental do PPC, é possível perceber que um dos desafios já observados é apresentado por Santos (2023) quando ela revela que apesar do Parque das Graças estar sendo um sucesso com o público, o mesmo não se pode dizer em relação ao meio ambiente. De acordo com a autora, o mangue foi todo retirado da segunda e terceira etapas da construção do parque, destruindo a vegetação das margens do rio (Figura 77). A autora diz que apesar de terem sido plantadas mudas como forma de compensação ambiental, elas estão aquém do tamanho indicado na licença ambiental. Logo, ela evidencia o contrassenso que é esse descaso com a natureza, pois se trata de uma etapa do Projeto Parque Capibaribe, que busca apostar em uma cidade verde, o que inclui a gradativa recuperação das águas e matas ciliares.

Dessa forma, pode-se concluir que a implementação do PURA Capibaribe está indo na contramão de algumas diretrizes do Estatuto da Cidade, como: IV - planejamento e desenvolvimento das cidades (buscando evitar e corrigir consequências do crescimento urbano e danos ao meio ambiente); XII - proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio

cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico (DUARTE, 2007). Assim, nota-se um problema para a implementação de uma cidade sustentável que necessita de mais urgência, que é a dilapidação dos recursos naturais não-renováveis (VIEIRA, 2012).

Figura 77 - Destruição da vegetação para a execução execução do Parque das Graças



Fonte: FELIPE RIBEIRO/JC IMAGEM

Segundo Santos (2023), que é uma das arquitetas idealizadoras do PPC, lamenta o que aconteceu, pois diante da ocupação dos edifícios chegarem até a beira do rio, foi necessário cortar as árvores e aterrar a área para passar caminhões e tratores, o que resultou na derrubada de árvores que o projeto indicava para não derrubar. A arquiteta, então, aponta que o uso de balsa no rio, para a passagem das máquinas, poderia ter diminuído o desmatamento, porém a lógica de quem projeta é diferente da de quem executa, pois na prática existe licitação para realizar a obra, a qual vence a que tiver o preço mais baixo.

Figura 78 - Imagem da maquete eletrônica do projeto do Parque das Graças



Fonte: Divulgação do Projeto Parque Capibaribe (<https://marcozero.org/>), 2020

Dessa forma, fica evidenciado que a implementação do PPC não consegue ser sustentável, por não manter a vitalidade e integridade do Planeta Terra, preservando seus ecossistemas com todos os elementos (BOFF, 2016). O que revela mais uma discordância do Estatuto da cidade, que é a diretriz I - a garantia do direito a cidades sustentáveis (incluindo direito à terra e equipamentos urbanos);

Ao comparar as imagens da maquete eletrônica do projeto do Parque das Graças (Figura 78) e as fotos do parque atualmente (Figura 79), é perceptível a diferença na quantidade de árvores nas margens do rio. Assim, destacando que o meio ambiente e economia são opostos entre si (ACSELRAD, 1999), resultando na força do mercado imobiliário, que muitas vezes burla o arcabouço legal ambiental existente (DE OLIVEIRA, 2016).

Figura 79 - Parque das Graças em 2023



Fonte: Arnaldo Sete / MZ (<https://marcozero.org/>), 2023

Em relação à justiça social, o PURA Capibaribe também enfrenta desafios, o que pode ser percebido na forma como o plano lida com os assentamentos precários localizados nas suas margens. Segundo Soeiro (2017), muitos projetos surgiram buscando retomar o valor da paisagem de Recife, porém existe uma relação de poder com a paisagem urbana, pela qual a grande quantidade de periferias aparecem como um problema para a “imagem da cidade”.

O princípio básico do plano não vem sendo realizado, que é o de valorizar e respeitar essa população ribeirinha, que está submetida a condições muito duras de sobrevivência. Logo, o plano demanda uma abordagem criteriosa, que não deve: reproduzir um caráter higienista das ações que apenas removem a população pobre, sem requalificar as áreas públicas remanescentes e sem incentivar a promoção do lugar como espaço de convivência proporcionando novos usos; e , não realizar projetos habitacionais de reassentamento desconectados do tecido urbano.

Embora o foco principal do plano não seja elaborar soluções habitacionais para a população ribeirinha, é evidente que tais soluções são essenciais para viabilizar a implantação do Parque Capibaribe. Após o mapeamento, foi elaborado um dimensionamento da população e dos domicílios nessas áreas, considerando a necessidade de reestruturação urbanística das margens, com o provável reassentamento destas moradias. Nesse cenário, o plano apresenta que para a

etapa inicial de implantação do Parque, o principal assentamento que deve ser objeto de intervenção urbanística e habitacional é o conjunto de palafitas localizados na Vila Santa Luzia, junto ao canal Santa Rosa.

Como pode ser percebido na imagem abaixo que foi retirada da publicação do Parque Capibaribe (MONTEIRO, FILHO E MONTEZUMA, 2022) (Figura 80), a margem do rio localizada da Vila Santa Luzia apresenta um trecho de passeio com ampla vegetação. No entanto, foi evidenciado durante as entrevistas, que na área que atualmente é ocupada por moradias precárias na beira do rio, os moradores demonstraram não ter conhecimento de que iriam sair do local ou para onde iriam.

Figura 80 - Proposta PPC na travessia do Parque Santana e Vila Santa Luzia



Fonte: Parque Capibaribe (MONTEIRO, FILHO E MONTEZUMA, 2022)

Também é preciso destacar os assentamentos precários localizados no bairro Iputinga, nas áreas conhecidas como Detran e Barbalho, assim como na margem oposta, no bairro Monteiro, pois são áreas que apresentam quantidade considerável de moradias incluídas em zonas de alagamento.

No entanto, nas entrevistas que foram realizadas nessas áreas, foi constatado que a população não foi incluída no processo de elaboração do plano e não têm informações precisas que indicam que ou se serão realocadas, o que evidencia que o processo participativo que o PURA apresenta, na realidade não ocorreu de forma consciente e concreta, o que revela mais uma vez, falta de interesse dos agentes responsáveis em manter um diálogo com essas populações vulneráveis. Assim, evidenciando que o plano apresenta certa fragilidade na garantia

da diretriz II do Estatuto da Cidade, que é ter uma gestão democrática (diretamente com a população e associações representativas).

Dessa forma, se faz necessário retomar que o PURA Capibaribe (TOMO 3: Cidade) apresenta que pretende enfrentar o desafio de realocar as populações desses assentamentos precários sem realizar projetos higienistas e conjuntos habitacionais desconectados com o tecido urbano. No entanto, também é necessário lembrar o que houve com o PRSP, que realocou famílias que moravam em palafitas das margens do rio, requalificando esse local e aumentando o valor dessa área para o mercado imobiliário (CASTILHO E LEANDRO, 2012). Portanto, apesar do plano ter ideias positivas, o contexto atual em que a cidade se encontra, evidencia uma realidade a qual os interesses dos capitalistas vão continuar ditando o destino dessas áreas.

Nesse cenário, também pode-se concluir que o PURA Capibaribe não consegue atender às seguintes diretrizes do Estatuto da Cidade: VI - a ordenação e controle do solo (buscando um uso adequado dos imóveis, parcelamento do solo e uso de imóveis sem causar impactos urbanos negativos, e diminuir especulações imobiliárias que prejudiquem o desenvolvimento urbano e qualidade ambiental); IX – a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização; e XIV – a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda.

Diante do que foi apresentado, observa-se que em relação à prosperidade econômica, o plano favorece majoritariamente às classes médias e altas, pois com a implementação do PPC, os empreendimentos próximos ao rio passam a ter um maior valor para os investidores, enquanto as populações de baixa renda não têm suas áreas valorizadas para elas, mas sim para o mercado, o que pode ser refletido em processos de gentrificação. Assim, conclui-se que o PURA também não atende à diretriz VIII do Estatuto da Cidade que é: respeito aos limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica (em relação a equipamentos e serviços).

Desse modo, é necessário refletir sobre o que Maricato (2000) aponta quando ela fala que as cidades brasileiras apresentam problemas graves que são consequência dos planos aprovados nas Câmaras Municipais seguirem interesses da política local e de grupos específicos ligados ao governo, incluindo interesses do capital imobiliário e das empreiteiras na definição dos investimentos que não obedecem a nenhum plano explícito.

CONCLUSÃO

A realização desta pesquisa resultou na apuração sobre a premissa da sustentabilidade no âmbito dos interesses capitalistas no espaço urbano do Recife. Inicialmente, foi identificado que ocorre uma prioridade dos órgãos públicos em proporcionar requalificação urbana sob um discurso sustentável, proporcionando qualidade de vida nos bairros habitados pelas classes médias e altas. Enquanto isso, as regiões da cidade que são ocupadas pelas populações de baixa renda, muitas vezes, não recebem sequer obras que proporcionem seus direitos básicos, como a moradia digna e segura, o que resulta nos conflitos socioambientais que atualmente presenciamos nas metrópoles brasileiras. Deste modo, foi percebido que as ações urbanísticas são implementadas, prioritariamente, para as classes dominantes.

Assim, apesar dos avanços em termos das ideias e da legislação urbana referentes à sustentabilidade no espaço urbano, na prática, elas não têm sido efetivadas. Foi possível notar o aumento da publicidade de empreendimentos que é carregada por discursos ecológicos, atraindo os investidores, porém se referindo à uma sustentabilidade que não é para todos/as. Logo, foi percebido que o discurso da sustentabilidade, que vem sendo adotado no planejamento urbano, é utilizado pela gestão urbana para mascarar o caráter desigual das suas ações, muitas vezes realizando requalificações urbanas que priorizam os interesses das classes dominantes. Deste modo, foi observado que, a gestão urbana termina valorizando as novas áreas norteando-se pelos interesses das classes dominantes. Esta valorização econômica das áreas “revitalizadas” possui, como consequência a expulsão das populações de baixa renda dessas áreas revalorizadas, resultando no que se tem chamado de gentrificação verde, retirando o direito das populações vulneráveis de usufruírem da qualidade dos ambientes naturais no espaço urbano.

Isso está relacionado com o aumento dos interesses capitalistas nos ambientes naturais, fetichizando a natureza como mercadoria, na qual espaços naturais como praias, parques e outras áreas verdes urbanas vêm sofrendo forte privatização. Nesse contexto, a natureza se torna alienada, reduzindo-se à função estética que representa o poder econômico.

Em outras palavras, o crescente interesse nos recursos naturais e espaços públicos tem gerado mais exclusão social, dificultando o acesso à natureza para as

populações de baixa renda. Então, comprovou-se, mais uma vez, que o Estado muitas vezes busca requalificar áreas urbanas em diálogo com os investidores e preterindo a classe trabalhadora, resultando em espaços que valorizam os interesses do mercado.

Nesse contexto, foi possível notar que apesar do PURA Capibaribe ter premissas de sustentabilidade e defender, no seu processo, a participação popular; na prática, as propostas contribuem para a valorização econômica dos imóveis para o mercado, não dialogando com as populações de baixa renda. Logo, mesmo que o planejamento das áreas estudadas seja importante para o desenvolvimento sustentável da cidade, na prática, ele não consegue concretizar a sustentabilidade para todas as classes sociais atingidas, principalmente para as populações mais vulneráveis com relação aos impactos ambientais.

Os resultados obtidos nas entrevistas realizadas com as populações de baixa renda das áreas onde o PURA Capibaribe confirmou a falta de diálogo com essa população na elaboração e implementação do plano. A maioria dos entrevistados possui relação forte com o rio, mas apresenta outras demandas para o seu bairro, como a melhoria da infraestrutura das ruas e edificações, que muitas vezes sofrem com alagamentos durante os períodos de chuva. Nesse cenário, também foi possível notar um doloroso processo de retirada das populações de baixa renda do entorno do rio, como é o caso da Vila Esperança no bairro Monteiro, que evidencia mais um caso de remoção para fins de gentrificação nas margens do Capibaribe.

Ao analisar o PURA Capibaribe, foi percebido que ocorre uma falta de clareza com o destino desses assentamentos precários localizados nas margens do rio. Logo, foi possível notar que possivelmente haverá mais casos de gentrificação nessas áreas ribeirinhas que já sofrem em decorrência da falta de diálogo com o poder público.

Assim, pode-se concluir que o PURA Capibaribe apresenta grandes fragilidades na promoção efetiva da sustentabilidade, mantendo o desafio quanto à realização da justiça social. Desse modo, também fica evidente que esse plano urbanístico enfrenta desafios quanto à prosperidade econômica para as diferentes classes sociais, uma vez que beneficia majoritariamente as classes dominantes. Além disso, também foi constatado o desafio que o plano enfrenta quanto à promoção da qualidade ambiental, pois para a implementação de um dos parques

houve desmatamento nas margens do rio, que foi resultado da execução de obra que visa baratear seu custo em prol do lucro das construtoras.

Portanto, conclui-se que, devido à preponderância dos interesses capitalistas, um plano urbanístico em área ribeirinha se torna vulnerável aos interesses das classes dominantes, deixando de beneficiar de forma igualitária as populações ribeirinhas de baixa renda, assim, fazendo com que não se concretize, de fato, a sustentabilidade para a coletividade social. Desse modo, foi constatado que, do modo como está sendo implementado, o PURA Capibaribe, objeto de estudo desta pesquisa, teve seu papel de propaganda mais forte do que suas ações, apresentando um discurso que atraente diante, enquanto contribui com a manutenção das problemáticas socioambientais, contribuindo com o agravamento da desigualdade no seio da sociedade de classes. Assim, isso faz com que a “sustentabilidade” seja promovida apenas para as classes sociais que continuam e consolidam a manutenção do seu acesso à Natureza.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, Lucas Novelino et al. **Como as cidades inteligentes contribuem para o desenvolvimento de cidades sustentáveis?: Uma revisão sistemática de literatura**. International Journal of Knowledge Engineering and Management (IJKEM), v. 3, n. 5, p. 98-120, 2014.
- ABDALA, P. R.; GUZZO, Renata F.; SANTOS, S. D. A. **Propaganda Verde ou fachada verde? Uma análise do nível de greenwash nos anúncios com apelos ecológicos no Brasil**. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2010.
- ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental**. Estudos avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.
- ACSELRAD, Henri . **Introdução À Questão Metodológica. CONFLITO SOCIAL E MEIO AMBIENTE: DESAFIOS POLÍTICOS E CONCEITUAIS**. 1ed.RIO DE JANEIRO: IBASE, 1995,
- ACSELRAD, Henri. **Discurso da Sustentabilidade Urbana**, Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais – ANPUR, A.1, nº.1, 1999
- ACSELRAD, Henri. **Desregulamentação, Contradições Espaciais e Sustentabilidade Urbana**, Revista Paranaense de Desenvolvimento, Nº.107, p.25-38, jul./dez. 2004. Curitiba, Iparde, 2004.
- ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental e construção social do risco*** Environmental justice and social construction. 2002.
- ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. **"Gentrificação"**. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. 2018. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>
- ALENCAR, A. K. B. **Parque Capibaribe no Recife: Uma análise à luz do paradigma da sustentabilidade**. Rev. Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, V. 11, 2022.
- ALENCAR, A. K. B., SÁ, W. L.F. **O Parque Capibaribe no Recife: Uma análise entre vulnerabilidade social e integração socioespacial dos espaços públicos verdes nas margens do rio**. Rev. Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife V.7, N.2, 2018.
- ALFONSIN, B. **O Estatuto da Cidade e a construção de cidades sustentáveis, justas e democráticas**. Direito e Democracia, 2(2), ios urbanos: bacia hidrográfica do rio Maranguapinho, região metropolitana de Fortaleza, Ceará.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Rio Claro : [s.n.], 2010

ALMEIDA, L. Q. de. **Vulnerabilidades socioambientais de rios urbanos: bacia hidrográfica do rio Maranguapinho, região metropolitana de Fortaleza, CE.** Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista (Unesp). Rio Claro. 2010

APPARECIDO JUNIOR, José Antonio. **Propriedade urbanística e edificabilidade: o plano urbanístico e o potencial construtivo na busca das cidades sustentáveis.** 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

ARAÚJO, Mirella. **Cais da Vila Vintém é inaugurado na Zona Norte do Recife: O projeto de urbanização, que fica às margens do Rio Capibaribe, é mais um trecho do Parque Capibaribe.** 2023. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2023/05/15474611-cais-da-vila-vintem-e-inaugurado-na-zona-norte-do-recife.html>. Acesso em: 2 de outubro de 2023.

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo.** São Paulo: Romano Guerra, v. 2, n. 1, 2010.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é, o que não é.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação para sociedades sustentáveis e ambientalmente justas.** REMEA Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. v. especial. Mar de 2008. Rio Grande/RS. p. 46-55. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3387/2033>>.

CASSIMIRO, Humberto. **Casas desabam e caem no Rio Capibaribe, no bairro da Várzea, Zona Oeste do Recife.** Reportagem TV Jornal. 2022. Disponível em: <https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticias/2022/05/15017885-casas-desabam-e-caem-no-rio-capibaribe-no-bairro-da-varzea-zona-oeste-do-recife.html>

CASTILHO, C. J. M. de. LEANDRO, P. R. F. **Políticas públicas e (re)produção sustentável do espaço urbano: “Programa Recife sem Palafitas” – seus benefícios e sua natureza social.** Acta Geográfica, v. 6, n. 13, pp. 33-58, 2012

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **POLÍTICAS URBANÍSTICAS E TERRITÓRIO USADO EM ÁREAS RIBEIRINHAS.** Mercator, Fortaleza, v.20,e20007, 2021.

CASTRO, Josué de. **A Cidade do Recife : Ensaio de Geografia Urbana.** Rio de Janeiro, Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil. 1954

CASTRO, Josué de. **Homens e caranguejos.** São Paulo, Brasiliense. 1967

CORREIA, Fernando Alves. **O plano urbanístico e o princípio da igualdade.** Coimbra: Almedina, 2001

CORRÊA, Roberto L.. **O Espaço Urbano.** 4ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995

CUNHA, Caroline Silva da Cunha Silva et al. **Conflitos Socioambientais urbanos: O caso da Vila Luizão/MA**. Geographia Opportuno Tempore, v. 3, n. 2, p. 319-330, 2017.

DE ARQUINO¹, Wellen Oliveira; DOS SANTOS, Vitória Cezário Borges. **Análise espacial da distribuição de renda e dos índices de alfabetização dos bairros do Recife-PE**. REVISTA SEMANA PEDAGÓGICA v. 1 n. 1/2019 ISSN 2595-1572 (online), v. 1, n. 1, 2019.

DE OLIVEIRA, Rafaela Campos; DE OLIVEIRA, Juliana Campos. **O “Viver Verde” como um “Viver com Qualidade”: A Nova Roupagem Estratégica dos Empreendimentos Imobiliários, Ante a Lacuna Existente entre a Legislação e a Urbanização, em Salvador-BA**. Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade, v. 2, n. 1, p. 39-59, 2016.

DUARTE, Fábio. **Planejamento urbano**. Curitiba: IBPEX, 2007.

EUROPEAN COMMISSION. **Life in the City: Innovative solutions for Europe's urban environment**; European Commission; Brussels, 2007.

ESTEVES, C. J. de O. **Risco e vulnerabilidade socioambiental: aspectos conceituais**. Caderno IPARDES, Curitiba: IPARDES, v.1, n.2, p. 62-79, 2011.

FARIAS, Vanderlei de Oliveira; GOMES, Daniela; MUSSI, Andréa Quadrado (Org.). **Estatuto da cidade: os desafios da cidade justa**. Passo Fundo: Ed. IMED. 2011.

FELDMAN, Daniel. **A crise contemporânea do capitalismo: reflexões a partir de um debate com as abordagens sistêmicas de Arrighi, Fiori e Wallerstein. Economia e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 2, p. 339-364, ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/issue/view/1630>.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio Básico**. São Paulo: Nova Fronteira, 1988.

FERREIRA, Lenne. **Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Rio Capibaribe**. 2020. Notícias do Site da UFPE. Disponível em: https://www.ufpe.br/busca?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_type=content&_101_viewMode=view&_101_groupId=40683&_101_urlTitle=plano-urbanistico-de-recuperacao-ambiental-do-rio-capibaribe

FIRPO, Porto Marcelo; MILANEZ, Bruno . **Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental**. Ciência & Saúde Coletiva [en linea]. 2009. [fecha de Consulta 15 de Agosto de 2023]. ISSN: 1413-8123. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63012431004>

FREITAS, Ruskin Fernandes Marinho de et al. **Mapa climático como instrumento para o planejamento urbano**. revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 23, 2021.

GARCIAS, C. M.; AFONSO, J. A. C. **REVITALIZAÇÃO DE RIOS URBANOS**. Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais (GESTA). v.1, n.1. 2013

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas,. 2008.

GOULD, K. A. e LEWIS, T. L. **Green Gentrification: urban sustainability and the struggle for environmental justice**. Londres, Routledge. 2016

HARRIBEY, Jean-Marie. **Criar riqueza, não valor**. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo. 2014.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/conteudo/leis-ambientais> 2005.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011

INCITI. **PARQUE CAPIBARIBE PROPÕE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS PARA DRENAGEM E TRATAMENTO DAS ÁGUAS NO RECIFE**. 2017 Disponível em: <http://inciti.org/2017/05/20/parque-capibaribe-propoe-solucoes-alternativas-para-drenagem-e-tratamento-das-aguas-no-recife/>

INCITI. **PARQUE CAPIBARIBE**. 2020 Disponível em: <http://inciti.org/projeto/parque-capibaribe/>. Acesso em: 2 de outubro de 2022

INSTITUTO PÓLIS. **Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades**. 2022. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/>

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LIMA, A. G. **O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável**. 1997. Disponível em: <http://www.ufmt.br/gpea/pub/GuLima_sustentabilidade>.

LIMA, Rosa M. C. **A Cidade Autoconstruída**. Tese de Doutorado em Planejamento urbano e regional. IPPUR - UFRJ, 2005.

LUCENA, Adelmo. **Recife é a segunda capital com mais desigualdade social, diz pesquisa; confira ranking**. Diário de Pernambuco. 2024. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2024/03/recife-e-a-segunda-capital-com-mais-desigualdade-social.html>>.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27,. 1990/1991, p. 149-158.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

MATTOS, P. L. C. L. de. **A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise**. Revista de Administração

Pública, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 823 a 848, 2005. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6789>.

MAYRINCK, V. **Dinâmica das paisagens de rios urbanos**. In: XI Encontro Nacional da ANPUR, 2005, Salvador. Planejamento, Soberania e Solidariedade; perspectivas para o território e a cidade, 2005.

MELO, Aline. **Cidades sustentáveis: Recife investe em projetos de planejamento estratégico**. 2022 Disponível em: <https://www.folhape.com.br/economia/cidades-sustentaveis-recife-busca-retomada-da-relacao-com-os-rios-da/220272/>

MENDONÇA, Francisco; CUNHA, Fabio Cesar Alves; LUIZ, Gislaine Cristina. **Problemática socioambiental urbana**. Revista da ANPEGE, v. 12, n. 18, p. 331-352, 2016.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia, Geografia Física e Meio Ambiente: uma reflexão a partir da problemática socioambiental urbana**. Revista da ANPEGE, v. 5, n. 05, p. 123-134, 2009.

MENDONÇA, Francisco. **Riscos, vulnerabilidades e resiliência socioambientais urbanas: inovações na análise geográfica**. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 01, p. 111-118, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTEIRO, Circe Maria Gama; FILHO, Luiz Goes Vieira; MONTEZUMA, Roberto. **Parque Capibaribe: a reinvenção do Recife Cidade Parque = Capibaribe Park : the reinvention of Recife Park City** /organizadores: Circe Maria Gama Monteiro, Luiz Goes Vieira Filho, Roberto Montezuma; Tradução: Peter Ratcliffe; fotografia: André Arruda...[et al.] ; prefácio: João Campos... [et al.] – 2ª. ed. - Recife, PE : Cepe, 2022.

MOURA, C. H. R. ., & MOTA, M. C. **A NEGAÇÃO DAS FRENTES D'ÁGUA DO RECIFE À OCUPAÇÃO POPULAR: DISCUTINDO OS CASOS DAS COMUNIDADES ARLINDO GOUVEIA, JOSÉ DE HOLANDA E BRASÍLIA TEIMOSA**. *ARCHITECTON - Revista De Arquitetura E Urbanismo*, 7(11). 2022 Recuperado de <https://54.94.8.198/index.php/arquitetura/article/view/2426>

MOURA, Karina dos Santos; PORTELLA, Adriana; CHIARELLI, Lígia Maria Ávila. **REQUALIFICAÇÃO URBANA DE ÁREAS RIBEIRINHAS**. PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 4, n. 13, p. 276-295, 2020.

NETA, Maria Amélia Vilanova. **Geografia e Literatura: Decifrando a Paisagem dos Mocambos do Recife**. Orientador: Roberto Lobato Corrêa. Dissertação (Mestrado em Geografia) Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 2005.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011

NUNES, Sandra. **Planejamento urbano no Recife: futuro do pretérito**. 2015.

PESSOA, R.; DINIZ, F. ; REIS, J. V. . **Política ambiental e as faces do mercado imobiliário na RMR: apropriação da natureza, empreendedorismo e símbolos ambientais.** Revista Brasileira de Meio Ambiente, v. v.1., p. 70-80, 2018.

PREFEITURA DO RECIFE. **Diário oficial do Recife. DECRETO Nº 35.535 DE 06 DE ABRIL DE 2022.** Edição nº 047 - 07.04.2022. Disponível em: <<https://dome.recife.pe.gov.br/dome/doDia.php?dataEdicao=2022-04-07>>

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Programa Cidades Sustentáveis: O programa - 12 eixos e 260 indicadores.** Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/paginas/pcs>

PORDEUS, Marta; Ângela de Almeida Souza, Maria. **Requalificação urbana, desenvolvimento e liberdade: o conjunto habitacional da Torre.** 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

RATTNER, H. **Meio Ambiente, saúde e desenvolvimento sustentável.** São Paulo. 2009

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. **Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil.** Revista de direito da cidade, v. 10, n. 3, p. 1334-1356, 2018.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita. **Parque e Paisagem – Um olhar sobre o Recife.** Editora Universitária UFPE. 2010

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Moulin S. P. **Planejamento urbano: para quê e para quem?.** Revista de Direito da Cidade, ISSN 2317-7721, v.01, nº 01. 2006.

SANTOS, Maria Carolina. **PÚBLICO, PARQUE DAS GRAÇAS TEM MENOS MANGUE DO QUE NO PROJETO ORIGINAL.** Marco Zero. 2023. Disponível em: <https://marcozero.org/sucesso-de-publico-parque-das-gracas-tem-menos-mangue-d-o-que-no-projeto-original/>

SAULE JUNIOR, Nelson. **Novas perspectivas do direito urbanístico brasileiro, ordenamento constitucional da política urbana, aplicação e eficácia do plano diretor.** Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1997.

SCHETTINI, C. A. F; PAIVA, Bárbara Pereira ; Batista, R. de A. L; Oliveira Filho, J. C. de ; Truccolo, E. C. **Observation of an Estuarine Turbidity Maximum in the Highly Impacted Capibaribe Estuary, Brazil.** Brazilian Journal of Oceanography (Online), v. 64, p. 185-190. 2016

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2011

SILVA FILHO, J. R. **A apropriação da estética ambiental na cidade do Recife: Uma análise das comunidades de exclusão socioambiental.** Dissertação PRODEMA. Repositório UFPE, Recife. 2009

SILVA-SÁNCHEZ, S.JACOBI, Pedro R. **POLÍTICAS DE RECUPERAÇÃO DE RIOS URBANOS NA CIDADE DE SÃO PAULO: Possibilidades e Desafios.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 14, núm. 2, noviembre, 2012,

SOEIRO, Ítalo César de Moura. **Reaproximação forjada da natureza : a utilização da retórica ecológica na produção do espaço urbano de uma cidade latino-americana** / Repositório da UFPE. Dissertação. 2017.

SOUZA, M. C. da S. A.; ARMADA, C. A. S. **Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade: Evolução epistemológica na necessária diferenciação entre os conceitos.** Rev. de Direito e Sustentabilidade | e-ISSN: 2525-9687 | Maranhão | v. 3 | n. 2 | p. 17 – 35 | Jul/Dez. 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

VICENTE, J. J. N. B. **Reflexão sobre o conceito de mercadoria em Marx.** INFORME ECONÔMICO (UFPI) v. 28 n. 2 (2012):, Ano 13, novembro. 2012.

TORRES, Pedro Henrique Campello; VIVIAN, Mariana Motta; SANCHES, Taísa de Oliveira Amendola. **Produção capitalista do espaço e meio ambiente: ativismo urbano-ambiental e gentrificação verde no Brasil.** Cadernos Metrópole, v. 21, p. 689-714, 2019.

VESTENA, Leandro Redin; SCHMIDT, Lisandro Pezzi. **Algumas reflexões sobre a urbanização e os problemas socioambientais no centro-sul paranaense.** Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 31, n. 1, p. 67-73, 2009.

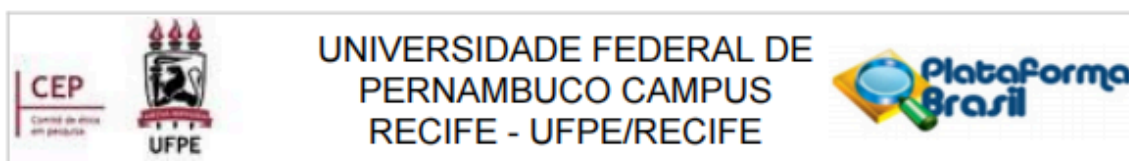
VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.** Tematicas, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 20 mar. 2024.

VIEIRA, Juliana de Souza Reis. **Cidades Sustentáveis/Sustainable Cities.** Revista de Direito da Cidade, v. 4, n. 2, p. 1-39, 2012.

VILLAÇA. Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** Studio Nobel: FAPESP São Paulo. 2001.

WOLKMER, Antonio Carlos, WOLKMER, Maria de Fátima S., FERRAZZO, Débora. **Direito da Natureza: para um paradigma político-constitucional desde América Latina.**In: DINNEBIER, Flávia França; LEITE, José Rubens Morato (Org.). Estado de Direito Ecológico: Conceito, Conteúdo e Novas Dimensões para a Proteção da Natureza. São Paulo: Instituto O direito por um Planeta Verde, 2017.

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Plano urbanístico em áreas ribeirinhas: Conflitos entre os interesses capitalistas e sociais na promoção da sustentabilidade

Pesquisador: CECILIA ARAUJO DE QUEIROZ

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 69095623.4.0000.5208

Instituição Proponente: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DA NOTIFICAÇÃO

Tipo de Notificação: Envio de Relatório Final

Detalhe:

Justificativa: Enviando novamente com as correções solicitadas.

Data do Envio: 16/07/2024

Situação da Notificação: Parecer Consubstanciado Emitido

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.050.219

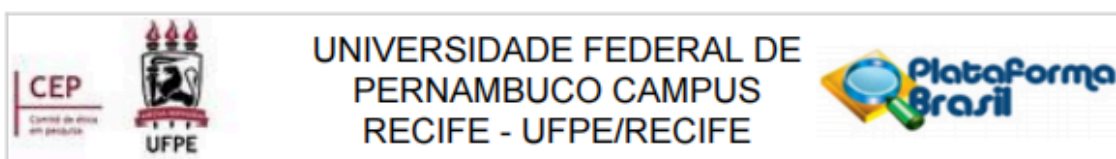
Apresentação da Notificação:

Trata-se de relatório final de pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio ambiente da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, proposto pela pesquisadora Cecília Araújo de Queiroz (discente), com a orientação do Prof. Cláudio Jorge Moura de Castilho (docente). O estudo teve como objetivo geral analisar como os planos urbanísticos em áreas ribeirinhas podem promover a sustentabilidade para a coletividade social, coexistindo com os interesses capitalistas.

Objetivo da Notificação:

Esta notificação tem como objetivo apresentar relatório final do estudo intitulado "Plano urbanístico em áreas ribeirinhas: Conflitos entre os interesses capitalistas e sociais na promoção da sustentabilidade".

Endereço: Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 7.050.219

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios foram apresentados no projeto inicial e estão em consonância com o que foi desenvolvido no estudo.

Comentários e Considerações sobre a Notificação:

O relatório segue o que foi determinado no projeto e discute os pontos principais e resultados do estudo em questão.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O relatório apresentado segue o modelo do CEP/UFPE, apresentando dados gerais dos voluntários, metodologia desenvolvida e conclusões do estudo.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Notificação aprovada.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Relatório Final foi analisado e APROVADO pelo colegiado do CEP.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Envio de Relatório Final	RelatFinal_CeciliaQueiroz.pdf	16/07/2024 11:26:12	CECILIA ARAUJO DE QUEIROZ	Postado

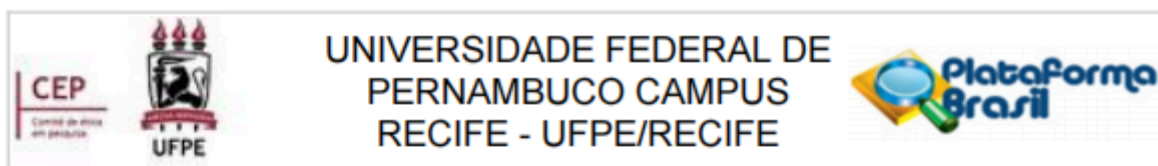
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.740-600
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (81)2126-8588 Fax: (81)2126-3163 E-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 7.050.219

RECIFE, 03 de Setembro de 2024

Assinado por:
GISELE CRISTINA SENA DA SILVA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br